



VIVIANE GUIMARÃES PEREIRA

**COMO A VIDA SE REFAZ:
OS CAMINHOS DA RETERRITORIZAÇÃO DE
ATINGIDOS PELA BARRAGEM DE IRAPÉ DO
ALTO JEQUITINHONHA**

LAVRAS – MG

2013

VIVIANE GUIMARÃES PEREIRA

COMO A VIDA SE REFAZ:

**OS CAMINHOS DA RETERRITORIALIZAÇÃO DE ATINGIDOS PELA
BARRAGEM DE IRAPÉ DO ALTO JEQUITINHONHA**

Tese apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós Graduação em Administração, área de concentração em Gestão Social, Ambiente e Desenvolvimento, para a obtenção do título de Doutor.

Orientador

Dr. Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro

LAVRAS – MG

2012

**Ficha Catalográfica Elaborada pela Divisão de Processos Técnicos da
Biblioteca da UFLA**

Pereira, Viviane Guimarães.

Como a vida se refaz : os caminhos da reterritorialização de atingidos pela Barragem de Irapé do Alto Jequitinhonha / Viviane Guimarães Pereira. – Lavras: UFLA, 2012.

240 p. : il.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Lavras, 2012.

Orientador: Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro.

Bibliografia.

1. Vale do Jequitinhonha. 2. Campesinato. 3. Território. 4. Reassentamentos. 5. Sociologia rural. I. Universidade Federal de Lavras. II. Título.

CDD – 307.2

VIVIANE GUIMARÃES PEREIRA

COMO A VIDA SE REFAZ:

**OS CAMINHOS DA RETERRITORIALIZAÇÃO DE ATINGIDOS PELA
BARRAGEM DE IRAPÉ DO ALTO JEQUITINHONHA**

Tese apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós Graduação em Administração, área de concentração em Gestão Social, Ambiente e Desenvolvimento, para a obtenção do título de Doutor.

APROVADA em 18 de dezembro de 2012.

| | |
|---------------------------------|------|
| Dra. Flavia Luciana Naves Mafra | UFLA |
| Dr. Mozar José de Brito | UFLA |
| Dr. John Cunha Comerford | UFRJ |
| Dr. João Valdir Alves de Souza | UFMG |

Dr. Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro
Orientador

LAVRAS – MG

2012

Para Athos,
que refez minha vida ao nascer.

DEDICO

AGRADECIMENTOS

Sozinhos não há construção, nem de vida, nem de coisas. Para esta tese também foi assim: muitos e muitas que contribuíram de jeitos diferentes, na hora certa, na medida exata da precisão.

Minha profunda gratidão aos meus pais - Célio e Alba, aos meus irmãos - Eliane e Juninho, ao meu cunhado e grande amigo - Rogério, ao meu sobrinho Lucas e ao meu filho Athos. Todos juntos, cada qual de sua maneira, família minha, me apoiaram em absolutamente tudo. Sem o amparo seguro e firme deles não haveria qualquer possibilidade. De uma forma ou de outra, o que vem de mim é o resultado do amor que recebo deles.

Agradeço muito ao Eduardo pela orientação cuidadosa, pelo suporte firme dado para que a pesquisa de campo pudesse ser do jeito que foi, por sua disposição em ajudar a refletir sobre o que eu lia e via, e pelo rigor com que reviu minhas escritas. Mas, também por acreditar na minha capacidade, muitas vezes mais do que eu mesma, e por me apresentar as letras de João Guimarães Rosa, autor que eu ainda estava por descobrir.

Minha gratidão a todas as famílias reassentadas que tive o privilégio de conhecer e que muito me ensinaram sobre como se refazer e se recolocar de pé quando a vida exige isso da gente. Com eles vivi intensamente o acolhimento e vi o que é de fato “fineza no trato”, “dispor do tempo para o outro” e “compartilhar do que se tem”. Aprendi também outra lição importante: a sabedoria possui diversas formas e dimensões. Agradeço especialmente ao José Francisco, Elza, Doraci, Alexandre e Vanderlei (de Janaúba), Toni Baiano e D. Piedade (de Itacambira), Edna e Júnior (de Botumirim), Santa, D. Laíde e D. Tereza (de Cristália), João e Nenzinha (de Francisco Dumont), José Antônio,

Rosarinha e Marta (de Água Boa); eles tanto fizeram por mim que qualquer palavra aqui é pouca.

Agradeço com enorme carinho às amigas que encontrei por meio do PPGAD: Carol, Elaine e Lílian, que com suas histórias de vida enriqueceram minha própria história, delineando-me um pouco mais. Sem elas este percurso teria sido mais solitário, e com elas hoje continuo seguindo.

Agradeço ao Miguel, amigo de muitas horas, que sem medir esforços, sempre me estendeu generosamente a mão durante todos esses anos. Do primeiro ao último dia do doutorado ele esteve comigo. E esta amizade não está datada.

Agradeço ao Alexandre, que abriu as portas de sua casa em Lavras, junto à Carol, para me acolher tão gentilmente. Além de acolhimento ele ofereceu muita alegria.

Agradeço à Liana e Alice, que de colegas de disciplina se transformaram em amigas. Com Liana viajei pelas estradas do Jequitinhonha; e com as duas viajamos pelas ideias.

Agradeço à Universidade Federal de Lavras (UFLA) e ao Programa de Pós Graduação em Administração (PPGAD), aos professores e funcionários.

Agradeço muito especialmente à Maroca, professora do PPGAD/UFLA, com quem tive o privilégio de conviver mais proximamente e que se transformou em grande amiga. Encontrei nela uma imensidão de qualidades que eu admiro e que são raras. E com ela também continuo seguindo.

Agradeço à professora Flávia Naves, que participou do começo desta jornada, quando ingressei no programa, até o final, no dia da banca. Com sua delicadeza, gentileza, mas acima de tudo, com seu olhar apurado, ofereceu ricas contribuições e presenciou as minhas transformações.

Agradeço muito aos professores que participaram da banca - João Valdir, John e Mozar –, dando grandes contribuições e me fazendo pensar em novas possibilidades e caminhos para se pensar a situação que me propus entender. Os três, mais Flávia, formaram uma banca que fez toda a diferença.

Agradeço ao professor João Cleps, da UFU, por sua importante contribuição no momento da qualificação, indicando caminhos, disponibilizando material e se mostrando sempre solícito.

Agradeço ao tio Celso, que desde os tempos de graduação nunca mediu esforços para me ajudar no que fosse preciso, e ainda hoje o faz com afeto.

Agradeço ao Tião, de Botumirim, que me guiou por caminhos que eu desconhecia e me explicou sobre tantos outros entre Cristália e Botumirim. Fez tudo com muita presteza, sorriso aberto e confiança. Ele partiu a galope, deixando muitas lições e uma grande saudade pelo Jequitinhonha, e fora dele também. E isso eu testemunhei.

Agradeço à Capes, enfim, pelo fundamental apoio financeiro, permitindo que eu me dedicasse exclusivamente ao doutorado, e ao CNPq (558411/2009-6 e 554408/2010-4) e Fapemig APQ 03306-10, que também financiaram esta pesquisa.

“A vida inventa! A gente principia as coisas, no não saber por que, e desde aí
perde o poder de continuação – porque a vida é mutirão de todos, por todos
remexida e temperada”

João Guimarães Rosa

A tua raça de aventura
quis ter a terra, o céu, o mar.
Na minha, há uma delícia obscura
em não querer, em não ganhar.
A tua raça quer partir,
guerrear, sofrer, vencer, voltar.
A minha, não quer ir nem vir.
A minha raça quer passar.

Cecília Meireles

RESUMO

O objetivo desta tese é compreender as formas de adaptação criadas por agricultores do Alto Jequitinhonha que tiveram suas terras atingidas pela Usina Hidrelétrica de Irapé e foram compulsoriamente realocados para novas áreas, através de reassentamentos. A pesquisa foi realizada em seis reassentamentos – três que permaneceram na região do Vale do Jequitinhonha e três localizados fora da região de origem, nos Vales do São Francisco e do Rio Doce. Procurou-se compreender como o reassentamento compulsório das famílias atingidas implicou na construção de novas relações nesses novos espaços, tão diversos do antigo território em que viviam e que era determinante para a definição de suas condições de produção material e reprodução social; o esforço foi no sentido de compreender as mudanças na organização social, econômica e cultural destes grupos. Conclui-se que estes grupos criaram estratégias para resistir às mudanças impingidas e para manter sua condição de agricultores na medida em que recriaram novos sistemas de produção de acordo com o tipo de terras que passaram a ocupar, baseado num conhecimento construído por gerações e reconstruído na mudança.

Palavras-chave: Vale do Jequitinhonha. Campesinato. Território. Reassentamentos.

ABSTRACT

The objective of this thesis is to understand the ways of adaptation created by the farmers from Alto Jequitinhonha who had their lands affected by Irapé hydroelectric and were compulsorily relocated to new areas through resettlements. The survey was conducted in six settlements - three that remained in the Jequitinhonha Valley region and three located outside the source region, in the São Francisco and Rio Doce Valleys. It sought to understand how the compulsory resettlement of affected families involved in new building relations in these new spaces, as diverse of old territory in which they lived and that was decisive for the definition of the conditions of material production and social reproduction, the effort was in order to understand the changes in the social organization, economic and cultural life of these groups. It is concluded that these groups created strategies to resist impinged changes and to maintain their farmers condition in that recreated new production systems according to the land type that came to occupy, based on a knowledge built for generations and rebuilt in change.

Keywords: Jequitinhonha Valley. Peasantry. Territory. Resettlements.

SUMÁRIO

| | | |
|--------------|---------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| | CAPÍTULO 1 | 13 |
| 1 | INTRODUÇÃO | 13 |
| 1.1 | A barragem construída | 15 |
| 1.2 | Os interesses da pesquisa | 16 |
| | CAPÍTULO 2 A pesquisa | 21 |
| 2.1 | Fundamentos metodológicos | 21 |
| 2.2 | Ferramentas metodológicas | 23 |
| 2.3 | A pesquisa de campo | 26 |
| | CAPÍTULO 3 Território, desenvolvimento e expropriação | 33 |
| 3.1 | Território: entre conceitos e concepções | 34 |
| 3.2 | Território rural | 43 |
| 3.3 | Desenvolvimento rural e a perspectiva territorial | 48 |
| 3.3.1 | A modernização da agricultura | 48 |
| 3.3.2 | Uma nova perspectiva para o desenvolvimento rural | 50 |
| 3.3.3 | Território como espaço para criação de políticas públicas | 61 |
| 3.4 | A natureza da desterritorialização | 70 |
| | CAPÍTULO 4 Campesinato: esta classe persistente | 80 |
| 4.1 | E por quantas anda a disputa conceitual entre camponês e agricultor familiar? | 81 |
| 4.2 | A organização do trabalho | 89 |
| 4.3 | Enfim, quem é este sujeito social, o agricultor tradicional | 96 |
| 4.4 | Saber local e redes sociotécnicas | 103 |
| 4.5 | Estratégias de reprodução camponesa | 108 |
| 4.6 | Migração como estratégia camponesa | 115 |
| | CAPÍTULO 5 O vale do Jequitinhonha | 119 |
| 5.1 | Alto Jequitinhonha: ambiente e uso da terra | 121 |
| 5.2 | Gestão dos recursos no Alto Jequitinhonha | 128 |
| 5.3 | A migração no Alto Jequitinhonha | 131 |
| | CAPÍTULO 6 Desterritorialização e tempos de reconstrução | 135 |
| 6.1 | A desterritorialização dos atingidos pela UHE (Usina Hidrelétrica de Irapé) | 135 |
| 6.2 | Os ciclos de ajuste no processo de reterritorialização dos atingidos por Irapé | 142 |
| 6.3 | Abandono das áreas de reassentamento | 163 |
| | CAPÍTULO 7 Aquilo que vem sendo | 170 |
| 7.1 | As mudanças do fazer e do viver | 170 |
| 7.1.1 | As redes de relações dando o tom aos sistemas produtivos | 196 |
| 7.1.2 | Uma certa inoperância | 200 |

| | | |
|--------------|-----------------------------------------------------------|------------|
| 7.1.3 | Uma via que é de mão dupla..... | 204 |
| 7.1.4 | Redes de reciprocidade, técnicas e comerciais..... | 205 |
| 7.2 | A migração em novos territórios..... | 210 |
| 8 | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 224 |
| | REFERÊNCIAS | 228 |

CAPÍTULO 1

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho trata das formas de adaptação criadas por agricultores do Alto Jequitinhonha que tiveram suas terras atingidas pela Usina Hidrelétrica de Irapé e foram compulsoriamente realocados para novas áreas, através de reassentamentos. O estudo foi dirigido para as maneiras como esses grupos camponeses refizeram suas vidas e se reconstruíram como sujeitos. É, portanto, um trabalho que trata de transformações, de refazimentos da história de grupos que enfrentaram mudanças em suas formas originais de vida e trabalho e que se reposicionaram diante de uma nova realidade, bastante diversa da anterior.

Os grupos pesquisados saíram de comunidades diversas do Alto Jequitinhonha - São Miguel, Ouro Podre, Malhada, Peixe Cru, Degredo, José de Barros, Quebrabó, Palmito, Santa Maria e Bugio – para seis reassentamentos situados nos municípios de Água Boa, Botumirim, Cristália, Francisco Dumont, Itacambira e Janaúba, no Norte e Nordeste mineiro. Cada reassentamento foi formado por um determinado grupo de origem, mas houve também, em alguns casos, a junção de mais de uma comunidade que se estabeleceu num mesmo reassentamento, formando um novo grupo, uma nova comunidade.

O primeiro contato com esses grupos ocorreu através do Campo-Vale (Centro de Assessoria aos Movimentos Populares do Vale do Jequitinhonha), no ano de 2004, algum tempo antes de cogitar fazer esta pesquisa. Nesse período as famílias ainda estavam negociando com o empreendedor da obra, vivendo em suas terras originais, lutando por direitos, vindo a mudar-se para os reassentamentos somente em finais do ano de 2005. Assim, a imersão na região através de trabalho de assessoria técnica no Campo-Vale durante o ano de 2004 e parte de 2005 facilitou a pesquisa e, posteriormente, a manutenção de uma via

de entrada, já nos reassentamentos, para que este trabalho pudesse ser mais facilmente realizado durante os anos de 2010 e 2011.

É necessário destacar que o Campo-Vale - que encerrou suas atividades em meados do ano de 2012 - foi uma importante organização que atuou por anos a fio na região. Fundado em julho de 1988, sediado em Minas Novas, Vale do Jequitinhonha, o Campo-Vale era formado por lavradores, sindicalistas, atingidos por barragens, posseiros, migrantes e representantes dos movimentos populares. O objetivo da entidade era assessorar e apoiar as organizações e movimentos populares da região, especialmente posseiros na luta pela terra, atingidos por barragens e Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Atuou na defesa dos direitos coletivos e difusos, bem como na articulação de entidades regionais para implementar políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. Com relação aos atingidos pela Barragem de Irapé, o Campo-Vale concebeu e elaborou um levantamento socioeconômico/sociocultural da área atingida, de natureza crítica e cunho participativo, o qual envolveu técnicos e agricultores na pesquisa. Esse levantamento serviu para conhecer a realidade das famílias atingidas e forneceu subsídios para que a Comissão de Representantes dos Atingidos pudesse negociar com o empreendedor.

Durante esse período de imersão no Jequitinhonha através do Campo-Vale, pelo ano de 2004 e parte de 2005, o contato maior foi com as lideranças durante a negociação, que na maioria das vezes acontecia em reuniões na capital ou nas sedes dos municípios onde estavam situadas as comunidades atingidas, e não em suas comunidades. Assim, havia muito a compreender: as mudanças de vida decorrentes das mudanças de terras, e isso através do olhar para os novos locais de vida e de trabalho desses grupos, após as mudanças para os reassentamentos. Seria o olhar sobre o recomeço, sobre o que os reassentados fizeram de suas vidas e de seu trabalho nas novas terras conquistadas.

Estar em novas terras, reconhecê-las, fincar-se nelas, reconstruir a vida, refazer-se enquanto sujeitos sociais - isso tudo despertou anseios de compreensão e pesquisa. E para isso não só as portas da UFLA (Universidade Federal de Lavras) foram abertas, mas também as portas das casas das famílias reassentadas que, generosamente, se abriram durante o trabalho de campo. O fio condutor desta pesquisa é a trajetória dos atingidos pela barragem de Irapé, o como refizeram suas vidas nos reassentamentos. Compreender as mudanças que ocorreram e como essas comunidades vêm construindo essa nova realidade foram os pilares da pesquisa. E como a história sobre quem se escreve faz parte, de alguma forma, da vida de quem a escreve, foi necessário fazer este relato inicial.

1.1 A barragem construída

Quando, em 1988, a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) começou as análises para a exploração hidrelétrica das águas do Alto Jequitinhonha, perto de 5000 camponeses, cerca de 1.200 famílias, viviam na área que veio a ser atingida pela barragem. Com a justificativa de fomentar a economia da região, o empreendimento passou a ser propagandeado como uma possibilidade de incremento ao desenvolvimento regional, gerando empregos e atraindo investimentos rurais e industriais para a região.

A partir da ameaça advinda deste projeto para a região, os camponeses que viriam a ter suas terras atingidas pela barragem começaram a se organizar e mobilizar para que as consequências econômicas, culturais, sociais, ambientais e produtivas sobre suas famílias não fossem ignoradas pelos estudos de impactos do projeto. Esse embate entre empreendedor e comunidades ribeirinhas se estendeu por anos a fio, numa luta travada a princípio para impedir a construção da barragem, mas depois, quando diluíram as chances disso acontecer, houve a

luta para garantir os direitos da população atingida. Foi uma luta dos grupos de agricultores contra o poder econômico de um projeto que viria transformar seus modos de ser, viver e fazer.

No ano de 2002 um Termo de Ajustamento de Conduta foi assinado entre empreendedor e Comissão de Atingidos¹, e a partir daí foram iniciadas as obras civis. Porém, ao longo dos anos que se seguiram, várias condicionantes passaram a ser violadas pelo empreendedor, principalmente com relação aos prazos determinados para o processo de reassentamento, num embate demorado que exigiu que os atingidos se mantivessem alertas, pois a obra seguia a largos passos, porém a passos lentos seguia o processo de reassentamento das famílias. Assim, durante os anos de obras da hidrelétrica, os atingidos permaneceram em contínua vigília, para que o empreendedor cumprisse aquilo que estava garantido no termo de acordo. Foram anos de luta intensa por garantia de direitos para os atingidos, com apoio de parceiros, sem esmorecimento. Quando, em 2005, a Companhia obteve a licença de operação do empreendimento, as famílias fizeram a mudança para as novas terras. No todo, foram cerca de 17 anos de incertezas e dúvidas, embates e lutas travadas, num longo ciclo que foi desde o momento do anúncio de que a hidrelétrica atingiria as terras dessas famílias até, finalmente, a mudança para a nova terra.

1.2 Os interesses da pesquisa

A proposta inicial da pesquisa era compreender a desterritorialização das comunidades atingidas pela Barragem de Irapé. A ideia era analisar aquilo

¹ A Comissão dos Atingidos pela Barragem de Irapé foi formada com apoio do Centro de Assessoria aos Movimentos Populares do Vale do Jequitinhonha (Campo-Vale), da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais (Fetaemg) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), e foi através dela que as negociações com o empreendedor garantiram indenizações e reassentamentos da população atingida.

que se perdera durante o deslocamento compulsório dessas famílias, que certamente mantinham fortes laços de identidade com seus locais de origem e criavam formas próprias de uso do território e de seus recursos, sempre mediadas por códigos morais e relações de parentesco e vizinhança muito particulares. Parecia, a princípio, ser esta a grande questão: os modos de ser, viver e fazer dessas comunidades que estariam mais vulneráveis nesses novos espaços, levando em conta a estreita relação que mantinham com suas terras de origem. Era assim, o olhar para a desterritorialização. Mas, as perdas eram fatos inquestionáveis: discutidas, denunciadas e expostas durante os anos de construção da barragem. Mas a vida, pós-reassentamento, em terras outras e várias, era uma realidade encortinada.

Após duas campanhas preliminares de campo durante o ano de 2010 e o acompanhamento dos debates em seminário organizado pelos atingidos, para analisar as condições do reassentamento, novas questões foram trazidas à tona, e os temas de pesquisa foram reelaborados. Em estudos de natureza qualitativa é possível reconfigurar as questões de pesquisa, numa sequência circular, em que o pesquisador, depois da primeira investida no campo traz novos e importantes elementos para serem compreendidos, numa espécie de sondagem contínua sobre seu objetivo. Assim, as primeiras investidas em campo trouxeram importantes questões, obtidas com observação e conversa com os sujeitos da história. A realidade indicou outra questão importante a ser tratada: a reterritorialização da parcela de população atingida, que em maior quantidade permaneceu nos locais de reassentamento. Essa escolha não implicou, necessariamente, em desistir de compreender a desterritorialização, mesmo porque para que ocorra uma reterritorialização deve ter ocorrido antes a desterritorialização; mas, após mais de 5 anos de vida nos locais dos reassentamentos, outra realidade se estampou, e passou a nortear a pesquisa.

Dessa forma, esta tese procurou compreender como o reassentamento compulsório das famílias atingidas implicou na construção de novas relações nesses novos espaços, tão diversos do antigo território em que viviam e que era determinante para a definição de suas condições de produção material e reprodução social. O esforço feito foi no sentido de entender as mudanças na organização social, econômica e cultural desses grupos que enfrentam a luta pela reprodução de seus modos de vida em novos e diversos ambientes. É necessário aqui fazer a ressalva que não são tratados nesta tese aqueles casos de atingidos que recusaram a proposta de reassentamento, nem se analisa o destino que esses buscaram depois que a usina começou a operar e houve a mudança forçada de suas terras de origem.

Na negociação dos direitos, alguns grupos optaram por serem reassentados fora de seus municípios de origem, dando prioridade à qualidade das terras; outros grupos optaram por terras que estivessem no município de origem, mesmo que muitas vezes não tivessem a qualidade desejada, mas permitindo manter as redes de relações estabelecidas dentro do município. Assim, embora quase sempre as comunidades tenham sido reassentadas em ambientes com recursos e às vezes relações diferentes daqueles que eram conhecidos, parte delas permaneceu no município de origem, ou seja, se mantiveram na mesma sociedade rural. Ao passo que outra parte foi reassentada em municípios dos vales dos rios Doce e São Francisco, ambientes com recursos diferentes e sociedades rurais com relações também diferentes. Por isso a pesquisa se pautou pelo recorte de uma situação que perpassava de uma forma ou de outra todos os sujeitos reassentados: a mudança para outros municípios ou a permanência nos municípios de origem. Esse foi o recorte importante para definir as localidades a serem pesquisadas, pois há uma hipótese de trabalho subjacente: a mudança de meio ou de relações certamente influi no processo de reassentamento de camponeses.

Assim, o universo de pesquisa foi dividido entre aquelas comunidades que permaneceram e aquelas que saíram dos municípios de origem. Esse recorte foi se esboçando nas primeiras investidas a campo, em 2010, que indicaram como as mudanças em relação aos municípios implicaram também em mudanças nas cadeias de relações sociais, no conhecimento local e na rede de serviços usada pelos reassentados. Dessa maneira, foram pesquisadas três comunidades rurais reassentadas no município de origem e três outras que foram reassentadas fora dos municípios de origem.

A escolha de quais seriam esses reassentamentos foi feita no contato, devido ao conhecimento prévio, com parte das lideranças camponesas e Sindicatos de Trabalhadores Rurais que tomaram a frente durante a mobilização, organização e negociação das condições de reassentamento. Foram nas comunidades dessas lideranças, ou naquelas indicadas por elas, que a pesquisa se concretizou. Os reassentamentos pesquisados ficam em seis municípios diferentes e a pesquisa de campo aconteceu por meio de idas e permanências nos locais.

Evidentemente, esta tese se torna a história, ou parte da história, daqueles que foram reassentados, que receberam indenizações materiais para refazer a vida produtiva, que permaneceram se definindo como lavradores, que afirmam sua relação de produção e pertencimento com a terra. Assim, esta se torna uma tese sobre casos de permanência na condição de população rural, mesmo que com técnicas de produção, relações sociais e formas de reprodução social diversas daquelas dos lugares de origem. O estudo aborda aqueles e aquelas que permanecem na condição de moradores do campo e agricultores, e é naturalmente permeado pela mudança que a reterritorialização exigiu.

Pensar na trajetória dos atingidos pela barragem de Irapé conduz, naturalmente, à reflexão sobre os efeitos dos programas de desenvolvimento rural sobre populações camponesas. Essa experiência revela insuficiências dos

programas de desenvolvimento, e mostra como, muitas vezes, o gestor de política pública deve compatibilizar o ofício de planejador com a necessidade de entender as agruras do campesinato e as consequências da sua ação. Por isso, esta tese dialoga muito de perto com alguns temas caros à administração que são precariamente debatidos nos manuais de formação de profissionais, como as condições de negociação dos direitos dos excluídos na sociedade capitalista, a gestão social, a capacidade de reconversão técnica e produtiva do campesinato, a tomada da decisão no empreendimento familiar. Esse diálogo permanece subjacente na tese. Mas as consequências do reassentamento, a reconstrução da vida camponesa em condições, às vezes, muito adversas e a inoperância das agências públicas são silêncios eloquentes, que informam sobre o muito conhecimento que a sociedade nacional, e nesta – particularmente - os gestores públicos ainda precisam acumular para tornar as mudanças menos hostis e o “progresso” menos oneroso para o campesinato.

CAPITULO 2

A PESQUISA

2.1 Fundamentos metodológicos

Por ser complexo o fenômeno estudado, de natureza social e não tender à quantificação, a pesquisa, de natureza qualitativa, primou pelo exame dos aspectos mais profundos e subjetivos, justificando o tamanho da amostra pesquisada. O campo de estudos não pôde ser grande a ponto de impedir a profundidade do trabalho, e nem tão reduzido que não pudesse trazer aspectos mais gerais - padrões socioculturais que revelassem uma lógica de comportamentos e pensamentos. Foi preciso, assim, distinguir o que se apresentava como fortuito, acidental ou peculiar daquilo que pudesse representar uma interpretação mais ampla do fenômeno.

Sociedade e cultura são ferramentas conceituais muito importantes, e esses conceitos praticamente guiam o trabalho. Viertler (2002), ao tratar de métodos de coleta e análise de dados em estudos de natureza qualitativa, afirma que nesse tipo de pesquisa é importante compreender os comportamentos sociais dos sujeitos, em questão no seu próprio contexto social, em termos dos seus próprios referenciais culturais. Assim, é imprescindível ao pesquisador, numa relação dialética, tornar-se mais consciente da forma que vivencia o mundo para que tenha condições de impedir conscientemente interpretações do “outro” a partir de interpretações e significados de sua própria cultura.

Para atingir o objetivo da tese, que foi compreender as transformações nos modos de ser, viver e fazer das famílias agricultoras reassentadas de Irapé e as percepções e explicações dessa complexa realidade social, foi necessário buscar os próprios sujeitos da situação social. Esse foi o caminho mais seguro e

confiável, capaz de captar ações e comportamentos sociais no seu próprio contexto. A pesquisa de campo é o coração deste trabalho, pois somente no contato com o grupo de interesse foi possível compreender os significados que permeiam o fenômeno e influenciam o comportamento do grupo. A análise de dados envolveu a interpretação de significados que assumiu uma forma descritiva e interpretativa.

Em relação ao rigor da pesquisa, Marques (2002) afirma que um estudo puramente qualitativo não implica em falta de rigor, mas sim, em um rigor de outro tipo, em que devem ser tomados cuidados, tais como: despistar as primeiras impressões, dizer não à sedução de uma leitura simplista do real, não falsear a realidade através de generalizações excessivas, afastar os perigos da compreensão espontânea, desconfiar de pressupostos, não se deixar ludibriar pelos discursos dos informantes, evitar a projeção acrítica da própria subjetividade.

Ao tratar de questões que devem ser consideradas pelo pesquisador em estudos dessa natureza Vieri (2002) afirma que, em realidades de grupos ou populações tradicionais não ocorre a discussão do saber pelo saber - o conhecimento está sempre interligado a uma vivência, a uma cultura prática. O saber pelo saber não interessa às sociedades tradicionais, daí a importância para o pesquisador conseguir pensar como se fosse seu informante, pois só assim conseguirá verificar a validade de certas hipóteses de trabalho. A dificuldade disso está em que o pesquisador, portador de outra cultura, faz suas elaborações racionais a partir de categorias de temporalidade e espacialidade diferentes das populações tradicionais. Para tanto, é preciso tentar aproximações aos modos de pensar e classificar o mundo daqueles que são os 'outros'. Para a autora "trata-se de um processo interno de maturação de diferenças culturais que são intensamente vividas, sentidas e até sonhadas, chegando a influenciar pelo resto

da vida a trajetória intelectual e emocional do pesquisador” (VIERTLHER, 2002, p. 22).

Para Martins (1993, p. 33)

A questão da pesquisa não se resolve, simplesmente, com uma certa sofisticação de técnicas, que funcionam bem, às vezes, num bairro da periferia ou num estudo sobre empresários. No campo, o pesquisador se defronta com uma linguagem de silêncio. Com o tempo, aprende a conviver com essa população e descobre o que significa o seu silêncio.

Assim, o pesquisador deve se esforçar para compreender os ditos e os não ditos, o afirmado e o implícito, o declarado e o sugerido. Desse modo, a fala – conforme mostra Martins (1993) - se torna na pesquisa um recurso tão ativo quanto a não fala, e é a partir da mescla do ouvido e não ouvido que o pesquisador constrói sua interpretação do tema. Nessa empreitada o pesquisador deixa de ser somente o agente da interpretação de um discurso linear, mas muitas vezes também o interprete das situações que não se configuraram ou que não podem se configurar.

2.2 Ferramentas metodológicas

Para que não se incorresse em equívocos de interpretação, foi feito um uso cruzado de técnicas para que os comportamentos, os depoimentos e as falas pudessem formar um material coerente dentro das próprias referências culturais dos grupos pesquisados. Para os objetivos da tese as ferramentas metodológicas mais importantes foram a conversa, ou prosa demorada, a observação e o desenho de mapas. O fenômeno foi investigado a partir dos seus próprios dados, daquelas referências fornecidas pelos grupos estudados e os significados atribuídos ao fenômeno por eles próprios.

Também foram utilizadas entrevistas semiestruturadas e o Diagrama de Venn², este último aplicado apenas nos primeiros dois reassentamentos pesquisados. Isso porque, o uso de uma técnica precisa ser cauteloso, e é necessário perceber o quanto ela pode trazer de informações relevantes ou não em determinado momento, para um determinado grupo. É preciso ter claro que a ferramenta não pode engessar a pesquisa, transformar-se numa camisa de força que mais atrapalha do que ajuda na descrição daquilo que se pretende compreender. Assim, no caso do uso do Diagrama de Venn, era intuito que as reuniões exigidas pela técnica, primeiro não atrapalhassem o andamento das atividades e o cotidiano das famílias; contudo, após ser aplicada nos dois primeiros grupos, ficou claro que a reunião, como atitude coletiva, havia se transformado numa prática raramente utilizada pelos grupos reassentados. No período de negociação dos direitos com a Cemig, antes de se mudarem para os reassentamentos, as reuniões aconteciam frequentemente, eram comuns e corriqueiras, pois estavam em intensa mobilização para garantia de direitos; já nos reassentamentos, com a chegada de certa “calmaria”, a prática de se reunir foi ficando mais espaçada, ocorrendo apenas quando há algum objetivo bastante definido para as famílias. Por isso, a convocação de reunião, sem com isso haver algum interesse para o próprio grupo, mas tão somente para os objetivos da pesquisa, pareceu algo que não valeria a pena insistir.

As conversas, aliadas à observação, foram importantes ferramentas para apreensão do fenômeno. Campos (2002) afirma que no trabalho de campo, de

² Esta técnica consiste na identificação de indivíduos e instituições e sua importância para a comunidade e como estão envolvidos, direta ou indiretamente com o cotidiano do grupo. Após o levantamento de todas as instituições e pessoas que fazem parte da rede de relações das famílias, discute-se a importância de cada um deles para o grupo. Em seguida os informantes desenham círculos para representar cada um deles, inclusive um círculo representando o reassentamento, e o tamanho de cada um deles dependerá da importância que possuem para o grupo; já a distância representará a atuação delas para o grupo, ou seja, quanto mais perto, mais atuante é a instituição ou pessoa para o grupo como um todo.

natureza qualitativa, o pesquisador deve ter o cuidado de não perguntar em demasia o informante, pois o diálogo é muito mais importante que o questionamento. Mas, para isso é preciso ajustar as referências do diálogo, para que não se corra o risco de cometer equívocos de interpretação.

A observação perpassou todo o trabalho de campo, desde o momento da chegada até o momento da saída dos reassentamentos, numa entrega à rotina e à observação das atividades de interesse, com período de interações sociais intensas entre pesquisadora e os sujeitos da pesquisa. Para Chambers e Gijjt (1995), a observação se torna mais eficaz na medida em que é combinada com uma consciência autocrítica dos pontos de vista do pesquisador, que é o resultado da educação recebida e antecedentes específicos. Para isso, é preciso um esforço consciente no sentido de minimizar as influências da própria formação para apreender informações no campo. Dessa forma, as falas dos informantes, juntamente com a observação de seu modo de fazer guiaram, de maneira geral, a pesquisa de campo.

Em campo foram procurados informantes-chave que possuíssem conhecimentos detalhados sobre a realidade local; eles foram selecionados não aleatoriamente, mas propositalmente. Somente esses primeiros informantes foram pré-estabelecidos - aqueles que estiveram à frente do processo de reassentamento e exerceram de alguma forma, papel de liderança durante a negociação de direitos, pois foi importante considerar a posição ou relações sociais que esses informantes detinham dentro da comunidade. A relação da pesquisadora já construída anteriormente com alguns dos membros da Comissão de Atingidos pela Barragem de Irapé, desde o ano de 2004, na época do trabalho desenvolvido no Campo-Vale, facilitou o contato e a abertura para a pesquisa nos reassentamentos. A partir deles novos informantes foram escolhidos por temas específicos; portanto a escolha não foi pré-estabelecida, mas sim, construída gradualmente.

Além do emprego de métodos diferentes de coleta de dados, foi realizado o exame da literatura sobre os temas abordados pela pesquisa, de maneira a comparar aquilo que foi apreendido no campo com aquilo que já existia em termos de pesquisa e teoria. Assim, como o papel do empírico é fundamental para a compreensão da realidade que se pesquisa, pois é o momento que o trabalho adquire sentido e relevância, recorrer à produção teórica também foi imprescindível para a pesquisa. Aquilo que foi levantado durante o campo apresentou-se indissociavelmente interligado à produção teórica sobre os temas. Dessa forma, a produção teórica também ocupou posição de destaque, e a busca pelos dados empíricos surgiu a partir do marco teórico. Em outras palavras: a compreensão do fenômeno foi construída a partir da interligação feita entre a teoria e as informações obtidas em campo. Para esta tese a produção teórica sobre campesinato, migração, herança e sucessão, saber local, redes sociotécnicas e sobre o Jequitinhonha formaram as bases teóricas para a compreensão do fenômeno que se pesquisou.

2.3 A pesquisa de campo

A pesquisa de campo em estudos desta natureza é uma experiência altamente pessoal, pois os instrumentos de campo se juntam com as capacidades individuais do investigador (que pode ser sua força ou sua fraqueza) numa dada situação real do campo, transformando-se numa experiência muitíssimo personalizada (FINO, 2008).

Enxergar “o outro” através de um olhar de quem vem “de fora”, foi o grande desafio ao adentrar o campo. Era preciso minimizar o risco de ter o olhar colonizador e enviesado que impede de se ver o que de fato compõe aquela realidade. Era a interpretação que este “outro” faz da realidade em que está

inserido que interessava ao trabalho. Era preciso “descobrir” o outro, olhá-lo, e acima de tudo, enxergá-lo.

A pesquisa de campo aconteceu em algumas etapas. Primeiro, em outubro de 2009, através da participação no “Colóquio Barragem de Irapé: um balanço das consequências sociais”, em Montes Claros, uma reflexão coletiva sobre as consequências sociais da barragem na perspectiva da população que foi deslocada por ela. O colóquio foi organizado por uma comissão composta pelo Núcleo de Pesquisa e Apoio à Agricultura Familiar (Núcleo PPJ), Polo Jequitinhonha/UFMG, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura de Minas Gerais (FETAEMG), e contou com a participação de representantes de famílias atingidas de 14 reassentamentos, além de representantes de Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. O Colóquio foi o momento para as primeiras reflexões sobre a pesquisa, a partir das análises dos atingidos sobre como estavam vivendo nas novas terras: os ganhos, as perdas e as pendências. Também, nesse momento, foram feitos a aproximação e os contatos necessários para a pesquisa de campo que se desenrolaria posteriormente nos próprios reassentamentos.

Em 2010, outra etapa de campo foi realizada, através de visita e estada no reassentamento Nova Esperança, em Janaúba, numa sondagem prévia para se checar a relevância daquilo que pretendia ser pesquisado e também para que outros temas importantes, e que estavam ainda submersos nos objetivos do trabalho fossem percebidos. Ainda em 2010 os reassentamentos Nova Esperança (Francisco Dumont), Nova Esperança (Itacambira), Bela Vista (Botumirim), e Piedade (Cristália) foram percorridos para que a pesquisa fosse definida em termos de temas relevantes e também para que os contatos fossem estabelecidos. Foi o momento de confirmar a abertura dos reassentamentos para a pesquisa, pedir autorização e acolhimento das famílias para desenrolar o trabalho.

Assim, no decorrer do ano de 2011, entre os meses de abril e outubro, a pesquisa de campo mais intensa aconteceu nos seis reassentamentos definidos. A média de permanência em cada um deles foi de 6 dias, numa vivência de acolhimento, de fineza no trato, de saberes tão profundos quanto concretos, de descobertas, ensinamentos e encantamentos; ao lado disso, houve a lida para apreender uma realidade tão cheia de nuances, detalhes e sutilezas. Para isso foi preciso estar de fato lá, sem lembranças do que havia do lado de cá, para que os dias pudessem ser intensos e proveitosos. Era necessária a confiança dos grupos, além da acolhida; só assim a realidade poderia ser descortinada.

Períodos de pesquisa de campo

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|
| Colóquio Barragem de Irapé (Montes Claros) | 01 e 2/10/2009 |
| Reassentamento Nova Esperança (Janaúba) | 03 a 07/2/2010 |
| Reassentamentos Nova Esperança (Itacambira), Bela Vista (Botumirim), Piedade (Cristália) e Nova Esperança (Francisco Dumont) | 15 a 19/12/2010 |
| Reassentamento Nova Esperança (Janaúba) | 04 a 10/04/2011 |
| Reassentamento Nova Esperança (Francisco Dumont) | 09 a 14/05/2011 |
| Reassentamento Nova Esperança (Itacambira) | 30/05 a 05/06/2011 |
| Reassentamento Novo Horizonte (Água Boa) | 04 a 09/07/2011 |
| Reassentamento da Piedade (Cristália) | 01 a 07/08/2011 |
| Reassentamento Bela Vista (Botumirim) | 10 a 14/10/2011 |

Dentro de cada um dos reassentamentos pesquisados foram abordados cinco temas considerados importantes para dar sustentação ao objetivo principal da tese: compreender o processo de reterritorialização das comunidades, suas transformações em seus modos de organizar a produção material e a reprodução social e suas novas relações estabelecidas na criação de novos lugares específicos de vida e de trabalho.

Estes são os temas:

- a) **estratégias de uso da terra no longo prazo:** para compreender como foram sendo construídas estratégias para o uso da terra, tendo em vista que sua elaboração foi o caminho para a reterritorialização. Essas estratégias implicam em diversas tendências de organização produtiva, agrícola e não agrícola, que foram desenhadas de acordo com o tipo de terra e os estoques de recursos naturais e patrimoniais disponíveis;
- b) **ciclo de ajuste:** para compreender como o ciclo de ajuste, traduzido em tempo de adaptação influenciou ou determinou o processo de reterritorialização da população, e como o capital ecológico e os recursos financeiros advindos das indenizações foram empregados nos primeiros anos de vida e de trabalho nos reassentamentos. Nesse ciclo houve também a dimensão das perdas das relações de reciprocidade e das relações técnicas e comerciais e o processo de reconstrução dessas relações nos novos espaços;
- c) **redes sociotécnicas:** para identificar as redes de relações entre os agricultores e entre eles e os agentes externos/internos de diversos tipos;
- d) **migração:** para entender a presença e os determinantes da migração e qual o sentido dela nos novos espaços, e se as razões e os destinos das migrações são os mesmos, ou não, que os levavam a migrarem quando estavam nos municípios de origem;
- e) **abandono das áreas de reassentamento:** para entender como os demais temas - estratégias de uso da terra, ciclos de ajuste, redes sociotécnicas e migração - influenciaram no abandono ou na persistência nas áreas de reassentamentos por parte das famílias.

A pesquisa foi estruturada de modo a entrevistar/dialogar com famílias em cada reassentamento a partir de critérios como:

- a) idade: famílias cujos casais fossem mais recentemente formados e famílias cujos casais fossem formados há mais tempo;
- b) indicadores de adaptabilidade: famílias cuja produção e patrimônio fossem maiores e famílias cuja produção e patrimônio fossem relativamente menores, para que não se enviesasse a pesquisa utilizando-se somente casos de relativo sucesso ou de insucesso, baseado na produção, contratação de diaristas, indicadores de patrimonialização;
- c) gênero e geração: homens/mulheres; jovens/mais velhos;
- d) papel de liderança: sujeitos que exercessem papéis de liderança e sujeitos que não exercessem.

Num primeiro momento buscou-se, através dos desenhos de mapas, compreender quais são as tendências de organização produtiva, agrícola e não agrícola das unidades produtivas. O desenho de mapas teve como objetivo principal identificar como as famílias estão utilizando as novas terras, e como estão, ou não, montando suas estratégias de uso a longo prazo, o que revelou os usos atuais das terras e porque assim foram construídos, ou seja, como foi sendo elaborado o conhecimento sobre o novo território para a ocupação do mesmo. Também foi, significativamente, usada a técnica de conversação para aprofundar o entendimento sobre as formas de uso da terra que porventura o mapa não conseguiu abarcar em função, principalmente, do tempo gasto para o desenho, que não poderia ser demasiado extenso a ponto de atrapalhar a rotina das famílias. A conversação foi usada para todas as demais categorias pesquisadas, principalmente em momentos em que o questionamento padronizado impedia o

avanço da pesquisa; assim, dialogar foi uma ferramenta de relevante importância.

Através das entrevistas fechadas, que compreendiam a totalidade das famílias, foram obtidas as informações sobre migrações da população reassentada que envolvessem chefes de família, filhos e filhas, e informações sobre os abandonos das áreas. Em dois reassentamentos foram utilizados o Diagrama de Venn; o uso ou não dessa ferramenta foi decidido em cada momento da pesquisa, de acordo com cada realidade deparada, tendo-se o cuidado para que o método não engessasse a pesquisa, impedindo que se conseguisse um panorama mais amplo do fenômeno.

O trabalho de campo desta natureza exige muita atenção, discrição, olhar apurado para os detalhes, e por vezes esses detalhes, que se transformariam em informações importantes, escapam do campo de visão. Algumas vezes isso aconteceu quando a pesquisa em determinado grupo já havia sido encerrada, sem possibilidades de retorno em função dos limites de tempo. A saída encontrada para isso foi fazer no reassentamento seguinte uma abordagem mais completa do que havia sido feita no reassentamento anterior, na tentativa de ver o que havia escapado ao olhar. E esse olhar vai sendo apurado até os limites de onde se pode chegar com a pesquisa, por conta, principalmente, do tempo.

Para Martins (1993), em trabalhos desta natureza, as interpretações são parciais, provisórias, discutíveis e

é uma volta ampla, demorada, o ritmo muito lento. Não dá para ter idéia do que efetivamente acontece, se ficarmos no limite de uma entrevista, de uma conversa, eventualmente de uma seqüência de entrevistas, de um trabalho etnográfico até perfeito. Sabemos de coisas interessantes, mas não, provavelmente, o que é substancial (MARTINS, 1993, p. 38).

Assim, neste trabalho, em cada reassentamento percorrido uma certeza se reafirmava: a de que a realidade é complexa, e o que se deseja é compreender ao menos uma parte dela, e que a interpretação dessa parte seja realmente o desenho mais nítido possível do real. Porque, a totalidade do real só pode ser vista através de uma janela que, mesmo estando aberta, os olhos são incapazes de enxergar. Por isso, não há aqui ilusões sobre conclusões definitivas, pois as coisas “estão”, e jamais se tem a certeza absoluta de que “são”.

CAPÍTULO 3

TERRITÓRIO, DESENVOLVIMENTO E EXPROPRIAÇÃO

Ao propor pesquisar a reterritorialização de comunidades rurais tradicionais, um tema importante emerge: a questão do território, que além de ser o espaço onde se produz economicamente, é também lugar de valores, cultura, tradições, símbolos e conflitos, que não se define apenas por limites físicos, mas pela maneira como acontece dentro dele a interação social (FERNANDES, 2006; TENÓRIO, 2008).

Numa situação em que comunidades tradicionais são compulsoriamente deslocadas de seus territórios de origem, como aconteceu com os atingidos pela Usina Hidrelétrica de Irapé, surge a questão de como esses grupos se esforçam para conhecer, relacionar, controlar e se identificar com o território que passaram a ocupar. A partir desse contexto aparecem duas questões importantes. Uma delas tem a ver com o processo de desterritorialização, advindo de projetos econômicos de grande porte e de grandes impactos sociais e ambientais, como hidrelétricas, rodovias, planos de colonização e monoculturas. Esses projetos, que fazem parte da infraestrutura básica para o crescimento da economia, não têm como destinatários os grupos locais, que são na sua maioria populações camponesas; ao contrário, as retiram de seus lugares de origem (MARTINS, 1993; THOMAS JÚNIOR, 2010; ZHOURI; OLIVEIRA, 2005). A outra questão importante é a do desenvolvimento rural com enfoque territorial que, a partir dos anos de 1990, ganhou importância nos programas do Estado brasileiro e passou a incorporar, ainda que de forma parcial e incompleta, as demandas das populações rurais, através da noção de capital social e território em suas concepções (ABRAMOVAY, 2003; ORTEGA, 2008).

Dessa maneira, a reterritorialização dos atingidos pela barragem de Irapé pode ser compreendida à luz das abordagens de território, desenvolvimento territorial e desterritorialização. Esses temas fazem parte das bases teóricas para se compreender a adaptação exigida pelos novos locais para onde os grupos foram remanejados.

3.1 Território: entre conceitos e concepções

O conceito de território vem sendo amplamente usado por várias disciplinas para análise da realidade social, com diversas linhas de abordagem, sendo a Geografia a disciplina que reivindica a primazia na discussão e aplicação do termo. No entanto muitas contribuições importantes a essa discussão conceitual estão vindo de áreas como a Sociologia e a Antropologia. Como o conceito é aplicado nos diferentes campos das ciências, muitas são também as perspectivas adotadas. A partir do começo dos anos 1970 cresceram as análises e interpretações do processo de territorialização, com aumento significativo do número de pesquisas e publicações centradas no tema, ao mesmo tempo em que se teceu uma trama de relações entre distintas obras, autores e grupos de estudos. As muitas e diferentes abordagens e perspectivas evidenciam a sua complexidade.

Sem a pretensão de abarcar toda a discussão sobre território, que implicaria num esforço teórico que poderia desviar o foco central do trabalho, além da falta de fôlego para alimentar toda essa discussão teórica, o objetivo aqui é introduzir alguns elementos e perspectivas que perpassam esse conceito tão complexo e utilizado na contemporaneidade. A intenção é trazer algumas leituras do tema que possam contribuir para a interpretação da realidade pesquisada.

E mais do que uma discussão introdutória para intercâmbio acadêmico, o esforço aqui se dá na intenção de olhar para o sujeito e compreender a realidade que ele vive em seu território. A preocupação é que a teoria não crie uma realidade, ou se coloque à frente dela, mas sim que a realidade pesquisada possa ser compreendida à luz de alguns conceitos, sem que tenha que estejam engessados numa escolha teórica rígida. Seria a realidade regendo a teoria, e não a teoria forjando a realidade.

Importante afirmar já de antemão, que o território tratado aqui não é aquele marcado por leis naturais, sem atores, nem tampouco aquele tratado somente como espaço físico de interação entre atores, que não mantém relações com o ambiente natural. O território é o resultado de uma relação contínua e recíproca entre a sociedade, ou grupo social, e o ambiente material.

Saquet (2010, p. 21) afirma que é

fundamental não se separar a (i)materialidade da vida, que se revela ao nosso olhar e compreensão, através da relação economia-política-cultura-natureza no processo de territorialização, e se traduz em objetos e relações, cotidianamente.

Nessa abordagem, expressões como “território” e “espaço” encontram-se na ordem do dia. Assim, antes de buscar formulações razoavelmente claras sobre o território é importante distinguir essas categorias, para evitar equívocos conceituais.

Primeiro é importante definir o espaço como aquilo que vem antes do território - o mais absoluto, o natural, um palco, um suporte, uma superfície, antecedente ao território. Contudo a ação humana muda essa realidade - é o palco transformado em espetáculo, espaço transformado em território. Assim, é a ação humana que faz com que o espaço vire território, e isso acontece no campo do poder e da dominação: um determinado espaço pode ser demarcado e

apropriado por aqueles capazes de mantê-lo sob seu domínio. A vivência em grupo seria a ponte entre o espaço puro e o território; através dos vínculos, das invenções humanas, das suas criações e das práticas sociais se produz o território, ou ao menos a sua condição; ele é o fruto da ação de um sujeito que se apropria concreta e/ou simbolicamente do espaço. Assim, o princípio da territorialidade emerge da necessidade e da tentativa de apropriação do uso territorial por meio da demarcação desse domínio. Esse processo de apropriação do espaço pelos homens é entendido como a expressão da territorialização (HAESBAERT, 2011; HEIDRICH, 2004; SCHNEIDER, 2009). Assim, a territorialidade é um fenômeno social envolvendo indivíduos que fazem parte de grupos que interagem entre si e que são mediados pelo território; é o acontecer de todas as atividades, é o desenrolar do cotidiano. Por exemplo, na definição de Heidrich (2004, p. 39)

o território é antes de tudo uma relação que envolve apropriação, domínio, identidade, pertencimento, demarcação, separação. E se apenas parte destas características estão presentes, creio que podemos considerar a ocorrência do seu princípio, ou seja, do princípio da territorialidade.

Como o território é fruto de uma apropriação do espaço, é válido afirmar que os processos de territorialização são permeados por formas de dominação, através de mecanismos de poder que assegurem seu domínio e seu controle. Mas, na multidimensionalidade do mundo, não se trata somente de um poder que garanta submissão dos cidadãos ao Estado, dentro de uma concepção administrativa que se dá nos limites do espaço físico de uma nação, delimitado pela ordem jurídica e política. Trata-se de um poder que acontece através de relações das mais variadas intensidades e ritmos, que envolvem processos da vida cotidiana, num campo de forças em que as relações sociais são conflituosas,

heterogêneas, variáveis, e que extrapolam o Estado. Essas relações de poder estão em todas as relações sociais e são indispensáveis na efetivação de um território, o qual assume distintos significados para diferentes sociedades ou grupos sociais dominantes. As forças sociais efetivam, pois, o território (SAQUET, 2010; SCHNEIDER, 2009).

Para Haesbaert (2011), esse processo de territorialização se dá efetivamente quando reúne uma dimensão funcional, concreta, e também uma dimensão simbólica. O controle físico (dominação objetiva), associado a uma apropriação simbólica do espaço, mais subjetivada, implica numa abordagem do espaço onde ele é, ao mesmo tempo, dominado e apropriado, ou seja, onde se constroem não apenas controle, mas também laços de identidade social. O território deve, assim, ser compreendido numa perspectiva integradora: como domínio político-econômico e também como apropriação simbólica.

A vertente analítica que define o território a partir de uma perspectiva materialista, pensa o espaço na sua dimensão instrumental, no sentido de que um determinado lugar pode ser demarcado e apropriado por aqueles capazes de mantê-lo sob domínio. Para esses, o território é, antes de mais nada, uma fonte de recursos, de meios materiais de existência. Essa perspectiva enfatiza o uso e a transformação dos recursos naturais como instrumentos de poder. Há assim, uma ligação explícita entre o território e a natureza. Haesbaert (2007, p. 47) afirma que

hoje, em muitos lugares do mundo, estamos bem distantes de uma concepção de território como 'fonte de recursos' ou como simples 'apropriação da natureza' em sentido estrito. Isto não significa, contudo, que estas características estejam completamente superadas.

Para os estudiosos que pensam o território a partir das relações entre as dimensões imateriais, culturais e simbólicas, ou seja, em sua dimensão ideal, o

espaço também está investido de valores éticos, simbólicos e afetivos, e não somente valores materiais; e essa carga simbólica faz com que o território seja um construtor de identidade. Assim, nessa perspectiva, o território não é somente uma delimitação do espaço físico, mas uma referência cultural que se manifesta através da comunhão de valores e sentimentos de pertencimento de um grupo; ele é analisado, fundamentalmente, como produto da apropriação feita através da identidade social sobre o espaço. A territorialidade está intimamente relacionada à forma como as pessoas dão significado ao lugar (HAESBAERT, 2007).

Haesbaert (2005, 2007), para entender os sentidos do conceito, agrupou as diversas concepções em referenciais teóricos. Num esforço de construir uma tipologia, ele escreve sobre combinações entre funcionalidade (ou materialidade), e simbolismo existentes nesses espaços, utilizando os “tipos ideais”, num esquema genérico, dividido em território funcional e território simbólico. O primeiro seria aquele tido como fonte de recursos ou proteção e abrigo, e o segundo seria produto da valorização simbólica de uma coletividade. Sendo “tipos ideais” ou extremos, ele propõe que a conceituação incorpore essas duas dimensões, pois todo território com características mais funcionais tem sempre algo de simbólico, por menor que seja essa expressão, e todo território “simbólico” tem sempre algo funcional, por mais reduzido que também seja.

Sobre a contribuição de Haesbaert (2007), Saquet (2010) afirma que ele consegue conciliar aspectos objetivos e subjetivos, sinalizando para uma abordagem múltipla e (i) material do território - econômico, político e cultural. Ele consegue integrar a dimensão material e ideária do território, com ênfase nos processos culturais e políticos. O território significa, ao mesmo tempo, apropriação e ordenamento político, coesão e identidade, em que acontecem relações de poder, sejam as estabelecidas pelo Estado-Nação, sejam as advindas

da multidimensionalidade das relações sociais. “São relações de força que condicionam e constituem o território” (SAQUET, 2010, p. 124).

Essa abordagem múltipla e (i) material do território serve de base para a compreensão das comunidades rurais do Vale do Jequitinhonha, que apresentam características e modos de agir e pensar, politicamente, ideologicamente, economicamente e religiosamente, bastante específicos. Essa forma tão particular de ver e viver, toda a complexidade que gira em torno de seus processos de produção e reprodução social acontece num território específico, em que a terra é mais do que um espaço de produção agrícola (dimensão material), mas também um lugar de vida e de trabalho (dimensão simbólica), onde se nasce, herda, luta, enterra os mortos, constrói, espera a chuva, festeja, celebra. Os agricultores do Alto Jequitinhonha estão harmoniosamente, o que de forma alguma quer dizer estaticamente, ligados aos seus territórios. O território é, assim, uma categoria de grande importância nesta tese, que não se define apenas por limites físicos, mas sim pela maneira como acontece dentro deles a interação social, tão bem definido por Haesbaert (2005, 2007).

O território é também condição para os processos de desenvolvimento: natureza e sociedade manifestando-se, sendo a identidade um componente fundamental da constituição territorial. Essa identidade refere-se à vida em sociedade, a um campo simbólico que envolve a reciprocidade. Para a geografia a identidade significa territorialidade, e os homens, através de suas necessidades e aprendizagens, produzem e renovam identidades, territorialidades. Ela é, pois, um produto social e se constitui no patrimônio territorial de cada lugar: econômica, política, cultural e ambiental. Como patrimônio, ela precisa ser gerida com vistas ao desenvolvimento. Essa identidade significa “patrimônio herdado do passado, mas também uma organização social na busca do desenvolvimento” (SAQUET, 2010, p. 152).

Assim, o conceito de território está ligado não somente à ideia de domínio, de poder, mas também de gestão de uma área, de um espaço, ganhando nos últimos tempos um notável lugar nas ciências administrativas, através da gestão do espaço. No campo da administração, na contramão da visão reducionista, determinada pelo mercado, competição e lucro, emergiu o tema da gestão social, associado, entre outras coisas, às políticas públicas de desenvolvimento territorial e à possibilidade de uma gestão participativa. Essas políticas públicas de enfoque territorial fundamentam-se na noção de descentralização político-administrativa e na constituição de arranjos socioprodutivos locais/territoriais que tenham condições de dinamizarem projetos de desenvolvimento de forma autônoma e endógena. Esses temas têm sido objetos de estudo e prática da gestão social, e que, por sua vez, é uma discussão atualmente relevante dentro das ciências administrativas.

Outra forma de abordar o tema do território foi construída pela antropologia. A qual usa o conceito vinculando-o mais às sociedades tradicionais e à dimensão simbólica, com vínculos espaciais mais pronunciados. Os antropólogos usam o conceito de território para descrever o espaço onde ocorrem relações e interações de determinados grupos sociais, mediados por símbolos e representações (SCHNEIDER, 2009).

Godoi (1999), nessa perspectiva, ao tratar da função social da memória, faz uma associação com o território. A memória é o que liga o presente ao passado, o que foi ao que está por vir. “O tempo familiar é permanentemente recriado pelo conhecimento transmitido, ritmado pela sucessão de gerações, introduzindo o indivíduo no seu vivido social” (GODOI, 1999, p. 146).

O trabalho da memória constrói uma história coletiva própria, em que estão contidos acontecimentos que marcaram a vida do grupo, e que se dá num espaço específico. A memória liga não só o presente ao passado, mas tem também o poder de ligar o grupo ao espaço vivido, fortalecendo os laços das

pessoas, enquanto coletividade, ao território (GODOI, 1999). A formação do território cria entre as pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, ou seja, o sentido da territorialidade, que é uma forma subjetiva, mas consciente, de interação entre as pessoas (ANDRADE, 2004).

Little (2002), numa perspectiva antropológica, elaborou o conceito de territórios sociais, em que vincula os elementos sociais, simbólicos e rituais dos diversos grupos sociais aos seus respectivos ambientes biofísicos. O autor define “territorialidade” como o esforço de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertido assim em seu território. Há muitos territórios dentro de uma nação, denominado por ele como territórios sociais. Essa perspectiva vai de encontro à ideologia territorial do Estado-Nação, que é vinculada ao fenômeno do nacionalismo, cuja ideologia territorial se fundamenta no conceito legal de soberania, que postula a exclusividade do controle de um território pela superestrutura do Estado³.

Outro elemento fundamental que Little (2002) traz para a compreensão dos territórios é a memória coletiva, que incorpora as dimensões simbólicas e identitárias na relação do grupo com sua área, mas que nem sempre se refere a um lugar primordial de origem do grupo, e que pode se modificar para atender a novas circunstâncias e movimentos. Ser de um lugar não tem a ver necessariamente com etnicidade ou raça, mas sim com a relação com o espaço físico determinado, sendo a territorialidade uma força latente em qualquer grupo (LITTLE, 2002). Essa ideia reforça a noção de reterritorialização abordada por este trabalho.

³Com relação ao território do Estado-Nação, geralmente associado a um poder instituído de soberania, Heidrich (2004) afirma que a integração socioespacial que uma nação pode proporcionar não resolve o problema dos interesses particulares, a não ser através da imposição de um consenso, em que o interesse particular é transformado em interesse geral. Mas num determinado espaço pode ser exercido formas de dominação de outra natureza, e quaisquer que sejam elas, isso implicará num processo de territorialização.

Dessa forma, Godoi (1999) e Little (2002) constroem a noção de território através: 1) do trabalho da memória, capaz de dotar o ambiente de simbolismo e significado; 2) da identidade do grupo, que é um produto histórico de processos sociais e políticos, mais do que uma relação com etnicidade ou raça; e 3) do esforço coletivo de ocupar, usar e controlar o ambiente. Mas, mostram também que é no contexto do conflito que a conduta territorial aparece mais fortemente. É num contexto de pressão sobre o território de determinado grupo que a memória é ativada, criando solidariedades, produzindo identidades, construindo regras de pertencimento e exclusão, que delimitam as fronteiras sociais do grupo.

No caso dos atingidos pela barragem de Irapé, no contexto de pressão sobre seus territórios, tiveram que refletir sobre seus modos de ser e viver, suas relações com o espaço e apropriação da natureza, sobre sua base de vivência. Essa reflexão foi essencial para ganharem legitimidade perante o empreendedor, e legitimidade também perante a sociedade. Nesse encontro com o outro, com o de fora, que emergiu a valorização da cultura, do lugar e das práticas costumeiras, muitas vezes escondidas dentro da comunidade, e que delinearam a noção de pertencimento que contribuiu para que “construíssem” seus territórios. Para Little (2002), quando as terras de um determinado grupo estão sendo invadidas (por diferentes formas dentro do modelo de sociedade dominante), a defesa do território pode ser um elemento unificador do grupo.

Por fim, o território também significa tempo. A abordagem territorial está centrada na relação entre espaço-tempo-território. E o tempo também é uma categoria importante para o presente trabalho: a readaptação, a reterritorialização, se desenrola através do tempo. Houve o tempo da luta, mudança, adaptação e o tempo presente, da vivência concreta e diária. Milton Santos trouxe importantes contribuições para a construção do conceito de território envolvendo o tempo. Para ele todos os espaços são geográficos, porque

são determinados pelo movimento da sociedade, num mosaico de relações, formas, funções e sentidos, em que o desenrolar da história e a expansão da população mundial vão construindo novas formas de organização espacial. O espaço é uma construção social, em que a paisagem que está no domínio do visível, daquilo que a vista alcança, é modificada, através de um dinamismo que transforma qualitativa e quantitativamente o espaço habitado. Essas transformações acontecem a todo tempo, reorganizando permanentemente o território (SANTOS, 1988).

3.2 Território rural

Tanto de onde vieram como para onde foram, os grupos atingidos pela Usina Hidrelétrica de Irapé fazem parte de territórios rurais - viveram e vivem em áreas rurais. Atualmente, o que parece ser essencial para debater o rural é pensá-lo a partir da ideia de território: como um espaço, uma história, uma cultura, uma sociedade e inclusive uma economia, mas não simplesmente como um setor da economia. Pensar o rural somente do ponto de vista econômico, ou setorial, apenas como espaço de produção de mercadorias, é uma análise parcial e sujeita a grandes equívocos, pois, por mais importantes que sejam as questões relacionadas à produção, elas não são a totalidade, e sim uma de suas dimensões.

Marques (2002) ao abordar o conceito de espaço rural afirma que no Brasil a forma oficial para classificá-lo, segundo o critério político-administrativo adotado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, está associado ao que não é urbano, ou seja, ainda faz uma classificação de natureza residual: áreas rurais como aquelas que se encontram fora dos limites das cidades. Para Abramovay (2003) ainda há no Brasil um vício de raciocínio que associa automaticamente o rural ao atraso, à carência de serviços e à falta de cidadania, sendo associado àquela parcela remanescente que ainda

não foi atingida pelas cidades, pela urbanização do campo. O autor afirma que em trabalhos europeus, norte-americanos e nas tentativas mais recentes da Divisão de Desenvolvimento Rural da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO/DAS), para a América Latina o rural não é mais definido por essa oposição, mas sim na sua relação com as cidades. Para Veiga (2003), o Brasil é menos urbano do que se imagina; ele defende que o rural não pode ser identificado somente como aquilo que está fora do perímetro urbano dos municípios, bem como com as atividades exclusivamente agropecuárias, chamando a atenção para se pensar o rural territorialmente, e não setorialmente.

Há muita divergência quanto ao modo de se definir o rural, seja pela diversidade em que se apresenta no espaço e no tempo, seja pelas posições político- ideológico de quem empreita a tarefa de defini-lo, em que “comumente o rural é definido juntamente com o urbano com base em características a partir das quais eles se diferenciam” (MARQUES, 2002, p. 99). Segundo a autora, as definições giram em torno de duas grandes abordagens: uma que pensa o rural como o oposto de urbano, baseando-se nas suas diferenças, e outra que defende a ideia de um avanço da industrialização, em que a sociedade rural caminhe em direção da realidade urbana, no sentido de aproximar-se dela. Para ela, ambas as perspectivas de classificação são dicotômicas e oscilam entre dois polos, “ora idealizando o passado e valorizando o tradicional, ora baseando-se na idéia de progresso e valorizando o moderno”. A perspectiva de um *continuum*, com uma maior integração entre campo-cidade, em que não haveria uma distinção nítida, também se apoia, segundo ela, numa concepção dual, “pois considera o rural e o urbano como pontos extremos numa escala de gradação”.

Se para Marques (2002) a concepção do rural ainda está calcada numa visão dicotômica, que oscila entre polos que não condizem com a realidade rural, para Schneider (2009) essa discussão sobre a ruralidade já superou essas

dicotomias. Para ele não há mais divergência sobre a interação do rural com o urbano e vice-versa.

Embora não exista acordo em relação ao modo de classificar e definir o conteúdo e a extensão da ruralidade, há consenso de que os processos sociais, as dinâmicas econômicas (produtivas e tecnológicas) e os traços culturais que ocorrem no espaço rural são fluidos, permeáveis, transpassados e de algum modo integrados à sociedade contemporânea. Portanto, aquela idéia de associar o rural ao atraso, ao isolamento ou a tradição e o urbano ao progresso, à integração e à modernidade perderam seu sentido (SCHNEIDER, 2009, p. 35).

Atualmente há estudos que apontam para um fenômeno que vem ocorrendo em algumas regiões do meio rural brasileiro, que é uma reorientação da capacidade produtiva da população no campo, transformando o espaço rural não somente no espaço da atividade agrícola. Essa reorientação mostra uma redução de pessoas ocupadas com atividades na agricultura, exercendo atividades não agrícolas e mostram também o aparecimento de pequenos agricultores que combinam a agricultura com outras atividades, que é uma estratégia adotada, quando as condições permitem, para garantir a permanência e manutenção dos vínculos com o patrimônio familiar. A ideia de que a função principal do mundo rural tem que ser necessariamente a produção de alimentos e que a atividade predominante é a produção agrícola é colocada em xeque, na medida em que ocorre uma espécie de disjunção entre o mundo rural e a agricultura (CARNEIRO, 1998).

O que parece estar se transformando num consenso, apesar das divergências de opiniões entre autores, é o fato de que a ruralidade é um conceito territorial, e não setorial. Há também convergência na literatura internacional em torno do qual se definem as características gerais do meio rural, que se dá por meio de três aspectos básicos: 1) a relação com a natureza; 2) a

importância das áreas não densamente povoadas; e 3) a dependência do sistema urbano. A ruralidade mantém um contato imediato dos habitantes com o meio natural e, na medida em que incorpora isso como um valor a ser preservado, as práticas de exploração sustentáveis da biodiversidade vão ganhando força. A outra questão é que não há fatalismo capaz de condenar os espaços rurais ao abandono constante; em muitos casos (nos países desenvolvidos) há um renascimento rural, em que pessoas buscam a qualidade obtida no campo para viverem, mesmo através de uma mobilidade cotidiana, em que se mora no espaço rural e se trabalha no espaço urbano. Por fim, a importância dessas áreas não pode subestimar a dependência delas com relação às cidades, às regiões metropolitanas ou mesmo aos pequenos centros em torno dos quais se organiza a vida local, pois mantém estreitos laços econômicos que são vitais para a dinamização das regiões rurais (ABRAMOVAY, 2003).

Marques (2002) argumenta que o campo não deve ser compreendido apenas como algo complementar à cidade, a partir de sua funcionalidade econômica à sociedade urbana, ele deve ser definido não a partir de suas carências, mas a partir de suas próprias características, pois:

a grande diversidade social de nosso campo se associa à sua diversidade natural, o que se reflete na complexidade de sua problemática social e ambiental, ao mesmo tempo em que representa um imenso potencial para o seu desenvolvimento. Para se poder avaliar melhor a tal potencialidade, é preciso compreender o(s) significado(s) que apresenta o espaço rural (MARQUES, 2002, p. 97).

Dessa forma, a ruralidade não é uma etapa do desenvolvimento a ser superada através do progresso e da urbanização, isso seria subestimar o seu valor. E embora existam traços em comum, o meio rural caracteriza-se por sua imensa diversidade. Captar essa diversidade é um grande desafio para pesquisas contemporâneas sobre desenvolvimento territorial, pois o rural é múltiplo,

complexo, denso, sendo impossível catalogá-lo de forma simplista, sem os cuidados que as análises devem ter. Um olhar superficial para ele pode levar pesquisadores a equívocos grosseiros, além de deixar de mostrar o que há de mais intenso e vívido daquilo que o rural carrega.

A noção de território favorece a compreensão dos espaços rurais na medida em que acrescenta variáveis ao olhar estritamente setorial, dando o peso devido aos sujeitos sociais e suas organizações, ao ambiente, recursos naturais, além de enfatizar a maneira como os sujeitos utilizam os recursos em sua organização produtiva (relação entre sistemas sociais e ecológicos). Assim, o enfoque aqui está em como a abordagem territorial é capaz de dinamizar processos de desenvolvimento locais.

Abordar o rural a partir da noção de território é ampliar o olhar para além dos aspectos econômicos associados às atividades agropecuárias, e incorporar a dimensão social e política que o envolve. Da mesma forma que as cidades não são apenas indústrias, o meio rural não é só agricultura. Fernandes (2006) se refere ao campo como espaço de vida onde se realizam todas as dimensões da existência humana, a partir das relações entre as pessoas e entre elas e a natureza (relação entre sistemas sociais e ecológicos), modificando a paisagem e construindo o território, em toda sua completude. Schneider e Tartaruga (2005) defendem a ideia de território como espaço da vivência, da convivência, da copresença de cada pessoa, sendo esse espaço determinado por relações de poder. Dessa forma, na medida em que o mundo rural passa a ser tratado em toda sua diversidade, e não exclusivamente pelas suas atividades agropecuárias, ele deixa de ser analisado como um setor e passa a ser apreendido em termos territoriais, com a complexidade que o permeia.

Assim, os grupos pesquisados existem dentro de um território, que é multidimensional e que precisa ser entendido em sua completude. Esses territórios são espaços geográficos, políticos, sociais e econômicos em que esses

sujeitos sociais executam seus projetos de vida, realizando sua existência. É o lugar de gente, trabalho, organização política, produção, mercado e cultura. E isso tudo se desenvolve no território: são relações construídas e transformadas nesses espaços e que só podem ser compreendidas a partir de um olhar apurado em direção ao todo.

3.3 Desenvolvimento rural e a perspectiva territorial

A questão do desenvolvimento rural vem sendo analisada a partir de várias experiências de trajetórias de desenvolvimento e de argumentos de diversos estudiosos sobre o tema. Há uma busca por construir uma concepção do desenvolvimento, com base na organização de interesses territorialmente delimitados, destacando a importância do “local” para o desenvolvimento. Nos últimos anos o enfoque territorial tem sido usado na elaboração e implementação de políticas públicas de desenvolvimento rural, incorporando a noção de capital social e território em suas concepções.

3.3.1 A modernização da agricultura

Durante muito tempo o rural foi analisado como um setor econômico e a agricultura reduzida a uma dimensão estritamente produtiva. O rural era visto como um espaço residual, o local do atraso, em que a urbanização ainda não havia chegado; essa visão foi sendo difundida pelo pensamento intelectual brasileiro, enraizado também no imaginário coletivo. Por essa perspectiva, não se compreendia as interações da dimensão produtiva e também deixava de lado suas outras implicações, como a social, a cultural e a ambiental. Essa visão trouxe consequências de várias ordens: 1) impedindo a compreensão do rural como um espaço não só de produção, mas como um local de vida e de trabalho;

2) dificultando a compreensão da interação rural-urbano, em que o rural não seria somente a base de um setor (no caso o agrícola), mas também a base de um conjunto diverso de atividades e mercados potenciais, com uma integração cada vez maior com os setores industrial e o de serviços; e 3) comprometendo os processos de desenvolvimento, principalmente de desenvolvimento rural (ABRAMOVAY, 2003; ORTEGA, 2008).

Durante décadas a prioridade dos programas de desenvolvimento para o mundo rural foi aprofundar a especialização de viés agropecuarista, sendo tratado como espaço econômico a ser integrado à indústria, através dos complexos agroindustriais. Delgado (1985), analisando o desenvolvimento da agricultura brasileira afirma que no final dos anos 1960 inicia-se a arrancada do desenvolvimento industrial do campo, com a implantação de um setor industrial produtor de bens de produção para a agricultura, ou seja, a constituição do chamado Complexo Agroindustrial brasileiro (CAI). A constituição de um ramo industrial a montante (meios de produção para a agricultura) e a modernização do ramo industrial a jusante (processamento de produtos agrícolas) modernizou uma parcela da agricultura brasileira. Esse processo de integração técnica a montante e a jusante desenvolveu nexos profundos de relações agroindustriais (integração de capitais). A relação entre a agricultura e a indústria se intensificou, principalmente a partir da década de 1970, sendo que um setor passou a depender cada vez mais do outro. As agroindústrias cresceram como processadoras de produtos provenientes da agropecuária e se modernizaram, tornando-se mais exigentes. A formação do Complexo Agroindustrial se deu a partir dessa relação entre a indústria e a agricultura no país.

Essa imbricação setorial dividiu a compreensão da agricultura a duas abordagens: 1) uma face representando o atraso e a pobreza, formado por comunidades rurais que não haviam sido atingidas pelo processo de modernização da agricultura, e que apenas viabilizavam sua sobrevivência ou

produziam algum excedente para o mercado local; e 2) outra face representando a modernidade, marcada pela grande produção baseada no uso intensivo de mecanização e insumos químicos, símbolos da modernização da agricultura brasileira a partir da década de 1970. Essa visão relegou a um segundo plano os primeiros, sobretudo os aspectos não imediatamente econômicos associados aos agricultores familiares, alocando-os a uma posição subordinada de receptores de políticas sociais, ocultando a força econômica e a riqueza cultural, social e ambiental das populações rurais tradicionais. Já aos segundos essa abordagem deu um lugar privilegiado de setor econômico, com posições expressivas na destinação de políticas agrícolas.

Conforme observa Delgado (1985), o processo de modernização da agricultura provocou intensa diferenciação entre regiões e grupos sociais; não houve encurtamento da distância existente entre o grande e o pequeno produtor no país, ao contrário, houve aumento. Na verdade, o processo de modernização foi altamente concentrador, abrangendo basicamente as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul.

Contudo, a hegemonia de certos interesses econômicos e de um determinado padrão tecnológico não impediu que no meio rural persistisse uma diversidade de segmentos sociais, com diferentes identidades e com diferentes papéis na estrutura social e econômica (CARNEIRO, 1998; WANDERLEY, 1996). Cada segmento apresenta uma diversidade em termos de relação com os recursos naturais, com os demais setores da economia, com o mercado, com as políticas públicas.

3.3.2 Uma nova perspectiva para o desenvolvimento rural

Após essa especialização vivenciada no período de 1965-85 o Brasil rural passou por transformações e por uma dinamicidade, através do aumento da

importância das atividades rurais não agropecuárias e da integração crescente dos espaços rurais e urbanos. Ao mesmo tempo, por conta das ações dos movimentos sociais organizados, cresceu o debate sobre a gestão sustentável do ambiente, o reconhecimento de novos atores sociais, os movimentos pela transformação da própria institucionalidade rural. Essa nova realidade abriu possibilidades para a reflexão sobre os territórios rurais (ORTEGA, 2008).

A partir de uma renovação na discussão sobre desenvolvimento, decorrente de um questionamento da ordem internacional e evidenciado pela crise do neoliberalismo, surgiu uma nova visão, mais global e integrada, sobre o rural, com um enfoque territorial. Pode-se afirmar que essa nova forma de pensar o desenvolvimento surgiu a partir do questionamento sobre os padrões de desenvolvimento, levantadas a partir da década de 1970, entre outros autores por Sachs (1986). Até a década de 1970 só se levava em consideração o aspecto econômico associado à produção. Foi o nascimento da questão ambiental que permitiu se abrirem, então, janelas de oportunidade para questionar o desenvolvimento material e os padrões dominantes de produção e consumo, que legitimavam o crescimento econômico e negavam a natureza. Sachs (1986), entre outros autores, trouxe para o debate a emergência da questão ecológica, que até então praticamente inexistia, juntamente com a temática social.

Foi dessa temática ambiental, através do questionamento dos padrões de desenvolvimento da época, que esse autor construiu o conceito de ecodesenvolvimento - uma espécie de filosofia para o desenvolvimento. Para isso ele descartou qualquer possibilidade de volta ao passado, de retorno às formas primitivas e descartou também a ideia de um estado estacionário: parar de crescer não seria o caminho, principalmente em sociedades desiguais. O autor também fez crítica à imitação de modelos de desenvolvimento, que levariam ao “mal desenvolvimento”, ou seja, às desigualdades sociais e regionais; segundo ele, um modelo imitado provoca alienação cultural e isso é muito difícil de ser

superado, mais difícil do que a dependência econômica ou financeira (SACHS, 1986).

Desse processo surgiram novas estratégias de desenvolvimento, fundadas nas condições dos ecossistemas e no manejo prudente dos recursos, baseadas nos princípios do ecodesenvolvimento. O processo de desenvolvimento passou a ter em sua base os princípios de sustentabilidade, buscando dissolver as contradições entre meio ambiente e desenvolvimento (SACHS, 1986).

Para Sachs (1986), o desenvolvimento é um processo de aprendizagem, ligado à autoconfiança e à criatividade, orientado para a “identificação e satisfação das necessidades humanas, materiais e não materiais, social e culturalmente determinadas”. Para isso, uma das condições necessárias é o grande conhecimento sobre as culturas e os ecossistemas, e também os conhecimentos de como as diferentes culturas aprenderam sobre os seus ecossistemas. Seria promover o desenvolvimento baseado nas condições e potencialidades dos ecossistemas e no manejo prudente dos recursos (LEFF, 2001; SACHS, 1986).

Assim, o discurso de um desenvolvimento mais sustentável foi se legitimando e sendo difundido, até que se oficializou na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada em 1992, quando foi elaborado um programa global (Agenda 21) para regulamentar o processo de desenvolvimento baseado nos princípios da sustentabilidade. Nesse processo a ideia de desenvolvimento sustentável se consolidou e passou a fazer parte da linguagem comum, sendo incorporado também pelas interpretações correntes dos analistas de mercado, que se denominou na década de 1990 de “discurso neoliberal”. Essa nova vertente apregoava direitos de propriedades e preços aos bens e serviços da natureza, de acordo com as regras de mercado, ancorado num projeto reformador de perspectiva economicista, diluindo as

propostas de mudança de bases éticas construídas pelo ecodesenvolvimento⁴. Dessa maneira, a retórica do desenvolvimento sustentável perdeu a força do seu sentido crítico quando foi apropriado pelos agentes de negócios - o discurso neoliberal - e passou a conciliar a questão ambiental ao mercado, internalizando as condições ecológicas e os valores ambientais ao processo de crescimento econômico (LEFF, 2001). Esse discurso do desenvolvimento sustentável acabou por ser apropriado muitas vezes de forma vil, transformado, recapeado e o pior, perdendo seu sentido ético.

Contudo, já a partir da década de 1980 o fortalecimento dos movimentos sociais também favorecera a emergência da ideia de outra perspectiva para o desenvolvimento. A oposição ao regime militar brasileiro criou militantes que debatiam, entre outros temas, a possibilidade de tomar o futuro em suas mãos através de um desenvolvimento que se daria localmente. Foi na luta pela redemocratização do país que surgiram novos atores sociais e militantes localistas que lutavam por espaços para formulação e gestão de políticas públicas (ORTEGA, 2007).

A falência do autoritarismo do Estado brasileiro e a crise do nacional desenvolvimentismo fez emergir, a partir dos anos de 1990, um novo modelo de desenvolvimento, com uma concepção participativa e deliberativa da democracia, consequência das mobilizações sociais que reforçavam a ideia de participação popular. Surgiram então as primeiras experiências que rompiam com a forma centralizadora e autoritária de exercer o poder público, através de novas relações entre Estado e sociedade. Verificou-se a conquista de inúmeras

⁴ Martínez Alier (2007, p. 38), ao tratar das correntes do ecologismo, que se expandiram como uma reação ao crescimento econômico, afirma que a ideia do “desenvolvimento sustentável” tem um forte vínculo empresarial, embora inclua em suas preocupações a agricultura, a pesca e a silvicultura, porém fazendo a junção entre produção de bens e sustentabilidade ecológica, através de mudanças tecnológicas. O autor afirma que essa corrente, baseada num “credo da ecoeficiência”, “se apóia na crença de que as novas tecnologias e a ‘internalização das externalidades’ constituem instrumentos decisivos da modernização ecológica”.

prefeituras e alguns governos estaduais por forças políticas democratizantes, o que levou à abertura crescente de espaços de participação, apoio e parceria com movimentos sociais e organizações não governamentais, particularmente em nível municipal – eram as experiências de uma gestão social (ARMANI, 2001; PAULA, 2005).

Ortega (2008) traz a discussão sobre as mudanças institucionais, políticas, econômicas e sociais, a partir da década de 1990, que fortaleceram as experiências locais em busca do desenvolvimento dos territórios, que ele chama de territórios deprimidos. Ele aponta para a importância da maior participação da sociedade civil nas políticas públicas locais, a partir da proposta de maior descentralização da administração pública, preconizada na Constituição de 1988, valorizando espaços de concertação para construção de projetos locais, visando o desenvolvimento.

Nos últimos anos o enfoque territorial tem sido usado na elaboração e implementação de políticas públicas de desenvolvimento rural, incorporando a noção de capital social e território em suas concepções. A perspectiva territorial de desenvolvimento surge como alternativa para o desenvolvimento de municípios com perfil agrário, predominantemente de agricultura familiar, com uma maior interlocução entre os poderes públicos e a sociedade civil organizada.

Essas políticas públicas de enfoque territorial fundamentam-se na noção de descentralização político-administrativa e na constituição de arranjos socioprodutivos locais/territoriais que tenham condições de dinamizarem projetos de desenvolvimento de forma autônoma e endógena. Essa proposta de descentralização não propõe, contudo, uma desobrigação de governos em viabilizar bens públicos, tão necessários ao desenvolvimento de territórios em condições desfavoráveis; bem ao contrário da perspectiva liberal, que vê nas estratégias territoriais de desenvolvimento uma alternativa independente do Estado.

Assim, a temática do desenvolvimento territorial ganhou expressão a partir dos anos 1990, mesma época em que a então denominada onda neoliberalizante se faz praticamente hegemônica mundialmente. Essa década se destacou por sustentar a execução de uma denominada agenda neoliberal na América Latina, baseada na desregulamentação dos mercados, abertura comercial e financeira e redução do tamanho e papel do Estado na economia. O tema desenvolvimento passou a ser norteado pela perspectiva e proposições do Consenso de Washington⁵.

No Brasil o debate sobre desenvolvimento territorial também ganhou evidência devido ao conjunto de reformas liberais que desregulamentava a economia, baseada no Consenso de Washington, mas também devido ao fortalecimento das forças locais originárias dos movimentos contra a ditadura e pela redemocratização do país, das décadas de 1970 e 1980, num ambiente de luta democrática que colocava em xeque a capacidade do governo central em conduzir um processo de desenvolvimento sustentável, fortalecendo dessa forma a discussão em torno de processos locais de desenvolvimento (ORTEGA et al., 2009).

Houve também uma motivação institucional que fortaleceu o debate sobre desenvolvimento local, que partiu do estímulo das agências multilaterais, incentivando as políticas governamentais a avançar no processo de descentralização. As recomendações das agências, principalmente Banco

⁵O Consenso de Washington surgiu no contexto das significativas transformações tecnológicas e financeiras ocorridas nas sociedades industriais avançadas, desde os anos 70, e na crise econômica dos países de industrialização recente, colocando em dúvida a eficiência das políticas keynesianas e as teorias do desenvolvimento, retomando as idéias do pensamento liberal. É nesse contexto, enquanto síntese do pensamento liberal, que o consenso surgiu e se tornou hegemônico durante os anos 90. Resumindo, o Consenso de Washington faz parte do conjunto de reformas neoliberais que apesar de práticas distintas nos diferentes países, estava centrado doutrinariamente na desregulamentação dos mercados, abertura comercial e financeira e redução do tamanho e papel do Estado. Essas reformas, orientadas para o mercado, viraram parâmetro para a América Latina (DINIZ, 2006; PAULA, 2005; PEREIRA, 1995).

Mundial e Fundo Monetário Internacional, baseavam-se no pensamento neoliberal, e orientavam o controle das contas públicas através da geração de superávit primário, além de indicar um caminho mais autônomo e endógeno para o desenvolvimento, através dos arranjos socioprodutivos locais, que desobrigaria o Estado de ações intervencionistas (ORTEGA, 2007).

Foi também a partir dos anos 1990 que a agricultura familiar emergiu como categoria, representação e demanda por políticas públicas, quando muitos movimentos e organizações sociais conseguiram articular-se e atuar em redes, numa proliferação de espaços temáticos de discussão e ação conjunta. Com o ambiente de abertura política ocorreu uma articulação ampla dos movimentos sociais e entidades de assessoria agrária. Assim, com o fortalecimento dos movimentos sociais no campo, novos papéis foram atribuídos à agricultura e ao meio rural.

Segundo Silva, Balsadi e Del Grossi (1997), o início da década de 1990 também foi marcado por crise agrícola, com o desmanche dos instrumentos de políticas agrícolas e uma redução nos recursos públicos destinados à agricultura, além de abertura comercial que comprometeu a capacidade de competição da agricultura nacional frente aos produtos internacionais subsidiados em seus países de origem. Com essa crise houve uma tendência à queda da ocupação agrícola. Em contrapartida, houve um crescimento da população rural ocupada em atividades não agrícolas. Novas atividades agrícolas e não agrícolas⁶ ganharam destaque, e muitas delas transformaram-se em atividades comerciais, fazendo parte de uma complexa e integrada cadeia produtiva. Essa pluriatividade foi o resultado do esforço de agricultores para se inserirem em novos mercados locais. Os autores afirmam que a pluriatividade

⁶Os autores destacam que o termo “novas” é utilizado porque essas atividades não tinham até então peso como atividades econômicas, mas que muitas delas eram atividades seculares no país.

não pode ser considerada parte de um processo de proletarização que resulta da decadência da propriedade familiar, mas sim como uma etapa da diferenciação social e econômica das famílias agrícolas, que já não conseguem se reproduzir apenas nos espaços agrícolas do novo mundo rural que está sendo construído a partir de uma valorização de bens não tangíveis antes ignorados, como a paisagem, o lazer e os ritos dos cotidianos agrícola e pecuário (SILVA; BALSADI; DEL GROSSI, 1997, p. 62).

Rompeu-se com a ideia de que a função principal do mundo rural tem que ser necessariamente a produção de alimentos e que a atividade predominante é a produção agrícola. Ocorreu uma espécie de disjunção entre o mundo rural e a agricultura. Dessa forma, a ideia da figura do agricultor sofreu profunda transformação e a pluriatividade, que o estimula a ocupar novos espaços não agrícolas que se expandem no meio rural, contribuiu para a construção de novas identidades.

Essa reorientação mostrou uma redução de pessoas ocupadas com atividades na agricultura, exercendo atividades não agrícolas, numa estratégia que é adotada quando as condições permitem e que garantem a permanência no meio rural, mantendo-se os vínculos com o patrimônio e a reprodução familiar. Segundo Carneiro (1998, p. 58)

[...] as transformações na comunidade rural provocadas pela intensificação das trocas com o mundo urbano (pessoais, simbólicas, materiais...) não resultam, necessariamente, na descaracterização de seu sistema social e cultural como os adeptos da abordagem adaptacionista interpretavam. Mudanças de hábitos, costumes, e mesmo de percepção de mundo, ocorrem de maneira irregular, com graus e conteúdos diversificados, segundo os interesses e a posição social dos atores, mas isso não implica uma ruptura decisiva no tempo nem no conjunto do sistema social.

Ortega (2008), ao tratar das transformações recentes do meio rural brasileiro, trouxe alguns dados relevantes, como o crescimento de pessoas ocupadas em atividades não agrícolas nos territórios rurais desde os anos 1980: a taxa de crescimento saltou de 1,2% ao ano, entre 1981-1992, para 3,7% ao ano entre 1992-1999, chegando a 4,2% ao ano entre 2001-2005, superando inclusive a taxa de crescimento populacional brasileira. Outros dados trazidos por ele, especificadamente sobre a agricultura familiar, dizem respeito à área ocupada por ela e o valor bruto de sua produção com relação ao total, que é de 30% e 38%, respectivamente, evidenciando um dinamismo econômico, mesmo que não seja generalizado já que é marcada pela heterogeneidade e pela desigualdade na distribuição de estabelecimentos e produção. Isso mostra que os agricultores familiares utilizam os recursos produtivos de forma mais eficiente que os patronais, mesmo com menos terras.

Importante também é dar destaque à questão da multifuncionalidade, abordada por Maluf (2002) e tratada por Ortega (2008), nos territórios rurais. Os dados trazidos por Ortega mostram o crescimento de pessoas ocupadas em atividades não agrícolas nos territórios rurais brasileiros desde os anos 80, conforme já comentado acima. Assim, o rural é tomado como um espaço, com uma nítida dilatação funcional, e diferenciando-se da abordagem que o identifica como setor agropecuário. Maluf (2002), através dessa ideia, pretende destacar as demais funções desempenhadas pela agricultura, que não se limitariam unicamente a sua função primária: ou seja, à produção de alimentos e de matérias-primas. Ela desempenha de fato, inúmeras atribuições: a garantia de certo nível de segurança alimentar, proteção do meio ambiente, criação de empregos, gestão dos territórios rurais e dos recursos naturais, como solo, biodiversidade, dentre outros.

A noção de multifuncionalidade estabelece relação entre a atividade agrícola e o território, articulando a agricultura com o desenvolvimento local e

seu papel na manutenção do emprego nas zonas rurais. A agricultura, pelo enfoque da multifuncionalidade, é tida também como bem público, na medida em que, entre as suas funções tem-se a segurança alimentar juntamente com a biodiversidade, paisagem natural e herança cultural, deixando de ser vista somente como um bem privado, como é tratada por muitos analistas (MALUF, 2002).

Como a multifuncionalidade está ligada ao território, conforme destacado por Maluf (2002), é importante também pensar em instrumentos de política pública adequados, com a participação dos atores e instâncias locais na definição das estratégias a serem assumidas pelos agricultores beneficiários. A vantagem desse tipo de política de apoio à agricultura familiar é de tornar os recursos mais transparentes visando a objetivos socialmente construídos. Quando se considera a unidade familiar como um todo, nesse enfoque da multifuncionalidade, ao invés do apoio por produto, ela passa a ser situada num território, ou espaço social definido.

Assim, esse olhar sobre a agricultura familiar, que é o olhar da multifuncionalidade, permite analisar a interação entre famílias e territórios na dinâmica da reprodução social, considerando as unidades familiares em sua completude, e não apenas suas funções econômicas. Esse olhar da multifuncionalidade também analisa a provisão de bens públicos por parte dos agricultores, relacionando com a segurança alimentar, meio ambiente e patrimônio cultural. Assim, as famílias são vistas não apenas como unidades produtivas, mas como unidades sociais situadas num território com determinadas características socioeconômicas, culturais e ambientais (MALUF, 2002; SACHS, 2004).

Dessa forma a década de 1990 foi marcada por distintas formas de conceber o ambiente, através de diferentes projetos de sociedade, sendo possível identificar duas vertentes a pensar sobre o desenvolvimento. Uma vertente que

estaria alinhada ao movimento internacional de reforma do Estado, seguindo uma orientação para o mercado, em simetria com as perspectivas do Consenso de Washington, numa conciliação entre a crítica ambiental e a sociedade industrial. Outra vertente inspirada nas ideias e propostas dos movimentos contra a ditadura e redemocratização e baseadas nas experiências de gestão realizadas no âmbito do poder local, na maioria das vezes de caráter rural, como os conselhos gestores. As duas vertentes, por sua vez, com propostas de descentralização (ORTEGA, 2007; PAULA, 2005).

Segundo Ortega et al. (2009), ao mesmo tempo em que essa desregulamentação da economia dá impulso para a discussão sobre descentralização e desenvolvimento endógeno e autônomo, ela aponta para um dilema: é preciso que haja recursos para impulsionar novos arranjos socioprodutivos de desenvolvimento territorial, e dessa forma, é preciso que seja induzido pelos governos. Outra questão que surge dessa forma descentralizada de conceber o desenvolvimento tem a ver com a necessidade de se criar um pacto territorial, muitas vezes dificultado por uma diversidade de projetos de diferentes segmentos sociais rurais e suas organizações representativas, mostrando a assimetria de forças dentro dos territórios. Daí surge a necessidade de superação do voluntarismo e do individualismo para construção de pactos territoriais e mostra como esse enfoque localista possui limites e se torna um grande desafio, tanto para o governo, como para a sociedade civil.

Assim, a abordagem territorial do rural traz consigo uma estreita relação entre território, agricultura familiar e ambiente, na medida em que o território é tido como o espaço socialmente construído. É nele que se estabelecem relações de natureza social, econômica, política e cultural e onde a agricultura familiar constrói seu lugar de vida e de trabalho, relacionando-se com o ambiente através do uso e da gestão dos recursos naturais. Essa perspectiva do desenvolvimento

representa uma nova forma de se pensar sobre o rural, sobre a elaboração de políticas públicas, formas de implementar e experimentar essas práticas, superando o enfoque setorial e suplantando a dicotomia espacial entre o rural e o urbano. A perspectiva territorial de desenvolvimento surge como alternativa para o desenvolvimento de municípios com perfil agrário, predominantemente de agricultura familiar, com uma maior interlocução entre os poderes públicos e a sociedade civil organizada.

3.3.3 Território como espaço para criação de políticas públicas

Como descrito acima, nos últimos anos, mais especificamente a partir dos anos 1990, teve início uma mudança na ação do Estado brasileiro no estímulo ao desenvolvimento rural, e a agricultura familiar ganhou destaque nas políticas públicas brasileiras a partir desse período. Novos papéis foram atribuídos à agricultura e ao meio rural e houve uma incorporação, mesmo que parcial e incompleta, das demandas das populações rurais, através de um conjunto de políticas públicas que procuram garantir seu fortalecimento econômico e social (CARNEIRO, 1997).

Em 1994, como resultado da articulação e mobilização dos movimentos sociais e dos movimentos sindicais de trabalhadores rurais pela luta por terra e por políticas agrícolas específicas, os agricultores familiares conquistaram a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que a princípio foi administrado pelo Ministério da Agricultura, e posteriormente associado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), criado em 1999. Segundo Sabourin (2009, p. 146)

a criação do Pronaf e, em seguida, do MDA, é considerada uma vitória pelos movimentos de agricultores familiares e de camponeses, pois eles sabem que nada se deve esperar do

Ministério da Agricultura com a configuração atual, considerando a força e o poder de lobbying da agricultura patronal e empresarial no âmbito do Congresso Nacional, por meio da chamada 'bancada ruralista.

Dessa forma, o enfoque territorial do desenvolvimento surgiu neste contexto de mobilização dos movimentos sociais camponeses e dos sindicatos de trabalhadores rurais, e o ponto de partida para isso foi a visão mais global e integrada sobre o rural, em que ele passou a ser valorizado a partir de outras dimensões, antes não vistas, ou simplesmente ignoradas. A valorização de dimensões importantes tais como a relação com os recursos naturais, a produção de conhecimentos e saberes, o patrimônio cultural, a organização social, fez com que fosse superada a visão do meio rural como sinônimo do atraso. Essa visão em que associava o rural ao atraso transformou os sujeitos que não haviam sido atingidos pelo processo de modernização da agricultura em meros receptores de políticas sociais, reservando-lhes um lugar subordinado. Não que essa perspectiva tenha deixado de existir, mas a abordagem territorial contribuiu para a ampliação de outro olhar e conseqüentemente para a criação de políticas públicas, que levam em conta as características dos diferentes territórios e principalmente enxergam os atores sociais como agentes das políticas.

É nesse processo de revalorização do meio rural que a abordagem territorial ganhou importância na formulação das políticas públicas brasileiras que vêm sendo direcionadas aos territórios rurais a partir do começo dos anos 2000, reconhecendo-se a importância das diversidades territoriais para formulação de políticas de desenvolvimento. Assim também, as políticas de desenvolvimento rural passam a dar maior ênfase ao caráter multifuncional dos estabelecimentos rurais (ORTEGA, 2008).

Sabourin (2001) destacou a importância de identificar o sistema local de conhecimento como um passo prévio para ação de desenvolvimento. Trata-se de valorizar o conhecimento das bases, criando espaços de experimentação

dialogada entre agricultores, técnicos e tomadores de decisão, alimentando uma rede de informações, práticas e referências produzidas pela comunidade ou pelas instituições, através da ação coletiva, provocando, assim, uma resposta da ação pública.

Por meio do enfoque territorial, as recentes políticas públicas de desenvolvimento territorial buscam estimular processos endógenos, que fortaleçam a gestão social e as redes sociais locais de cooperação, dinamizando a sociedade e a economia e melhorando a qualidade de vida das populações rurais. Com objetivos múltiplos e integrais, estabelecendo mecanismos institucionais, as políticas públicas territoriais buscam a participação e a formulação de soluções a partir da base (ORTEGA, 2007, 2008; ORTEGA et al., 2009). Contudo, há uma grande contradição: se de um lado tem-se essa revalorização do rural e a viabilização de políticas públicas que buscam dinamizar as sociedades rurais, por outro lado há uma força contrária, baseada num modelo de desenvolvimento economicista, que prioriza a expansão de projetos de grande envergadura, como hidrelétricas, mineração e monoculturas, que expropriam comunidades rurais de seus territórios de vida e de trabalho.

A negociação e a gestão de projetos territoriais foram dinamizadas pelos governos Lula (2003/2010), embora a proposta tenha surgido durante o governo anterior, e passou a ser coordenada pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, encarregada de implantar a abordagem territorial para o desenvolvimento rural. Essa negociação e gestão de projetos passa pela interação entre a ação pública e ação coletiva dos rurais, através dos conselhos territoriais de desenvolvimento. Dessa forma, o MDA identificou e homologou cerca de 100 territórios prioritários, em apoio ao desenvolvimento rural e à agricultura familiar (SABOURIN, 2009).

A respeito desse desenvolvimento endógeno de economias de dinâmica territorializadas, Abramovay (2000) debateu o que faz com que um território seja mais dinâmico que outro e conte com maiores facilidades para promover esse desenvolvimento. Assim, ele traz à tona a discussão sobre capital social, conceito que segundo ele explicaria o porquê de algumas políticas públicas dirigidas a determinados territórios darem respostas diferentes. Fomentar o capital social seria o pontapé inicial para o processo de desenvolvimento endógeno autônomo.

Nesse sentido, Abramovay (2000) é um autor que tem papel relevante na reflexão sobre desenvolvimento territorial, apontando para a trama de relações sociais, configurações políticas e identidades, que desempenham papel importante para o desenvolvimento. Ele traz para esse debate a importância do capital social para o desenvolvimento territorial rural, em que o dinamismo de algumas regiões e a estagnação de outras poderiam ser explicadas por uma densa rede de relações, por uma consistente estrutura social mais determinante do que as vantagens competitivas dadas por atributos naturais, de localização ou setoriais.

Segundo Abramovay (2000), o capital social tem a ver com características da organização social como confiança, normas e sistemas, que contribuem para a eficiência da sociedade. A cooperação acontece para evitar riscos, mas efetivamente ela só se mantém pela interiorização de elementos morais pressupostos entre seus membros, daí é que surge a confiança. Na perspectiva do desenvolvimento territorial, o que se enfatiza são as montagens das “redes”; o território representaria então uma rede de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades. Importante para se pensar o desenvolvimento rural seria analisar como a intensificação das relações sociais localizadas permitem construir em torno da valorização de certos territórios uma comunidade de “valores e de intenções” (ABRAMOVAY, 2000).

Esses fatores intangíveis, que têm a ver com a forma como os atores sociais se relacionam entre si, possuem uma considerável importância para se entender processos de desenvolvimento, porém Abramovay (2007) esclarece que não existe ainda um respaldo teórico a respeito dessas interações sociais que possam inspirar hipóteses sobre situações diferenciadas⁷. Para ele o que existe é um conjunto de recomendações e não uma teoria que permita conhecer o que faz uma experiência local ser bem ou mal sucedida, ou seja, uma substituição de elementos cognitivos por asserções normativas. “O caráter normativo das proposições ofusca a própria análise política dos arranjos locais” (ABRAMOVAY, 2007, p. 27).

Ortega (2008) apontou a seguinte questão sobre o assunto: “qual a capacidade dos territórios de criar capital social?” Com esse questionamento o que ele pretende é mostrar que não se pode cair no “fatalismo culturalista” a que estariam fadados os territórios com baixos níveis de desenvolvimento e capital social, os quais ele chama de territórios deprimidos. Para ele,

ao se fomentar uma cultura de maior organização social, pode-se, em determinadas condições, criar situações mais propícias e favoráveis de desenvolvimento e de inclusão econômica e social. É assim que, de uma perspectiva otimista, os arranjos produtivos locais/territoriais, transformam-se num espaço de aglutinação de forças capaz de superar os conflitos e de construir um consenso que viabilize um pacto territorial pelo desenvolvimento (ORTEGA, 2008, p. 63).

⁷Abramovay (2007) utilizou dois exemplos de pesquisa e de sistematização teórica sobre o tema: DORA - Dynamics of Rural Areas - financiado pela União Europeia e o Projeto CEPAL/GTZ, em que quase trinta estudos de caso foram realizados sobre iniciativas de desenvolvimento local em sete países da América Latina.

Abramovay (2007), por sua vez, ao analisar a natureza dos laços sociais estabelecidos entre os atores em sua interação localizada, denominada por ele de cooperação social, afirma ser esse o resultado de uma habilidade social de se induzir a cooperação alheia. Para ele a cooperação passa a ser explicada não como um produto virtuoso, produzido por circunstâncias históricas favoráveis ou como o produto de determinadas políticas bem construídas, e sim como o resultado de persuasão de diferentes grupos sociais ao moldar suas regras básicas. Assim, a cooperação estaria estreitamente ligada à dominação.

Ortega (2008), através de uma síntese de várias experiências de trajetórias de desenvolvimento e de argumentos de diversos estudiosos sobre o tema, procura construir uma concepção do desenvolvimento, com base na organização de interesses territorialmente delimitados, destacando a importância do “local” para o desenvolvimento. Ele aponta três linhas principais de oportunidades para o desenvolvimento: 1) reconhecimento das bases sociais, das capacidades locais, de seu capital social e cultural; 2) relevância de uma identidade local, em que se constrói uma identidade coletiva na busca do desenvolvimento; e 3) ação do Estado no sentido da descentralização das políticas públicas para o âmbito local, aproximando os cidadãos aos processos de tomadas de decisão, dando legitimidade e eficácia aos modelos locais de desenvolvimento.

Assim, o Estado passou a reconhecer a sua incapacidade em assumir exclusiva e isoladamente a formulação de políticas públicas, bem como as tomadas de decisão sobre temas importantes. Por outro lado, a sociedade passou a reivindicar a abertura de novos canais de participação. Dessa forma, criou-se um ambiente favorável para que se estabelecesse uma parceria entre Estado e sociedade. Essa parceria tem permitido a assimilação de instrumentos de gestão social que tornem as ações mais efetivas (FARAH, 1997; TENÓRIO; ROZEMBERG, 1997).

Com isso, a gestão social ganhou nos últimos tempos um notável espaço nas ciências administrativas. No campo da administração, a gestão é orientada primordialmente para uma finalidade econômica, através de um padrão de racionalidade instrumental e técnica e que foi predominantemente voltada para o campo da empresa - entendida como uma gestão estratégica - em que atua determinada pelo mercado e prima pela competição e lucro. Assim, na contramão dessa visão reducionista, emergiu o tema da gestão social, associado, entre outras coisas, às políticas públicas de desenvolvimento territorial e à possibilidade de uma gestão participativa. O enfoque da gestão social, por sua vez, vem indicar uma nova relação entre o Estado e a sociedade, como forma de enfrentamento dos problemas contemporâneos. Ela diz respeito à gestão das demandas do social, que, para além do Estado, podem acontecer via sociedade, não querendo reforçar com isso a ideia liberal de uma substituição do Estado pela sociedade civil e mercado em termos de gestão de serviços públicos. A gestão social tem forte ligação com a discussão e possibilidade de uma gestão democrática e participativa na formulação de políticas públicas. Essa forma de gestão - a social - em que prevalece o diálogo e o coletivo vem se contrapor à gestão estratégica, em que se prevalece o monólogo e o indivíduo, e cuja motivação é o lucro, e que guiou durante muito tempo a literatura clássica da administração (FRANÇA FILHO, 2008; TENÓRIO, 2008).

Para conceituar gestão social, Tenório (1998) a contrapõe à gestão estratégica, sendo essa um tipo de ação utilitarista, que resulta da projeção da racionalidade instrumental sobre a gestão do Estado sob a epistemologia da teoria tradicional, e a gestão social é aquela orientada pela solidariedade, que prima pela concordância, em que o outro deve ser incluído. Enquanto no processo de gestão estratégica uma pessoa atua sobre outra para influenciar a continuação intencional de uma interação, no processo de gestão social, a verdade só existe se todos os participantes da ação social admitem sua validade.

A gestão social, enquanto processo decisório e deliberativo acontece no espaço do território, que é a base para pensar nos programas dessa natureza. São as populações dos territórios de pertencimento, no debate político sobre seus problemas comuns e decidindo seus destinos, que determinam o caminho do desenvolvimento na perspectiva da gestão social. É a procura por atender às necessidades de uma dada população, quer vinculado à produção de bens ou à prestação de serviços que determina o processo de gestão social (TENÓRIO, 2008).

Essa população criou formas próprias de organização da sociedade civil, que se cristalizaram na formação de organizações não governamentais. Sobre a trajetória das ONGs (Organizações não Governamentais), da atuação delas no campo do desenvolvimento e das relações que elas estabelecem com o Estado, a tendência no Brasil foi a de se trabalhar com projetos de construção da sociedade civil, em torno de questões como cidadania, democracia, justiça social, diferentemente dos países desenvolvidos onde a atuação seria mais no campo da filantropia. No campo do desenvolvimento, a atuação delas em décadas passadas, quando se acreditava no crescimento ilimitado, apostavam em projetos de treinamento e assistência técnica ou extensão rural, para se criar condições para o desenvolvimento de populações carentes na América Latina.

Com a crítica aos modelos de desenvolvimento, as ONGs começaram a priorizar a sustentabilidade ecológica e a justiça social como precondições para o desenvolvimento. Outra tendência mostra que as ONGs vêm, atualmente, reforçando a relação com o poder político, atuando em favor de uma crescente participação da sociedade civil. Porém, os anos 1990 foram cenários de numerosos exemplos do trânsito da sociedade civil para o Estado. O resultado disso seria a despolitização da participação, perdendo seu significado político e coletivo e assumindo uma perspectiva privatista e individualista, e a despolitização da cidadania, perdendo seu potencial transformador e atrelando-

se ao mercado. Esse deslocamento da cidadania obscurece a dimensão política, construída com tanta dificuldade pelas lutas democratizantes do passado recente, diminuindo o sentido de democracia (DAGNINO, 2004; DOWBOR, 2007; SCHERER-WARREN, 1995; SERVA, 1997).

Segundo Abramovay (2000, 2003), projetos de desenvolvimento devem, a partir das concepções sobre território e capital social, ter como base uma rede de atores trabalhando para a valorização dos atributos de uma região (que não tem a ver com municipalidade), e devem extrapolar um único setor profissional. Isso significa fortalecer o capital social dos territórios, muito mais do que promover o crescimento desta ou daquela atividade econômica. Com relação a isso, Ortega (2008) escreveu sobre a necessidade de uma articulação institucional de caráter microrregional e intermunicipal, que propicie maiores possibilidades de sucesso numa escala superior àquela dos arranjos municipais, explorando as vantagens competitivas construídas pelo fenômeno da proximidade. O grande desafio é dotar suas populações para que elas sejam protagonistas centrais da construção de novos territórios.

Conforme abordado, o desenvolvimento rural depende da territorialidade e do capital social, na medida em que amplia o olhar para além dos aspectos econômicos e incorpora a dimensão social e política que o envolve, e considera a importância da forma como os atores sociais se relacionam entre si, e que é relevante para os processos de desenvolvimento. Daí a importância de se pensar em instrumentos de política pública adequados, tornando os recursos mais transparentes e visando a objetivos socialmente construídos. Olhando por essa perspectiva, famílias e territórios estão estreitamente ligados à dinâmica da reprodução social, considerando as unidades familiares em sua completude. Assim, as famílias são vistas não apenas como unidades produtivas, mas como unidades sociais situadas num território com determinadas características socioeconômicas, culturais e ambientais.

Dessa maneira, os atingidos pela barragem de Irapé, em processo de reterritorialização, podem ser compreendidos à luz das abordagens de desenvolvimento rural, com enfoque territorial, que contempla as dimensões de sustentabilidade econômica, social, política, cultura e ambiental, e que se associa ao fortalecimento de uma gestão social para dinamizar a economia e melhorar a qualidade de vida das populações rurais. Conhecer as condições de vida e trabalho em situações de reterritorialização fornece importante base conceitual para se compreender os dilemas de assentamentos e reassentamentos rurais, e conseqüentemente para se pensar em políticas públicas de caráter territorial adequadas.

3.4 A natureza da desterritorialização

A desterritorialização está relacionada às perdas de referenciais espaciais, concretos, mas também culturais e simbólicos. Supõe a exclusão de determinado grupo de certa área que se apropriava, provocando a mobilidade forçada de pessoas, bens materiais e saberes com ruptura da vida cotidiana do grupo social. Assim, se o território é o enraizamento, a localização, a referência, a desterritorialização é o fluxo, a deslocalização, o rompimento de fronteiras e relações.

Se a territorialização extrapola as relações de poder político e os símbolos dos grupos sociais, envolvendo também os processos econômicos; também estas forças (econômicas, políticas e culturais) geram a desterritorialização. Há uma combinação de fatores econômicos, políticos e culturais, tanto na territorialização como na desterritorialização, assim como na reterritorialização, esta que seria a incorporação de novos territórios para se criar a possibilidade de construção de nova territorialidade, por parte daqueles que compulsoriamente saíram de seus locais de origem.

Contudo, existem diferentes versões da desterritorialização, uma delas seria aquela exercida pelo domínio das redes (associada ao ciberespaço); outra seria aquela referente à deslocalização econômica por parte das grandes corporações transnacionais, em que inexiste os entraves de localização (a empresa capitalista podendo se instalar onde bem entender). Existe também a desterritorialização como fruto da crescente homogeneização cultural do planeta, em que as pessoas não mais se identificam simbolicamente com os territórios, o território perde seu sentido simbólico e transforma-se em “não lugar” (HAESBAERT, 2007; SAQUET, 2010). Para Haesbaert (2007, p. 132)

temos, então, dependendo da ênfase a um ou outro de seus aspectos, uma desterritorialização baseada numa leitura econômica (deslocalização), cartográfica (superação das distâncias), ‘técnico-informacional’ (desmaterialização das conexões), política (superação das fronteiras políticas) e cultural (desenraizamento simbólico-territorial). Na verdade, parece claro, são processos concomitantes: a economia se multilocaliza, tentando superar o entrave distância, na medida em que se difundem conexões instantâneas que relativizam o controle físico das fronteiras políticas, promovendo, assim, um certo desenraizamento das pessoas em relação aos seus espaços imediatos de vida.

Mas a ideia de desterritorialização tratada neste trabalho tem a ver, especificamente, com a expulsão de comunidades rurais de seus locais originais de vida e de trabalho. O campesinato brasileiro é marcado pela busca da construção de seus territórios, como lugar de vida, baú da memória familiar, reproduzível para gerações posteriores. Mas, a busca desse objetivo se deparou historicamente com uma mobilidade constante, fruto da pressão exercida diretamente sobre eles. O objetivo de construir seus territórios sempre foi marcado pela luta contra a exploração e a expropriação produzida no desenvolvimento do capitalismo.

Essas expropriações acontecem em detrimento do uso de territórios para projetos econômicos de envergadura como exemplo, hidrelétricas, mineração ou diversos tipos de monoculturas, como a da soja, eucalipto, cana de açúcar e outras, impedindo as populações locais de reproduzirem seus modos de vida nesses locais. Esses projetos impõem riscos às populações, que acabam tendo que assumir o ônus do processo. Contudo, não se transformam em vítimas passivas, e do conflito surge a organização dos grupos atingidos, através de movimentos, associações e redes. É a resposta da vítima (ZHOURI; OLIVEIRA, 2005).

Martins (1993), ao refletir sobre os impactos dos grandes projetos econômicos na vida das populações indígenas e camponesas, afirma que

não se trata de introduzir nada na vida dessas populações, mas de tirar-lhes o que tem de vital para sua sobrevivência, não só econômica: terras e territórios, meios e condições de existência material, social, cultural e política. É como se elas não existissem ou, existindo, não tivessem direito ao reconhecimento de sua humanidade (MARTINS, 1993, p. 63).

Ao abordar a exclusão do camponês no processo histórico brasileiro, Martins (1990) mostra que a sua liberdade foi, historicamente, uma liberdade de locomoção, de deixar uma fazenda por outra, de deixar uma fronteira agrícola por outra, num nomadismo extenso, na tentativa de encontrar um novo lugar. A migração e a peregrinação como esperanças de se chegar a uma terra livre são marcas históricas do campesinato brasileiro. Isso permite afirmar que os camponeses não são fixos, movem-se o tempo todo.

Delgado (1985) mostra como a concentração da renda e da terra aprofundou a dominação do grande capital no meio rural, deteriorando as condições de reprodução dos pequenos produtores, desterritorializados pelo modelo de desenvolvimento calcado na modernização tecnológica. Ele destaca

algumas características gerais do estilo de desenvolvimento da agricultura brasileira, adotado a partir de meados da década de 1960: 1) o processo de urbanização e o crescimento do comércio exterior determinaram o ritmo e a forma da modernização agropecuária; 2) sistema financeiro concebido para induzir as mudanças técnicas; 3) associação dos grupos sociais (grande capital, Estado e proprietários rurais) reunidos no processo de modernização; 4) onipresença do Estado na regulação das novas condições de reprodução do capital na agricultura; 5) aprofundamento das relações de integração técnica agricultura-indústria, a montante e a jusante; e 6) transformação do mercado de terras num ramo específico do mercado financeiro.

Mas, na luta contra o cerco da terra surgiram várias formas de resistência. E ao tratar dos conflitos no campo, Dom Tomás Balduino, a partir da perspectiva da Comissão Pastoral da Terra (CPT), expõe a natureza política dos movimentos sociais de luta pela terra, em que essa atuação política nada tem a ver com a luta pelo poder em si, mas de manifestação de situações intoleráveis no plano material e moral. Ele afirma que

a conclusão é que terra é mais do que terra. Esse símbolo, que se liga visceralmente à vida, é propriamente o lugar histórico dessas lutas, sucessoras das mais primitivas lutas dos índios, dos negros e dos camponeses que, na sofrida busca do próprio chão, foram descobrindo as outras dimensões do seu combate. Terra é dignidade, é participação, é cidadania, é democracia (BALDUÍNO, 2004, p. 24).

Thomas Júnior (2010), ao analisar as formas de utilização e exploração do território deste início do século XXI, coloca o agro-hidronegócio no centro do conflito de classes, em que a expansão desses negócios associa-se a vultosos investimentos, numa reprodução ampliada do capital, desafiando a identidade da autonomia camponesa, onde estão em primeiro plano os interesses econômicos,

estratégicos e políticos. Dispor de terra e água possibilita ao capital a prática de irrigação, reforçando e intensificando a expansão territorial sobre as melhores terras. O processo de expansão do agronegócio concilia interesses dos conglomerados que produzem para exportação (*commodities*), como a soja, milho, algodão, eucalipto, e mais recentemente o álcool da cana de açúcar, a pecuária em grandes extensões de terras e também, de forma direta e consorciada, os negócios de construção de barragens hidrelétricas. O autor descreve as áreas dessa nova dinâmica territorial do agronegócio no Brasil como sendo

as novas áreas de pastagens no Norte/Nordeste; a expansão dos Canaviais e das plantas processadoras no Centro-Sul; as áreas de cultivo de oleaginosas, unidades de produção de matéria-prima (óleo), da mesma forma que há unidades de produção de biodiesel que utilizam, como matéria-prima, gorduras animais, portanto, teriam a jusante as plantas produtoras do combustível transesterificado, para a produção do próprio biodiesel; a ocupação dos últimos estoques remanescente de Cerrado na Amazônia (Tocantins, Rondônia, Amapá, Roraima, Amazonas) e no nordeste (Piauí e Maranhão), bem como a consolidação das áreas de cultivo de soja, milho e algodão; a invasão das florestas de eucalipto (desertos verdes), principalmente no Norte do Espírito Santo, Sul da Bahia, Norte de Minas, e alguns sinais mais recentes para São Paulo, Goiás e Paraná (THOMAS JÚNIOR, 2010, p. 112).

Para Balduino (2004), o agronegócio é a prioridade do modelo agrícola do país, pois é “portador de divisas, modernizador, aglutinador de uma elite rica”. Esse modelo, que prioriza as dimensões econômicas e políticas do rural, é concentrador de renda e de terra, devastador do ponto de vista ambiental, além de responsável pela pobreza no campo. Isso tudo enfraquece e vulnerabiliza a nação aos interesses do mercado internacional.

Dayrell (2000), em pesquisa realizada com comunidades geraizeiras do município de Riacho dos Machados, Norte de Minas, relata as mudanças ocorridas na paisagem rural com a chegada das empresas reflorestadoras em começos dos anos 70, quando o país iniciou seu processo de “modernização na agricultura”. As chapadas foram áreas escolhidas para a implantação dos projetos florestais na região; essas terras eram de imensa serventia aos que nela viviam, porém passaram a ser alvo do plantio de monoculturas de eucalipto. Com recursos financeiros, facilidades fiscais e acesso gratuito às terras dos gerais, as empresas provocaram a exclusão da agricultura camponesa na região, através da desarticulação de suas estratégias produtivas e concentração fundiária. Isso foi vivido e percebido pelos geraizeiros através da diminuição da criação de gado, da degradação dos solos, do impedimento à coleta, da restrição à caça, do secamento de nascentes, brejos e córregos, da perda da diversidade de variedades cultivadas, da contaminação por agrotóxicos, da perda da vitalidade da economia local.

Paranhos, Costa e Martins (2008) afirmam que a concentração fundiária na região Norte mineira concentrava quando escreveram mais de 80% das terras em mãos dos grandes estabelecimentos. Segundo os autores, o resultado disso foi a interrupção da convivência das populações com o ecossistema regional, conduzindo essa mesma população à pobreza, o que é uma contradição ao lembrar a abundância existente na região antes da chegada das políticas de modernização e desenvolvimento.

No caso específico dos empreendimentos hidrelétricos, dentre outras iniciativas de grande porte, fazem parte da opção política de desenvolvimento levada a cabo pelo Estado brasileiro e impõem o deslocamento compulsório de populações ribeirinhas, baseando-se no princípio legal da utilidade pública. A expropriação é feita pelo Estado em nome da sociedade. O processo de expropriação por causa de barragens solapa as bases materiais de existência dos

atingidos, que, quando organizados em movimento, tendem a recusar a redução praticada pela avaliação monetária de tudo que será inundado. Dessa forma, “os atingidos se opõem ao próprio modelo de desenvolvimento, centralizador e excludente, e à arbitrariedade da ação do Estado e seus funcionários” (GRZYBOWSKI, 1987, p. 26).

Para Sigaud (1992), o uso dessa forma de geração de energia reduz o estoque de alternativas de apropriação do território, no que diz respeito ao país como um todo, limitando o uso de recursos naturais utilizados ou potencialmente aproveitáveis. Mas, para os que viviam e produziam nesses territórios, essa mesma opção tecnológica não produz os mesmos efeitos, e vão depender das relações sociais que os grupos mantêm com o território.

Para Zhouri e Oliveira (2005, p. 54), as barragens hidrelétricas são “ícones de uma determinada concepção hegemônica de desenvolvimento e progresso, símbolos de atitude e política empreendedora”. Esse modelo de desenvolvimento apregoa a viabilidade de superação dos problemas ambientais através da capacidade tecnológica de previsão dos riscos e impactos, sem alterar o modo de produção, desconsiderando a ligação entre degradação ambiental e injustiça social e utilizando-se de uma racionalidade econômica instrumental desprovida de análises políticas, sociais e culturais, sem que as comunidades atingidas sejam consideradas sujeitos ativos.

No Brasil, as barragens hidrelétricas já desalojaram mais de 200 mil famílias, o equivalente a mais ou menos um milhão de pessoas, atingindo os segmentos mais vulneráveis da sociedade, como indígenas, quilombolas e populações ribeirinhas, submetidas à condição de objetos, através de uma ‘consustanciação entre pessoas e imóveis, sujeitos e objetos’. Esse modelo de desenvolvimento que sustenta esse tipo de matriz energética baseia-se numa lógica estritamente mercantil e tecnicista, em que parte da paisagem social e ambiental a ser destruída pode ser reconstruída através de medidas

compensatórias e de mitigação dos impactos, e em que o meio ambiente é um mero provedor de matérias-primas e energias. Isso contradiz bruscamente a lógica das comunidades atingidas e suas formas de produção material e simbólica, onde o meio ambiente é um sistema singular e, portanto, insubstituível (LASCHEFSKI, 2007; ZHOURI; OLIVEIRA, 2005).

Segundo Zhouri, Laschefski e Paiva (2005), os processos de construção de barragens são marcados pela desconsideração da relação das populações atingidas com os usos e significados que atribuem aos seus territórios, e as obras são viabilizadas através de ajustes e arranjos tecnológicos e medidas mitigadoras e compensatórias, sustentando a ideia de uma conciliação entre interesses econômicos, ecológicos e sociais. O processo de licenciamento ambiental das hidrelétricas, que deveria ser um instrumento de avaliação da sustentabilidade socioambiental dos projetos, desconsidera as demandas das comunidades atingidas e transforma projetos econômicos particulares - e de mercado - em projetos de interesse público, em que as comunidades atingidas passam a ser vistas como ameaça à democracia e ao interesse coletivo. Assim, “a política ambiental está perdendo sua característica mais ampla qual seja a de considerar os vários aspectos do desenvolvimento humano, em função de uma política desenvolvimentista que privilegia a dimensão econômica” (ZHOURI; LASCHEFSKI; PAIVA, 2005, p. 112).

Os processos de licenciamento deixam de cumprir sua função primordial, não cumprem as metas previstas pela legislação ambiental e marginalizam as comunidades atingidas. Essas contradições do licenciamento são ancoradas ao modelo de desenvolvimento e aos interesses de mercado, em que

o discurso oficial, na tentativa de justificar tais projetos, elaborou uma forte conexão entre a necessidade do ‘crescimento econômico’ e o problema da ‘disponibilidade

de energia'. É justamente no contexto dessa visão simplificada de desenvolvimento que o processo de licenciamento tem sido considerado um 'entrave burocrático' (ZHOURI; LASCHEFSKI; PAIVA, 2005, p. 112).

Martins (1993) afirma que os estudos sobre impactos abordam, de uma maneira unilateral, as consequências dos grandes projetos; além disso, por trás de toda a ciência e tecnologia que os envolvem há uma ideologia que apregoa que a tecnologia mais avançada é a melhor, ignorando quase que por completo os efeitos destrutivos dos grandes projetos econômicos.

Torna-se evidente que o modelo de desenvolvimento sustentado por essa matriz energética, e utilizando-se do discurso da sustentabilidade, tem como objetivo primordial o crescimento econômico. Essa fonte de produção de energia não incorpora os danos sociais e ambientais provocados pelos empreendimentos; isso acontece por que as indenizações e os programas de mitigação desconsideram os modos de ser, viver e fazer das comunidades atingidas. Nesse contexto, a barragem de Irapé, no Alto Jequitinhonha, também objetivou fornecer insumos energéticos, conforme a demanda de crescimento econômico-industrial do país, a partir de um olhar industrial, modernizante e etnocêntrico. O projeto foi justificado pela intentada política governamental de uma possível "redenção" para a região, que possui o estigma do retrocesso, que desde os anos 1970 passou a ser associada ao atraso, considerada uma das áreas mais pobres do mundo.

Isso seria explicado porque, na perspectiva do modelo de desenvolvimento hegemônico, a região apresenta indicadores socioeconômicos muito abaixo da média nacional, com pouca agregação de valor à produção, ausência de mecanização e de mercado consumidor para produtos manufaturados. Essa imagem da pobreza associada à região serviu para criar-se a imagem de que o agricultor do Jequitinhonha seria miserável e dependente das

ações do Estado; serviu também para fortalecer clientelismos por parte de mediadores e políticos que captavam recursos em benefícios próprios, e também serviu para justificar a entrada de grandes projetos empresariais na região. Assim, “a região é analisada a partir daquilo que não possui - um lugar de ausências” (RIBEIRO, 2007, p. 32).

CAPÍTULO 4

CAMPESINATO: ESTA CLASSE PERSISTENTE

Neste trabalho, em que se propõe abordar o processo de reterritorialização de comunidades rurais tradicionais do Jequitinhonha, outro importante tema emerge: o campesinato. Se o esforço é no sentido de compreender como esses grupos se mobilizam para conhecer, relacionar, controlar e se identificar com os novos territórios ocupados, torna-se imprescindível entender a maneira como essa categoria lida historicamente com seus espaços de vida e de produção. Entender a reterritorialização exige entender essa categoria ampla e complexa, através de sua organização para o trabalho, dos processos de herança, sucessão e migração, de seu saber local, sua memória, suas redes sociais.

Mas, para inevitavelmente uma dúvida sobre qual trilha percorrer ao abordar o campesinato, para não se cair em labirintos teóricos infrutíferos. É preciso primeiro romper com a ideia de que o tema, por si só, remeta a um sujeito que, após tantas pressões e transformações, tivesse deixado de ser essencialmente como são, num processo tão transformador que o tenha transfigurado num “outro”, diverso demais e que por isso exija dele outro nome classificatório. Depois é preciso descartar o jogo de disputa conceitual que acontece entre os teóricos do assunto e que não necessariamente traz avanço. Abordar o campesinato neste trabalho é essencial, contudo não para firmar disputas teóricas, mas pela grandeza e complexidade que permeiam essa categoria e que são essenciais para compreender o processo de reterritorialização das comunidades pesquisadas.

Nesta seção não há grandes preocupações com o termo em si, mas com aquilo que esse sujeito representa, e que muitas vezes passa despercebida aos

olhos menos apurados. Não se pretende aqui marcar posições teóricas rígidas que sirvam tão somente para categorizar o posicionamento de quem escreve, mas sim, discorrer sobre como são esses sujeitos, indo além do nome que se dê a eles, pois “permanecem” independentes de classificações e de disputas no campo das ideias. Permanecem porque travam uma luta mais acirrada do que a disputa teórica: a luta por permanência, espaço, território, terra, e que só não os transformaram em rastros do passado porque são sujeitos que montam estratégias reais de sobrevivência - persistem, labutam com fôlego, criam, recriam, vão e vêm, sem trégua. E é essa mobilidade, essa maleabilidade e essa maestria que os permite, ainda hoje, “estarem”.

4.1 E por quantas anda a disputa conceitual entre camponês e agricultor familiar?

Abordar conceitualmente o camponês no contexto da realidade brasileira tem sido motivo de intenso debate e questionamento quanto à adequação do termo para defini-lo, embora seja “agricultor familiar” o termo utilizado com mais frequência. Não se pretende aqui entrar nessa disputa, mas simplesmente indicar o porquê de se utilizar na maior parte da tese a denominação “agricultor familiar”, embora não unicamente. O interesse maior aqui é compreender essa forma social, cujo papel da família é central na organização da produção e na constituição de seu modo de vida na terra.

A agricultura familiar é um conceito genérico, típico da sociedade moderna. E é essa sociedade moderna que obriga a agricultura familiar a fazer modificações em suas formas de produção e reprodução social; no entanto, essas transformações não rompem totalmente e definitivamente com a forma tradicional camponesa, mas sim, adapta-se às exigências da sociedade brasileira moderna. Para Wanderley (1996), a categoria agricultura familiar compreende

uma grande diversidade de formas sociais, em que estão incluídos o campesinato tradicional e as formas da agricultura familiar nas sociedades modernas. O campesinato, mesmo tendo perdido a hegemonia e importância demográfica que tinha, continua a se reproduzir nas sociedades atuais integradas aos mercados. Para a autora, a agricultura tradicional camponesa é aquela que apresenta uma relativa autonomia face à realidade global, que se expressa na capacidade de sustentar seu grupo familiar em dois níveis: no atendimento imediato das necessidades do grupo doméstico e na reprodução da família pelas gerações subsequentes.

Mas, o sujeito social definido como camponês aqui no Brasil possui características distintas do camponês europeu. Na Europa ele possui um forte enraizamento territorial, enquanto que no Brasil sempre foi marcado por uma mobilidade espacial, que se tornou marca do nosso campesinato. Além disso, o conceito traz consigo a ideia de uma coletividade cultural específica, com regras costumeiras explícitas, definindo claramente o sujeito. Esse conceito ganhou destaque no Brasil a partir dos anos 1950, associado à mobilização política em torno das Ligas Camponesas no Nordeste, e com um forte conteúdo político-ideológico (MARQUES, 2008; MARTINS, 1990; MORAES, 1998; MOTA; SCHMITZ; FREITAS, 2007).

Já a denominação - pequena produção - surgiu a partir da década de 1970, no lugar da noção de campesinato, ligada às demandas por crédito e à necessidade de classificar um grupo social, além de ser reflexo de um momento de desarticulação de vários movimentos camponeses. O conceito oposto era a grande produção, no contexto da modernização conservadora. A maior limitação desse termo é que ele não representa a heterogeneidade de situações da agricultura (MOTA; SCHMITZ; FREITAS, 2007). Ele mede o sujeito pelo tamanho da produção, o que é impróprio, tendo em vista que existem grandes propriedades, em termos de área, que produzem pouco e, por sua vez, pequenos

produtores, também em termos de área, que produzem muito. Esse seria, pois, o conceito menos apropriado para definir o sujeito. O termo pequeno produtor rapidamente foi substituído, no debate político e na linguagem sindical, pela categoria “agricultor familiar” (MEDEIROS, 2001).

A denominação agricultura familiar surgiu como fruto da mobilização dos movimentos sociais a partir dos anos 1990, e está ligada à redemocratização do país e às demandas por políticas específicas, tendo como oposição o agronegócio (MEDEIROS, 2001; MORAES, 1998). Ao invés do foco da denominação ficar na característica da produção (como o termo ‘pequeno produtor’), ele é focado na família, o que pode ser considerado um avanço na conceituação desses sujeitos. São características fundamentais para se definir o agricultor familiar: 1) que as unidades de produção sejam administradas pelas próprias famílias que nelas trabalham diretamente, com ou sem auxílio de terceiros; e 2) que a gestão seja autônoma, feita pela própria família. Assim, o termo agricultura familiar vai definir um sujeito que se encontra numa situação em que a estrutura familiar e o papel que lhe é atribuído são marcas importantes.

Para Lamarche (1993), as unidades familiares de exploração agrícola não podem ser definidas como um modo de produção específico, como se fossem um grupo social homogêneo, pois, mesmo tendo em comum a ligação estreita entre família e produção, a capacidade de se apropriarem dos meios de produção e desenvolvê-los é diversa. Essa diversidade tem a ver com as situações extremamente variadas em que vivem: histórias diferentes e contextos econômicos, sociais e políticos diversos. Por sua vez, elas possuem em comum a capacidade de se adaptarem a situações adversas e às mudanças no contexto, organizando suas estratégias de luta e sobrevivência, em função da memória que guardam de sua história e dos projetos que têm para o futuro, “a exploração familiar é ao mesmo tempo uma memória, uma situação, uma ambição e um desafio” (LAMARCHE, 1993, p. 22). Se a história vivida (modelo anterior ao

qual se refere) não é a mesma, e a projeção para o futuro (situação que se espera estar no futuro) também não é, as formas das unidades familiares também não podem ser homogêneas.

Uma dificuldade do conceito aparece, às vezes, porque a agricultura em si mesma nem sempre ocupa majoritariamente o tempo do trabalho nas situações em que existe a pluriatividade, ligada à multifuncionalidade, das unidades produtivas rurais. Além disso, como o termo está relacionado à organização do trabalho, em alguns momentos ele parece ser insuficiente, principalmente quando estamos tratando de toda a complexidade desse sujeito social, seus valores, símbolos e significados, que vão além de sua forma de organizar a produção. Quando o termo agricultor familiar passou a ser usado no lugar de camponês, ocorreu uma significativa mudança: de uma categoria social passou-se para uma categoria de trabalho, ocorrendo uma despolitização do termo. Para Moura (1986, p. 69)

O conceito de camponês tem um peso que transcende a materialidade econômica da troca de mercadorias e sugere imediatamente características da sua organização social, tais como o trabalho familiar, os costumes de herança, a tradição religiosa e as formas de comportamento político. [...] essa conceituação permite penetrar abertamente no espaço das superestruturas, da cultura, do modo de vida.

Contrariamente a isso Abramovay (1992) observou uma transformação do sujeito, que não seria simplesmente em termos de denominação: para ele o modo de vida camponês deixou de existir, e em seu lugar surgiu um agricultor profissional. O camponês teria sido asfixiado pelo desenvolvimento do capitalismo e então, para sobreviver, precisou se converter em agricultor familiar, e assim, ele entrou no mundo moderno do capital, sofrendo uma transformação para se adequar à nova realidade em formação. Importante destacar que o autor desenvolve seu trabalho a partir de dados de países

capitalistas avançados e não no Brasil, embora ele considere que essa seja a tendência geral do campesinato.

Contudo, Ploeg (2009b) afirma que é na agricultura camponesa que está a maior parte da população agrícola do mundo; sendo relevante e indispensável o seu papel para a agricultura mundial. Ele traça um panorama geral da agricultura mundial dividindo os sistemas agrícolas em três arranjos distintos, porém combinados: 1) a produção capitalista - que utiliza mão de obra assalariada em busca da maximização do lucro; 2) a agricultura empresarial - que possui uma dependência do capital financeiro e industrial (sob a forma de créditos, insumos industriais e tecnologias) e que trabalha com economia de escala; e 3) a agricultura camponesa - baseada no capital ecológico (natureza viva) e na mão de obra familiar.

Ploeg (2009a), ao considerar os três tipos de arranjos que caracterizam os sistemas agrícolas no mundo atualmente - capitalista, empresarial e camponês - mostra que não existe uma delimitação exata definida para distingui-los. Somente em termos típicos e ideais é que existiriam diferenças fundamentais; no mais o que se tem são interligações graduais entre esses tipos. É possível identificar, segundo ele, interface importante entre a agricultura camponesa e as não camponesas, indo em dois sentidos: num refluxo (processo de descampesinização) ou num influxo (não camponeses tentando se tornar camponeses).

Através dessas interfaces e dos sentidos do fluxo pode-se identificar graus de campesinidade, em que ocorrem flutuações ao longo do tempo, relacionadas com a descampesinização, mas também com a recampesinização. Assim, o que ele mostra é a resistência camponesa, sua capacidade de dar respostas aos desafios e de persistirem, podendo constituir-se com um caráter mais (ou também menos) camponês do que anteriormente. “Assim, torna-se teoricamente possível expressar os processos de (re)campesinização e de

descampesinização em termos qualitativos e não quantitativos” (PLOEG, 2009a, p. 56).

Na busca de descrever o campesinato, Ploeg (2009a) descreve o que ele chama de “condição camponesa” e a agricultura camponesa, ou modo de produção camponês, que está, segundo ele, imersa nessa condição. O processo de produção agrícola é um dos elementos mais importantes para se definir o campesinato e diz respeito à interação e transformação mútua constantes entre o homem e a natureza viva. A produção retroalimenta e fortalece a base de recursos, melhorando o próprio processo de produção, ou seja, os recursos não são apenas convertidos em bens e serviços, mas também reproduzidos como recursos. São expressões do processo de produção camponesa: a agricultura, a criação de animais, a horticultura, a silvicultura, a caça e a pesca, a transformação dos produtos obtidos em outros mais elaborados, o turismo rural.

Para Ploeg (2009a), o campesinato constitui um modo de vida, contrariando Abramovay (1992) que vê o agricultor familiar moderno representando uma profissão, de acordo com o paradigma do capitalismo agrário defendido por ele. Segundo Abramovay (1992), em um determinado estágio, o capital cria relações mercantis que aniquilaria um modo de vida que não viesse a se adequar ao capitalismo. Entretanto, ocorre uma transformação e esse modo de vida vira uma profissão. Logo, entende-se que o camponês por não ser um agricultor profissional, é asfixiado pelo desenvolvimento do capitalismo, e então, para sobreviver ele precisa se converter em agricultor familiar. A integração plena a um mercado completo define o processo em que o camponês adentra o mundo moderno do capital.

Para Abramovay (1992), o camponês se transformaria em agricultor familiar, pois não seria um sujeito subalterno que resiste dentro do capitalismo, e sim um sujeito que se integra a ele; a adequação por meio da conversão do campesinato ao capitalismo seria a condição para a sua existência. O foco estaria

nos processos dominantes e determinantes do capitalismo, em que o sujeito se adequaria a seus princípios.

Essa transformação não é, de modo algum, o que Ploeg (2009a) afirma acontecer. Para ele, é justamente a condição camponesa que garante sua manutenção e coloca o camponês como sujeito de extrema importância para a agricultura mundial. Enquanto Abramovay (1992) parece colocar um fim na possibilidade de recriação do camponês no capitalismo, Ploeg (2009a) acredita que ele vem resistindo. E a resistência defendida por ele não é apenas através de luta aberta; existe um campo de ação bem mais vasto e mais importante, através do qual a resistência se materializa, com uma multiplicidade de respostas, através das quais os camponeses conseguem remar contra a maré.

O princípio camponês é impulsionado e acionado como resposta ao avanço do capitalismo, mais especificadamente o que ele denomina como “Impérios Alimentares”. Essa resistência é difícil de capturar, pois ela está por toda parte, é múltipla, um fluxo constante de expressões, uma resistência que reside nos campos, como, por exemplo, na forma de um bom adubo ou na forma como as vacas nobres são cruzadas. Isoladamente essas expressões podem parecer inocentes e inofensivas, mas quando combinadas elas se tornam poderosas, com força para mudar o panorama (PLOEG, 2009a).

De qualquer maneira, agricultura familiar é um conceito genérico que engloba uma diversidade de formas de organização da produção e de relações sociais, em que se afirmam, por exemplo, os agricultores capitalizados, que estão integrados ao mercado, e os descapitalizados, que não se integram ao mercado. Assim, na agricultura familiar costuma ser incorporada toda a população rural que administra um estabelecimento agrícola, gere e trabalha nele com a família, sejam eles assentados, reassentados, agricultores tradicionais, agricultores integrados, arrendatários, posseiros ou meeiros. Portanto, em termos de denominação, as três categorias - agricultor familiar, camponês, pequeno

produtor - possuem limitações, sendo, das três, “pequeno produtor” certamente a mais imprópria para uso generalizado.

Fernandes (2002), ao debater sobre o uso do termo agricultura familiar e agricultura camponesa por pesquisadores da área afirma que muitos trabalhos não fazem a necessária reflexão teórica para uso dos termos, e que é preciso “demarcar bem o território teórico”, para deixar clara a opção teórica e política dos cientistas que lidam com o tema. Ele afirma que

em uma leitura atenta dos trabalhos acadêmicos pode-se observar que os pesquisadores que utilizam o conceito de agricultura familiar com consistência teórica, não usam o conceito de camponês. Já os pesquisadores que usam o conceito de camponês, podem chamá-los de agricultores familiares, não como conceito, mas como condição de organização do trabalho. Da mesma forma, ao se trabalhar com o conceito de camponês, pode-se utilizar as palavras: pequeno produtor e pequeno agricultor. Todavia, como existem muitos trabalhos que utilizam essas palavras como equivalentes do conceito de agricultura familiar, é necessário demarcar bem o território teórico (FERNANDES, 2002, p. 3).

Contudo, o que parece colocar o ponto final nessa discussão é a forma como os agricultores se autodefinem: como agricultores familiares, principalmente depois dos anos 1990 e do fortalecimento do movimento sindical e da sua ação afirmativa em favor de políticas específicas para esse segmento. Evidente que o conceito costuma ser mais especificado: *agricultor familiar lavrador*, *agricultor familiar colono*, *agricultor familiar sitiante ou situante*, *agricultor familiar tradicional ou agricultor familiar assentado*. Esse autorreconhecimento é o melhor argumento para se utilizar o termo, pois, se eles próprios o utilizam, parece perder qualquer sentido a disputa teórica para defini-los, tendo em vista que a terminologia é o que menos importa para entender esse sujeito social. Por isso, aqui é usado, na maior parte das vezes, o termo

“*agricultura familiar*”, em referência a um sujeito específico - o agricultor tradicional, que apresenta particularidades que o especificam.

4.2 A organização do trabalho

O campesinato sempre esteve subordinado a uma estrutura social dominante e se insere na sociedade capitalista também dessa forma, ora apresentando uma relação subalterna, ora de estranhamento, já que sua condição social é bem diferente. O trabalho realizado por ele acontece de forma independente: o que ele vende ao capital é fruto de seu trabalho transformado em mercadoria, e o trabalho não é uma coisa em si, separada do produto resultante dele. Como seu trabalho é independente, sua vida está somente periféricamente vinculada ao mercado, muito embora essa relação venha se estreitando (MARQUES, 2004).

Estudar a unidade familiar implica na compreensão de uma forma específica de organizar a produção e a vida, pois combina trabalho, recursos naturais e conhecimento tradicional, para atender ao consumo familiar e repor os insumos necessários para a reprodução do ciclo de vida e produção. Para entender essa lógica, Chayanov (1974) criou o conceito de “modo de produção doméstico”⁸, que seria a essência da economia camponesa expressa numa razão que contrasta à lógica da produção capitalista (busca por lucro). Corresponderia idealmente a uma família nuclear, um grupo doméstico individual e à busca por garantir a satisfação de suas necessidades, fundando aí sua teoria sobre a economia familiar.

⁸Woortmann (2001, p. 2), ao tratar da produção doméstica, afirmou que “é inegável a originalidade de sua teoria em face tanto dos modelos explicativos de uma ciência econômica ‘capitalista’ quanto dos modelos marxistas - o que é tanto mais importante se considerarmos o lugar e o tempo em que Chayanov desenvolveu sua perspectiva”.

Chayanov (1974) formulou a teoria da organização da unidade econômica campesina a partir do núcleo familiar, do grupo doméstico individual. Ele baseou sua teoria no princípio de que os camponeses não estão subordinados à dominação capitalista. Para ele, entender o trabalho camponês, que independe do sistema econômico dominante, significa entender a sua necessidade de consumo, de sobrevivência da família. Ele buscou compreender essa forma social a partir do organismo camponês, mais do que na sua inserção social. O núcleo de sua teoria é o balanço (equilíbrio) entre o consumo familiar e a exploração da força de trabalho, pois o objetivo do camponês é a reprodução da unidade familiar, e não uma taxa de lucro.

Assim, na perspectiva chayanoviana, a família constrói um conjunto de estratégias orientadas por uma racionalidade que reúne família, trabalho e terra, ou seja: a dinâmica do trabalho depende de uma avaliação subjetiva das necessidades do núcleo familiar. Dessa forma, a família camponesa organiza sua produção por uma avaliação subjetiva, baseada na longa experiência de trabalho agrícola da geração presente e das anteriores, sendo que no campesinato não é possível separar a prática econômica da familiar (CHAYANOV, 1974; MOURA, 1986; PAULINO; ALMEIDA, 2010).

Para Woortmann (2004), o ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico também leva em consideração as necessidades dos membros das famílias - crianças, mulheres gestantes ou “de resguardo”, doentes, idosos -, ou seja, a lógica produtiva também considera o perfil da família e suas necessidades, e isso também pode ser compreendido através do ciclo chayanoviano.

A presença de idosos ou doentes levará ao plantio, por exemplo, de uma variedade de milho branco, ‘mais fraco’ e mais macio, ao lado do milho vermelho, ‘mais forte’, destinado ao consumo de outros membros do grupo

doméstico e à alimentação da criação (WOORTMANN, 2004, p. 134).

Uma das críticas feitas a Chayanov e à Escola de Organização e Produção é que suas análises foram feitas de forma isolada ao desenvolvimento histórico e econômico, realizadas apenas sob um ponto de vista interno. Chayanov (1974) argumentava que a economia campesina deveria ser compreendida do ponto de vista organizativo, sem necessariamente expandir o entendimento dessa lógica de produção campesina para o sistema macroeconômico. Argumentava também que um estudo das formas organizativas da unidade camponesa é tão essencial para a compreensão da economia nacional como um estudo dinâmico de todo o sistema de desenvolvimento histórico de uma economia. E também que essas análises podem servir futuramente como valiosa ferramenta para análises dinâmicas das unidades econômicas campesinas em toda complexidade histórica.

Ao contrário da tese de “diferenciação social”, formulada por Lênin (1985), em que se concebe o campesinato como categoria transitória a ser exterminada da história pelo desenvolvimento capitalista, Chayanov (1974) construiu a tese da “diferenciação demográfica”. Essa tese parte da ideia de que cada família apresenta uma dinâmica demográfica própria, em função do número de membros que a compõe e de suas idades, em que a produção camponesa se amplia ou contrai, de acordo com o número de consumidores existentes na unidade de produção. Sendo assim, o balanço trabalho-consumo é o ponto central do seu estudo, sendo que a expansão dos cultivos está pautada pelo número de consumidores, ou seja, o trabalho serve às demandas necessárias à manutenção da família e não à produção de valor - é a família que define o máximo e o mínimo da atividade econômica da unidade. Isso quer dizer que a produção camponesa possui uma dinâmica diferenciada e particular, conhecida por diferenciação demográfica. “El volumen de la actividad de la familia

depende totalmente del número de consumidores y de ninguna manera del número de trabajadores” (CHAYANOV, 1974, p. 81).

O aumento da produtividade do trabalho camponês se deve à pressão exercida pelas necessidades do consumo familiar,

si em la unidad de explotación no se há alcanzado aún el equilibrio básico, son todavía muy acuciantes las necesidades insatisfechas, y la familia que explota la unidad se encuentra muy estimulada para extender su trabajo y buscar nuevos cauces para su fuerza de trabajo aun aceptando un bajo nivel de retribución (CHAYANOV, 1974, p. 92).

Dessa forma, a diferenciação não teria como resultado nem a proletarização (futuro operário) nem a acumulação (pequeno patrão). Se as atividades não agrícolas em determinado momento oferecem ganhos superiores à produção agrícola, a mão de obra familiar migra para essa direção, para alcançar o equilíbrio interno de forma mais rápida (CHAYANOV, 1974).

Outra questão relevante no que diz respeito ao equilíbrio consumidores/produtores é que esse ponto é variável ao longo do ciclo de desenvolvimento de cada grupo doméstico. Durante certo período a razão consumidores/produtores aumenta para, a partir de certo momento, começar a diminuir: nos primeiros anos da família, em que os filhos vão nascendo e não podem trabalhar, o excedente material é reduzido, pois há mais consumidores do que produtores, mas na medida em que os filhos vão crescendo e começam a trabalhar, o excedente cresce, e junto com ele a condição de bem-estar da família.

Assim, na perspectiva chayanoviana, o aumento da produção derivada do trabalho camponês se deve à pressão exercida pelas necessidades do consumo familiar. Nesse sentido, a lógica da organização da unidade econômica camponesa está baseada na avaliação racional da relação entre quantidade e

qualidade de terra, força de trabalho e capital. Mesmo quando as unidades familiares se encontram em condição de intensificar o capital, ampliando o uso de meios de produção poupadores de trabalho (máquinas, equipamentos), só farão isso observando o equilíbrio no balanço trabalho-consumo, ainda que possa parecer vantajoso determinado investimento; isto acontece porque ele não trabalha com a perspectiva capitalista de valorização do capital, nem sendo isto um estímulo para ele. Há momentos em que o uso de máquinas não traz necessariamente ganhos para a família camponesa, mesmo que ocorra aumento na produtividade do trabalho e libere força de trabalho, principalmente quando o trabalhador não pode ser utilizado em outras ocupações (CHAYANOV, 1974).

O esforço teórico de Chayanov (1974) serviu para explicar a racionalidade e as particularidades da produção camponesa. Para Chayanov (1974), os três componentes - terra, capital e trabalho - dentro da produção camponesa são fundamentais, mas a terra é fixa e o capital é relativamente estável. Sendo assim, o que pode modificar a dinâmica da produção é a variável trabalho.

Com relação à hierarquia do trabalho das famílias rurais há uma organização que se estabelece a partir das diferenças de gênero e geracionais, sendo que o homem (pai), a mulher (mãe) e os filhos ocupam posições diferenciadas no trabalho. O trabalho de Paulilo (1987) ilustra essa valoração diferenciada. Segundo ela o valor do trabalho não é intrínseco a ele, mas relacionado ao reconhecimento social de quem o exerce. A autora destaca as diferenças presentes em atividades agrícolas realizadas por homens e por mulheres, caracterizadas a partir da classificação de trabalho leve e trabalho pesado. O trabalho é valorado não em função de suas características próprias, mas conforme a posição que homens e mulheres ocupam na hierarquia familiar: são leves se forem desempenhadas por mulheres e crianças, ao passo que são pesadas se forem desempenhadas pelos homens adultos. Assim, a qualificação

do trabalho em feminino ou masculino não se dá pelo esforço realizado, mas por quem o realizou.

As explicações de Chayanov (1974) contribuem com esta tese na compreensão do processo de reterritorialização da população estudada: da permanência dessa população, como agricultores familiares, seus limites e potencialidades. Chayanov (1974) defendeu a ideia da manutenção da condição camponesa através de um conjunto de estratégias orientadas por uma racionalidade que partia da família para a terra, numa avaliação subjetiva de suas necessidades.

No caso da tese, são as estratégias desenhadas para o uso perene da terra que garantirão a reprodução social das famílias agricultoras pesquisadas, sendo essas estratégias elaboradas a partir da avaliação que as mesmas fazem de suas condições de vida e de trabalho. Ao se apropriarem de parcelas do território, inscrevem nele um uso próprio. Chayanov (1974) é capaz de dar luz às explicações sobre o sentido do desenho dessas estratégias na medida em que volta sua compreensão para o interior do núcleo familiar; e é desta maneira que as famílias agricultoras fazem: avaliam suas condições de produção e reprodução familiar, não a partir das estratégias vindas de fora, dos indicadores externos, do modelo de reassentamento levada a cabo pelos agentes ligados ao empreendedor, moldados por um padrão de produção estranho a sua própria lógica, mas, sim, a partir da lógica interna, baseada no saber local, na vivência e nas necessidades internas.

Já Wolf (1970) dedicou parte de seu trabalho à busca do relacionamento do campesinato com a sociedade envolvente. Para ele a família camponesa é uma unidade de consumo e de trabalho, que produz excedentes apropriados pelos grupos que os dominam e que fazem parte da sociedade mais ampla em que estão inseridos. Camponeses constituem, pois, uma categoria que relaciona com outros grupos sociais sempre como grupo subordinado.

Para Wolf (1970), os camponeses organizam suas vidas através de fundos - de manutenção, cerimonial e de aluguel. Os fundos de manutenção são os gastos necessários para a manutenção dos instrumentos de produção. O fundo cerimonial é o que deve ser pago por meio de trabalho, bens ou dinheiro pelas despesas associadas às relações sociais; essas despesas dependem da tradição cultural, e variam de cultura para cultura. Os fundos de aluguel é o que se paga em lugares onde houver alguém exercendo um poder superior, ou domínio, sobre o cultivador; esse fundo de aluguel é impulsionado pela existência de uma ordem social em que há formação de um grupo de homens que, exercendo poder, exigem pagamentos de outros. Assim, o que o autor faz é mostrar que os esforços na vida de um camponês vão além das exigências relacionadas ao seu modo de vida. O camponês, em sua estruturação da vida social, necessita de dois conjuntos de operações. Por um lado, ele deve alimentar-se e, por outro, produzir excedentes para cobrir os diversos fundos. Para alimentar-se ele precisa produzir o que Wolf (1970) chamou de mínimo calórico. Portanto, quando o cultivador se integra a uma sociedade com Estado, e passa a ficar sujeito às exigências dos detentores do poder, é que se pode, segundo ele, falar em campesinato.

Os fundos, tratados por Wolf (1970), possuem relação com os territórios ocupados pelas populações rurais, na medida em que é nesse espaço específico de vida, onde se realizam todas as dimensões da existência humana, que serão determinadas sua constituição: os fundos cerimoniais possuem ligação com a tradição de uma comunidade, os fundos de aluguel relacionam-se com as formas de apropriação da terra, os fundos de manutenção relacionam-se com o tipo de relação estabelecida com a natureza e com os recursos naturais. Dessa maneira, tanto os fundos de manutenção, como os fundos cerimoniais ou os fundos de aluguel, dependem das relações que são estabelecidas no território, tanto

relações entre as pessoas, como entre elas e a natureza (relação entre sistemas sociais e ecológicos).

Em situações de reterritorialização, como no caso específico das populações trabalhadas na pesquisa, a distribuição dos fundos é recolocada, e compreender o processo de reterritorialização perpassa pela abordagem sobre a composição dos gastos com os fundos. A variação na composição desses fundos só pode ser apreendida na medida em que se compreende as relações estabelecidas nos novos espaços: os fundos de aluguel deixam de existir tendo em vista que os reassentados receberam terras em maiores extensões? Os gastos com os fundos cerimoniais diminuem na medida em que as antigas relações sociais são rompidas? Os fundos de manutenção aumentam ou diminuem nesses espaços com características tão diversas das terras de origem? Dessa maneira, compreender a mudança na composição desses fundos é compreender parte do processo de reterritorialização através das novas relações criadas entre os grupos e seus novos territórios.

4.3 Enfim, quem é este sujeito social, o agricultor tradicional

A visão de que, se existe um lugar não de vida de paraíso, mas de uma vida cuja ética, cuja estética, cujo modo de viver deveriam ser o nosso, deveriam se estender a todas as pessoas, seria o lugar do camponês, o homem do campo. Em todas as eras e tempo. [...] Existe um ser confiável, um alguém que preserva e reproduz ao longo das eras e por toda parte uma maneira de viver, de pensar, de sentir (BRANDÃO, 2004, p. 123).

Para compreender a identidade deste sujeito aqui tratado é preciso, antes de mais nada, adentrar pelos caminhos que levam a entender a reciprocidade entre essas pessoas e a natureza, que não se expressa apenas nas relações técnicas, mas também em princípios morais e simbolismos, numa espécie de

diálogo com a terra. O agricultor tradicional é, antes de mais nada, um sujeito marcado por essa complexidade. Embora apresente relevante importância para a produção de alimentos, para a geração de ocupações e renda, para a sustentabilidade e o desenvolvimento, ele é muito mais do que isso. Ao tratar do modo de vida tradicional, Brandão (2004) extrapola o que seria um modo de vida, ele fala de uma “forma interior de ser”, interativa, com características não universais, mas paradigmáticas, que sofrem alterações aqui e acolá, mas que mantém um *ethos* que preserva valores éticos e afetivos, isso em qualquer parte do mundo; é o que ele chama de camponêsidade.

Esse modo de vida tradicional, camponês, é entendido como um conjunto de práticas e valores dentro de uma ordem moral, que tem na família, no trabalho e na terra a sua base. Esse modo de vida é estruturado a partir de relações pessoais que se dão em torno da família e de vínculos de solidariedade, construídos na comunidade através de uma sociabilidade territorializada, de um sentimento de enraizamento local, marcados pela tradição (MARQUES, 2004).

Cândido (1979) ao fazer uma reconstrução histórica da vida do caipira paulista e das transformações diante do fenômeno da industrialização, através de uma etnografia realizada em Bofete, destaca o sentimento de localidade e cooperação existente no território paulista. Ele descreve a estrutura fundamental da sociabilidade, que é formada pelo agrupamento de algumas ou muitas famílias, e vinculada pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e por atividades lúdico-religiosas. Esse agrupamento de famílias é chamado de bairro, e é no mesmo bairro que se encontram o limite da cooperação e dos deveres.

O que é bairro? - perguntei certa vez a um velho caipira, cuja resposta pronta exprime numa frase o que se vem expondo aqui: - Bairro é uma naçãozinha. - Entenda-se: a porção da terra a que os moradores têm consciência de pertencer, formando uma certa unidade diferente das outras (CÂNDIDO, 1979, p. 65).

Sobre a forma de relacionamento do caipira paulista com a natureza, através dos trabalhos e dos dias vividos num ano agrícola, Cândido (1979, p. 123) escreve de forma poética

o ritmo da sua vida é determinado pelo dia, que delimita a alternativa de esforço e repouso; pela semana, medida pela 'revolução da lua', que suspende a faina por vinte e quatro horas, regula a ocorrência das festas e o contacto com as povoações; pelo ano, que contém a evolução das sementes e das plantas. A vida do caipira é fechada sobre si mesma, como a vida destas. A sua atividade favorece a simbiose estreita com a natureza, funde-o no ciclo agrícola, submete-o à resposta que a terra dará ao seu trabalho, que é o pensamento de todas as horas.

Cândido (1979), ainda relata como a vida lúdico-religiosa é um elemento essencial para manter a sociabilidade entre família e povoado (o bairro). Ele mostra como a festa anual do padroeiro da comunidade estudada, em que há uma Irmandade responsável (Irmandade de São Roque) demandava encargos ao festeiro e demais membros da Irmandade, num claro exemplo de custos cerimoniais tratados por Wolf (1970).

No campo das relações o compadrio é uma instituição importante entre os agricultores tradicionais. Ele possui uma base voluntária e, se por um lado, deixa claro, as relações preferenciais entre parentes, por outro lado estende as relações de solidariedade para além das famílias, criando laços de parentesco ritual (DURHAM, 1984).

De um lado, o compadrio provê a criança de pais substitutivos. De outro, através da criança, estabelece entre compadres relações semelhantes às entre irmãos. Deste modo, o compadrio não é apenas um seguro social para a criança, mas, e talvez principalmente, é uma relação entre adultos que se estabelece através da criança (DURHAM, 1984, p. 73).

Ao refletir sobre a relação estabelecida entre camponês e terra, Woortmann (2004) descreve uma reciprocidade positiva estabelecida entre ambos, onde ele (o camponês) deve “tratar bem a terra”, preparando-a, alimentando-a, e ela, em agradecimento, retribui esse trabalho com a produção abundante, com fartura. A essa relação acrescenta-se mais um elemento – Deus - formando o triângulo Deus-homem-natureza, que é a base da reciprocidade camponesa; Deus teria nessa relação a função de fazer cair a chuva, e em caso de má conduta do homem, prevaleceria a vontade divina em forma de seca. Portanto, o que se percebe é uma lógica simbólica da lavoura camponesa, baseada numa lógica de equilíbrio e cuidado.

Diegues (2008) também traz para a discussão a importância da terra. Ele delimita a agricultura tradicional por meio do forte vínculo com seus locais de vida e trabalho. Um aspecto importante para essa especificação é a existência de sistemas de manejo dos recursos naturais, marcados pelo ritmo dos ciclos naturais, que revelam a existência de um conhecimento complexo adquirido pela tradição herdada dos mais velhos, através da oralidade e desenvolvida pelas novas gerações. Esse manejo dos recursos naturais é um dos elementos mais importantes que define a agricultura tradicional e diz respeito à interação e transformação mútua constantes entre o homem e a natureza viva. Além desses, o autor destaca: 1) a noção de território ou espaço onde o grupo se reproduz econômica e socialmente; 2) a moradia e ocupação desse território por várias gerações; 3) a reduzida acumulação de capital; 4) a importância dada às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais; 5) a tecnologia adaptada ao meio de impacto limitado sobre o meio ambiente; e 6) a importância das atividades de autoconsumo, mesmo já existindo relação com o mercado (DIEGUES, 2008).

Sobre a lógica camponesa, Brandão (1981), ao analisar processos de produção e consumo entre o campesinato goiano, discute a questão da sabedoria

alimentar transmitida através de gerações. Ele mostra como camponês e a natureza se aproximam no domínio do comestível, através de um modelo classificatório dos seus alimentos - quente, frio, forte, fraco, reimoso, sem-reima - que guardam qualidades equivalentes com o sujeito - que pode estar sadio ou doente, quente ou frio, com a reima ou sem ela. “O homem coloca-se então como o modelo classificatório dos seus alimentos”. Através da pesquisa ele mostra que o lavrador incorpora ao seu cotidiano um uso dos alimentos determinada por *condições de acesso* e por *razões de gosto*, e não pelos atributos e regras determinados pela lógica urbana.

As refeições não são, pois, simplesmente um ato de comer, é como um ato ritual, repleto de representações. Sobre a alimentação, ela é para o homem rural muito mais do que uma demanda fisiológica, ela é um elemento importante das relações, com comportamentos específicos, dentre os quais Cândido (1979) destaca o cerimonial do convite e da recusa

a comida é sempre considerada indigna por quem oferece e de raro paladar por quem aceita; pouca, segundo o primeiro, abundantíssima, para o segundo. O hospedeiro lamenta sempre a parcimônia do conviva, que afirmará, pelo contrário, a fartura com que foi servido. Qualquer infração destes padrões acarreta ressentimentos profundos e duradouros (BRANDÃO, 1981, p. 149).

Outra dimensão dessa ética camponesa, baseada na relação com a natureza, tem a ver com a categoria “proprietário”. A partir da lógica camponesa, proprietário é uma categoria que classifica os grandes fazendeiros, aqueles que obtêm lucro através da terra e através do trabalho dos outros. Para os valores camponeses, só se é dono por efeito do trabalho. Segundo Woortmann (2004), essa concepção tem um fundamento bíblico, no sentido de que Deus deu a natureza para o homem usar e ele tem a obrigação de trabalhar nela, por isso é pelo trabalho que se tem direito a terra. Além disso, a terra é vista como

pertencente a Deus e por isso não poderia ser transformada numa propriedade mercantil, mas no patrimônio familiar.

Mas, embora as sociedades camponesas organizem-se economicamente apoiadas em unidades produtivas individuais, elas ao mesmo tempo se desenvolvem nos limites da comunidade, onde se efetua a sua sociabilidade. Essas sociedades nunca foram completamente isoladas e autossuficientes, existindo uma relação de dependência com relação ao mundo exterior que é o fundamento da sua integração na sociedade nacional (DURHAM, 1984). Dessa forma, a família e a comunidade dão sentido à atividade camponesa. E é inserido num ambiente social mais global que o camponês estabelece as mais variadas formas de relação social, organizando sua vida, criando e recriando seu mundo e se adaptando às transformações do mundo rural, criando, assim, estratégias de reprodução diante delas. Nesse sentido os trabalhos de Chayanov (1974) e Wolf (1970) se complementam.

Assim, as populações rurais fazem parte de uma sociedade mais ampla, circundante, conforme Wolf (1970), mantendo com ela relações específicas, que tem como propósito sua reprodução social. Para isso elas criam variadas estratégias, através de um conjunto de ações coerentes, que lhes garantem sua reprodução social, e que são, na sua maioria, desconhecidos por técnicos e agentes de desenvolvimento rural.

Contudo, fazem parte de uma sociedade mais ampla mantendo sua autonomia. Com relação a isso, Ploeg (2009b) afirma ser essa uma luta constante da agricultura camponesa, e que se materializa na criação de uma base de recursos, tanto sociais como naturais - conhecimento, redes, força de trabalho, terra, gado, canais de irrigação, esterco, cultivos, entre outros. Essa base de recursos é resultante, na maioria das vezes, da produção do ser humano com a natureza viva, sendo pouco importantes os circuitos mercantis para a criação de recursos. A agricultura camponesa apenas entra nesse circuito mercantil para

vender seus produtos finais, e não para a mobilização de recursos. Ele afirma que

se, no entanto, os circuitos de mercadorias começam a exercer um papel de maior relevância na mobilização de recursos, a produção agrícola passa a se tornar parte do universo da agricultura empresarial (e/ou capitalista) (PLOEG, 2009b, p. 20).

Assim, a agricultura camponesa é pouco dependente do mercado para o acesso a insumos e outros meios de produção. Segundo Ploeg (2009a), para a agricultura camponesa, esses meios e insumos são parte integrante do estoque disponível de capital ecológico, e isso garante sua autonomia, pois a extensão e consolidação da base de recursos também são consideradas como criação de patrimônio. A produção não só garante a sobrevivência como também fortalece a base de recursos. A condição camponesa flui para uma especificação do modo camponês de fazer agricultura, que está voltada para produzir valor agregado. Os ambientes hostis são enfrentados através da produção de renda “*independente*”, usando basicamente recursos autocriados e automanejados. Na medida em que produção retroalimenta e melhora seu próprio processo de produção através de melhorias qualitativas (ex: tornando a terra mais fértil, selecionando melhores mudas, cruzando vacas mais produtivas, construindo melhores instalações, entre outras coisas), ela contribui para a ampliação da autonomia, que é uma luta permanente do campesinato (PLOEG, 2009a).

A expansão da base de recursos através da criação de dependência é evitada, pois ela vai contra a luta por autonomia, já que no modo de produção camponês é necessário obter o máximo de produção com uma dada quantidade de recursos, e sem deteriorar sua qualidade. Essa luta pela autonomia está fortemente ligada às relações com o mundo exterior, ou seja, padrões de relações mercantis como formas que permitam a autonomia, e nesse caso, a desconfiança

é tanto um reflexo de ambientes hostis como uma resposta a eles. Ao mesmo tempo a desconfiança é associada à confiança quando se trata dos recursos locais, sociais e materiais nela enraizados. Há uma grande valorização dos objetos e relações criadas no processo de trabalho e através dele

todos os fenômenos ou imagens apresentados são considerados insignificantes, se não mesmo perigosos, caso não estejam enraizados em sua própria história específica: de onde vêm, ao que levam? (PLOEG, 2009a, p. 44).

A contribuição que Ploeg (2009a) traz à discussão sobre o campesinato está relacionada ao papel central do capital ecológico, na medida em que os camponeses, onde quer que vivam, relacionam-se com a natureza e essa relação é determinante para a sua condição camponesa, base de sua autonomia. Essa base de recursos não é estática e sofre crescente pressão, seja por mecanismos internos, como, por exemplo, a herança, que implica em partilha de recursos, ou por pressões externas, como mudanças climáticas ou apropriação de recursos por grandes corporações. Assim, na medida em que os camponeses constroem e reconstróem essas relações com o ambiente e os recursos naturais, eles criam não só coisas ou recursos, mas também relações e símbolos.

A agricultura tradicional também é caracterizada por possuir uma rede de conhecimentos, construída e alimentada endogenamente. Esse saber é um conhecimento coletivamente aceito, e é costumeiro seguir esses conhecimentos, mudando ao longo do tempo. Isso acontece porque esses saberes são eficazes “para plantar, para lutar, para rezar e para dançar” (BRANDÃO, 1983, p. 18).

4.4 Saber local e redes sociotécnicas

Brandão (1983) aborda algumas dimensões do saber popular: a cultural, a social e a política. No que diz respeito à dimensão cultural há a evidência de

que o mundo camponês cria formas de saber, de viver e de fazer; eles criam, reveem, e atualizam códigos próprios de relações sociais dentro do próprio grupo e também no contato com outros, e não raras vezes também usam princípios e regras que advêm de contatos com sujeitos e grupos mediadores. Mas, mesmo havendo essa mistura do conhecimento tradicional com regras e elementos que não são do grupo, toda produção material e simbólica do campesinato expressa sua própria vivência e possui uma lógica própria, que permeia todos os espaços da vida e do trabalho do campesinato. A aparente rusticidade desse saber tradicional esconde uma grande complexidade e um repertório de conhecimento, e a ausência de uma sistematização desse saber não invalida esses conhecimentos, que ao contrário do que possa parecer, não têm nada de estático, solto ou sem significado. Os camponeses desenvolvem não somente sistemas próprios de uso da terra para produção, mas também sistemas costumeiros de ciências sociais, humanas e jurídicas, que explicam o mundo e a vida coletiva. E não tem nada de ingênuo nisso, é um modo de pensar sobre a vida, com significado e eficácia (BRANDÃO, 1983).

Os agricultores mantêm relações na família, com os vizinhos, com as autoridades políticas, com os fornecedores e compradores de mercadorias, com os animais, com as instituições culturais, com toda a exterioridade, e essas relações são construídas em cada lugar, em função dos grupos sociais e dos jogos de força. As comunidades rurais nunca são completamente isoladas e é através da dependência em relação ao mundo exterior que se integram à sociedade nacional.

Sabourin (2001), ao tratar dos sistemas locais de conhecimento, afirma que os agricultores não separam os momentos técnicos dos sociais, e a identificação do sistema local de conhecimento é o primeiro passo para uma experimentação dialogada entre agricultores, técnicos e tomadores de decisão.

Com relação ao saber ambiental, as populações tradicionais possuem uma maneira muito particular de representar, interpretar e agir sobre o meio natural, fazendo do uso da terra seu modo de vida. Esse saber diz respeito ao conhecimento acumulado sobre, dentre outras coisas, os ciclos naturais, a reprodução e migração da fauna, a influência da lua no corte de madeira e na pesca, o sistema de manejo dos recursos naturais, a inadequação de algumas atividades em determinadas épocas do ano para conservação de espécies. Esse conhecimento tem assegurado um uso adequado e sustentável dos recursos naturais, conservando os ecossistemas e gerando modos de vida equitativos. A relação com a natureza é, muitas vezes, de verdadeira simbiose e o uso dos recursos naturais só pode ser entendido dentro de uma lógica mais ampla de reprodução social e cultural (DIEGUES, 2008).

Goméz-Pompa e Kaus (2000) afirmam que pouco se sabe sobre o conhecimento ambiental dos agricultores, e para que esse entendimento ocorra é preciso um aprendizado dos contextos e também da linguagem que as pessoas usam, compreendendo os conceitos utilizados por eles e as ações que eles consideram apropriadas. Os autores não afirmam com isso que todos os agricultores são sábios ou conservacionistas, mas chamam a atenção para o fato de que, em comunidades rurais, há um conjunto sistematizado de conhecimentos sobre o ambiente em que vivem, e que esse conhecimento deve ser levado em consideração quando se discute políticas locais, o que normalmente não acontece, pois os agricultores raramente são incluídos na discussão.

Com relação à dimensão política do saber popular, Brandão (1983) argumenta que as comunidades camponesas até recebem as agências de mediação, às vezes usam, mas não necessariamente participam das propostas dos programas. Não necessariamente assumem os programas como sendo seus, e não necessariamente incorporam em suas vidas, sejam elas do governo ou de alguma organização da sociedade civil. Essa reação, que muitas vezes é vista pelos

mediadores como apatia, é, na verdade, uma forma de resistência, de oposição de classe. Woortmann (2004, p. 141) afirma que

o camponês não é obtuso, impermeável à mudança. Ele é cauteloso. Não pode colocar em jogo a reprodução social de sua família só porque algum burocrata, em algum gabinete, resolveu impor uma inovação tecnológica à população de baixa renda.

Essa resistência coletiva, que pode nem ser consciente na memória ou na fala do grupo, vêm como resposta às práticas das agências de mediação, que invadem seus territórios de vida, trabalho e símbolos. Assim, o que essas agências conseguem é basicamente uma prestação de serviços limitada, sendo que mudanças previstas não se efetivam, só aparecendo mesmo nos relatórios de técnicos. A ideia de participação é, pois, quase sempre uma mistificação ou, no máximo, uma busca ou desejo por parte dos técnicos. Em suma, as comunidades tradicionais usam os serviços oferecidos em proveito individual, familiar e comunitário (educação, saúde, habitação, e outros), mas resistem ao controle político que essas ofertas impõem (BRANDÃO, 1983).

Sobre isso, Sabourin (2001) afirma que os agricultores reconhecem os estímulos externos como sendo importantes, e apesar de não se interessarem diretamente por propostas vindas de fora, as identificam como oportunidade de diálogos técnicos. Ao abordar as redes sociotécnicas, ele afirma que elas não são constituídas somente por agricultores e não são exclusivamente locais: nesses espaços participam outros atores (comerciantes, professores, políticos locais, religiosos, técnicos, entre outros) e acontece entre eles e as cidades, as escolas, os centros de Pesquisa e Desenvolvimento e a agroindústria.

Assim, as comunidades rurais rejeitam o que é para ser rejeitado, usam o que é para ser usado e integram o que é para ser integrado. Não basta que uma técnica de produção agrícola funcione e aumente a produtividade para que

camponeses a adotem e se juntem a uma equipe de agrônomos, acatando as novas ideias. É uma ilusão crer nisso. No saber coletivo não existem espaços vazios a serem preenchidos pelos educadores, há sim uma diferença de grau e lógicas de conhecimento, mas todo tipo de saber já existe nos grupos tradicionais: há cientistas populares, artistas, profissionais específicos, filósofos, educadores e alunos; mas o olhar que vem de fora muitas vezes não os vê. E mesmo quando aceitam e integram algum conhecimento vindo de fora em seu universo de cultura, ele só é efetivamente incorporado depois de passar por um processo de redefinição, da lógica erudita da agência de mediação para a lógica camponesa. Resiste-se a projetos dominantes de fortalecimento do povo, como força de trabalho e de seu enfraquecimento como força de classe (BRANDÃO, 1983).

Quando populações tradicionais são expulsas de seus territórios de origem, como no caso da população pesquisada, ao mesmo tempo em que veem sua paisagem natal se perder ao longo do processo e também veem seus canais de circulação do saber se partir e suas redes de relações se romperem. Isso provoca um desencontro entre o saber popular e os novos espaços ocupados, que precisa ser revertido, num esforço para aprenderem sobre o novo local, reconstruírem referências em suas redes sociotécnicas, atualizarem seus saberes no novo espaço: é o esforço da reconstrução. Assim, é exigido deles um trabalho de articulação, construção e reconstrução de referências; surge um novo modo de ver o mundo interno e o mundo externo, na empreitada para se organizarem novamente. No caso desta tese, abordar como essa reconfiguração veio sendo construída, como o saber local foi adaptado, como as redes foram reconstruídas, é um caminho que necessariamente precisa ser percorrido para se compreender como as famílias reassentadas estão se reterritorializando nos novos locais.

4.5 Estratégias de reprodução camponesa

A escassez da terra representa um grande desafio para os agricultores, tendo em vista o reduzido tamanho das terras e o parcelamento contínuo das unidades de produção. Diante desse desafio de permanência e existência, as estratégias para produção e reprodução familiar camponesa são muitas. Há, entre elas, as mudanças nos tipos de técnicas utilizadas na lida: quando a disponibilidade de terra diminui há um encurtamento do tempo de pousio, que é o tempo em que a terra descansa para recuperar sua fertilidade, e para isso novas técnicas precisam ser introduzidas. Assim, um aperfeiçoamento técnico é incorporado quando o pousio mais longo é substituído por um mais curto, em decorrência da diminuição da disponibilidade de terra. Há também a possibilidade de coexistência de diversos sistemas de cultivo, em que novas formas de uso de solo e novas técnicas agrícolas sejam incorporadas sem que com isso os antigos sistemas sejam eliminados, isso durante um longo período de tempo. Segundo Boserup (1987, p. 25)

quando o pousio é encurtado, ou mesmo eliminado, em um dado território, outros métodos de preservação ou recuperação da fertilidade do solo têm de ser introduzidos. Existe, portanto, relação íntima entre sistemas de pousio e técnicas para fertilização.

Outra estratégia adotada pelas famílias agricultoras é fundada nas trocas que elas mantêm com o mercado, mesmo quando os mercados estão em posição secundária na hierarquia de valores da sociedade rural. Essa estratégia é usada para ampliação do patrimônio. Sobre isso Ribeiro e Galizoni (2007) retratam a prática da catira, que consiste nas trocas de bens de pequeno valor que acontecem nas regiões rurais através de mercados específicos, em que

prevalecem a confiança e a reciprocidade, com moedas e mercados específicos. Eles afirmam que

o negócio é uma arte particular. Ligado à vida mesma de todo dia, funciona como um mecanismo que produz e ajusta a riqueza que, por sua vez, se expande das coisas para as famílias e das famílias para o lugar, porque os bens, ao circular, cimentam as bases que fundam a economia dessas regiões rurais. Por isso é que não deve haver assombro nem preconceito ao ver sitiantes, com catiras, dar nova forma material aos produtos da lavoura, da migração, da pluriatividade, das aposentadorias e de outros meios de aquisição de renda (RIBEIRO; GALIZONI, 2007, p. 72).

A existência de uma relação necessária com o sistema monetário acontece porque há uma relativa integração da comunidade rural ao sistema econômico mais amplo. Essa integração se dá pela venda de um excesso da produção de mantimentos, ou pela criação ou extração de algum outro produto que se destina ao mercado (DURHAM, 1984). Nas comunidades do Jequitinhonha é bastante comum, em dias específicos, normalmente dias de feira, um grande movimento e burburinho nas sedes dos municípios: é o movimento de venda de seus produtos e também de compra de produtos que são levados para a roça, os ônibus que os transportam vão e voltam apinhados. É um fluxo, um movimento, uma troca bastante intensa - mercado local importante.

As estratégias de reprodução do campesinato estão também estreitamente ligadas à multifuncionalidade da agricultura, que valoriza as peculiaridades do rural e suas contribuições, não só no que diz respeito à produção de bens privados, mas também às funções sociais, como a conservação de recursos naturais e a qualidade dos alimentos. Assim, a noção de multifuncionalidade da agricultura possibilita uma melhor compreensão da dinâmica de reprodução das unidades econômicas rurais, considerando seus aspectos não só econômicos, mas também os sociais, culturais e ambientais

(MALUF, 2002). Um exemplo de multifuncionalidade é o caso dos atingidos pela barragem de Irapé que, em suas terras de origem, mantiveram por mais de século, 70% das terras de cerrado que ocupavam eram preservadas, e depois foram inundadas pelas águas da represa.

Assim, rompe-se com a ideia de que a função principal do mundo rural tem que ser necessariamente a produção de alimentos e que a atividade predominante é a produção agrícola, numa espécie de disjunção entre o mundo rural e a agricultura. Enquanto a multifuncionalidade engloba a geração de bens públicos, a pluriatividade se limita ao fornecimento de bens privados (MALUF, 2002). Assim, o meio rural passou a ser visto como um espaço diversificado, cuja paisagem se vê indústrias, serviços, vias de comunicações e diversos tipos de moradias ao lado das unidades familiares, sendo, pois esses diversos grupos sociais fator de dinamismo ou fonte de conflito.

Segundo Wanderley (2001), estudos recentes sobre o rural brasileiro mostram que está havendo um crescimento de atividades não agrícolas nas áreas rurais, sobretudo de serviços. Essas novas atividades não seriam práticas estranhas às dinâmicas de reprodução social das famílias agricultoras, mas um mecanismo de manutenção da atividade agrícola familiar, não representando uma ameaça ou negação da forma familiar de reprodução agrícola.

Com relação à composição da família como estratégia de reprodução, a perspectiva chayanoviana pode ajudar a compreendê-la. De acordo com Chayanov (1974), são os filhos na unidade familiar que se transformam na força de trabalho que fará parte da unidade de produção, embora sejam também imediatamente consumidores. O balanço trabalho-consumo é o ponto central na sua teoria: a expansão dos cultivos está pautada no número de consumidores, ou seja, o trabalho serve às demandas necessárias à manutenção da família e é ela que define o máximo e o mínimo da atividade econômica da unidade. Mas, a decisão pela quantidade de filhos que fará a composição da unidade familiar está

também associada à necessidade de braços suficientes para tocar a unidade. Embora o número de filhos no início da constituição da família faça com que a necessidade de consumo cresça, numa baixa relação trabalho-consumo, no decorrer do desenvolvimento do núcleo familiar, com o crescimento desses filhos, essa relação aumenta, e a força de trabalho passa a ser, durante certo tempo, maior do que a necessidade de consumo.

É importante lembrar que Chayanov (1974) formulou sua teoria num contexto em que as famílias eram extensas, porque a necessidade de força de trabalho era suprida pelos filhos que compunham a família. Atualmente as famílias camponesas diminuíram a prole, e essa retração também pode ser compreendida à luz de Chayanov (1974): família extensa significa fragmentação de terras e comprometimento da permanência do campesinato. Assim, a decisão pela composição da unidade familiar está associada à necessidade de força de trabalho, mas também à problemática da herança, sendo esta decisão parte da estratégia de manutenção do campesinato.

Como a escassez da terra representa um grande desafio para os agricultores, as estratégias para garantir sua permanência e reprodução, bem como a manutenção do grupo social, são baseadas em padrões costumeiros criados a partir da lógica de reprodução social camponesa. É dessa forma que também constroem saídas para esse dilema através dos processos de herança (GALIZONI, 2007a; MOURA, 1978; SEYFERTH, 1985) e da migração (HERÉDIA, 1979; RIBEIRO, 1993; WOORTMANN, 1990).

No caso da herança camponesa, segundo Wolf (1970), existem dois tipos: a herança sem partilha e a herança por partilha. A primeira envolve a passagem dos recursos a um único herdeiro e sucessor, podendo ser para o primogênito, ou caçula, ou para um descendente solteiro; a segunda envolve mais de um herdeiro, subdividindo a unidade, de modo que cada sucessor receba uma combinação de recursos menos importante do que a anterior. Para o autor,

quando “o cabeça” do grupo doméstico deverá ser substituído é um momento de tensão, onde a prole reivindica os recursos que ele até então controlou. Essa substituição do controle da geração mais velha para a mais nova coloca em tensão a unidade familiar, e por isso é regulada por normas especiais, que faz com que a unidade familiar persista através do tempo (WOLF, 1970).

Os trabalhos sobre padrões de herança entre agricultores no Brasil mostram que o direito costumeiro acaba prevalecendo sobre as prescrições do Código Civil, na intenção de se evitar a excessiva fragmentação da terra e a consequente ameaça para a reprodução da unidade familiar. Essas práticas, conhecidas como “direitos costumeiros”, “preferência”, “acertos”, “arranjos”, “presentes” e “consideração”, são baseadas na lógica de reprodução social camponesa e funciona como estratégia para permanência e manutenção desse grupo social. Os processos sucessórios promovem a continuidade da unidade familiar e seu trabalho (MOURA, 1978).

Moura (1978) observou que nas famílias extensas existe uma ameaça de excessiva fragmentação da terra no processo de herança do patrimônio familiar, sendo preciso evitar ao máximo esse fracionamento. A forma que garante a não pulverização é através do matrimônio, em que a parte da terra herdada pela filha mulher é vendida para os irmãos através de seu marido. A filha mulher quando se casa vai morar na terra do marido, que por sua vez, com o dinheiro que adquire com a venda da terra da esposa, compra a terra da irmã. Há, pois, um arranjo entre cunhados. Os filhos homens, com o casamento, moram e cultivam área dentro da área original da unidade familiar; já as moças, quando casam, retiram-se. Os filhos homens, mesmo dentro do sítio mantêm sua unidade econômica independente, prevalecendo a autonomia das unidades e caracterizando as famílias como nucleares. Para eles, essas regras locais são denominadas de “acertos”, “arranjos” ou “presentes”; pois heranças são para

eles as regras do Código Civil, acionadas quando da morte de um membro da família (pai ou mãe).

Seyferth (1985) observou em estudos no Sul do Brasil os casos em que apenas um herdeiro, quase sempre homem e o mais novo, herda a parte da unidade produtiva onde se situa a residência da família e seus anexos (estábulo, ranchos para armazenagem, pomar). Os demais filhos homens herdam um pequeno terreno e uma casa após o matrimônio. A mulher não herda terra porque a partir do casamento ela passa a pertencer à outra família, recebendo seu dote, que compensa sua exclusão na herança. Os herdeiros aos quais a família não tem condições de oferecer terras suficientes, assegurando-lhes somente a moradia, transformam-se em proletários vivendo na colônia. O casamento do primeiro filho é o momento em que se desencadeia o processo de herança, e para a maior parte dos filhos a herança é apenas um pedaço de terra suficiente para se construir uma casa. Apenas um deles herda a terra enquanto unidade de produção, mantendo-se camponês. Os filhos tornam-se independentes somente com o casamento, e aqueles que permanecem na casa dos pais (constituindo a família-tronco) só deixam de estar sob autoridade de seu pai quando o mesmo morre ou quando não pode mais exercer atividades produtivas.

Herédia (1979), analisando processos de herança da terra no Nordeste, observou o início de uma mudança no modelo de herança tradicional causado pela dificuldade crescente de acesso a novas terras. Essa dificuldade levou algumas unidades de produção a cederem pequena extensão de suas terras para os filhos, no momento do casamento, apenas para a construção da casa. Assim o novo núcleo familiar passou a residir na unidade produtiva paterna, porém trabalhando fora dela.

Galizoni (2007a), analisando casos no Alto Jequitinhonha, aborda como os agricultores garantem sua reprodução social diante do crescimento demográfico e da exaustão do ambiente. Lá, a herança é baseada em regras que

evitam a pressão excessiva sobre a terra e sobre os recursos naturais, e são diversas as formas encontradas para isso, que vão depender das negociações no interior das famílias e também das possibilidades que possam surgir na sociedade circundante. “Ao final, ficam somente os filhos que a terra comporta”. Teoricamente a terra é dividida entre todos os herdeiros, mas na prática dificilmente todos herdarão; o direito é garantido pelo laço de parentesco, porém o que define o tamanho desse direito é o trabalho depositado na terra. “Há diferentes camadas de direitos no interior da família, relacionados aos diferentes espaços de trabalho; existem gradações de direitos que podem ou não ser afirmados” (GALIZONI, 2007a, p. 89).

Para Moura (1986), as famílias camponesas fazem uma interpretação própria do código civil, reelaborando suas prescrições. Ela afirma que

é bastante comum a família camponesa submeter-se às normas legais para efetuar o inventário e a sucessão e, num segundo momento, tomar uma série de decisões que, contornando ou adaptando as prescrições do código civil, retiram a terra das mãos de certos membros da geração descendente, poupando o patrimônio territorial da fragmentação excessiva. Em outras palavras, a fragmentação ocorre, mas num ritmo mais lento (MOURA, 1986, p. 29).

Os estudos mostram que a terra é considerada, entre os agricultores, assunto de família, em que prevalecem os arranjos costumeiros, fundamentados no acordo entre herdeiros, que permite evitar o parcelamento contínuo das unidades familiares. E o que se percebe é que há o entrelaçamento de dois códigos e a evidência de que suas próprias regras do jogo prevalecem em relação aos códigos legais e garantem a permanência dos agricultores nos seus locais de vida e de trabalho. No caso dos grupos pesquisados, em que as glebas de terra conquistadas são fixas (50 ou 40 hectares) e em que somente os filhos maiores de idade tiveram garantido, na época da negociação, um pedaço de terra (10

hectares), novos arranjos costumeiros deverão ser elaborados, na medida em que esses filhos vão crescendo e constituindo família.

4.6 Migração como estratégia camponesa

Outra importante estratégia criada pelas famílias camponesas para enfrentarem esta problemática da terra, onde a escassez representa um dos problemas fundamentais, tendo em vista o reduzido tamanho das glebas, e a grande dificuldade para assegurar a subsistência do grupo, ou seja, a sua reprodução social é a migração, temporária ou definitiva (WOORTMANN, 1990). Contudo, ela não existe apenas para isso.

Camponeses criam estratégias para possibilitar sua permanência na terra e na agricultura em contextos historicamente adversos. A migração é uma dessas estratégias, que costuma ser determinada por dois fatores de ordem econômica. Primeiro, a já comentada escassez da terra, decorrente do parcelamento contínuo das unidades de produção que acontece com o crescimento da família, pois os filhos crescem, se casam, têm filhos e precisam de terra. Segundo, a escassez de alternativas de geração de renda ou de ocupação rentável nas próprias unidades de produção; isso é determinado pela dinâmica da agricultura familiar, mas também pela dinâmica - ou ausência de dinâmica - da economia local (CHAYANOV, 1974; HERÉDIA, 1979; RIBEIRO, 1993; WOLF, 1974; WOORTMANN, 1990).

Contudo, a migração não tem apenas esses motivos, seus significados ultrapassam o sentido estritamente material da reprodução, e devem ser entendidos a partir da lógica específica de cada sociedade camponesa. Num esforço de síntese, Woortmann (1990) descreveu três modalidades de migração próprias aos camponeses. Primeira, a migração pré-matrimonial, aquela que

conduzirá o rapaz ao casamento, como um ritual de passagem⁹ que o transformará em homem, aprendendo a enfrentar o mundo, mas ao mesmo tempo possibilitando que amealhe recursos, conquiste a idade adulta pela passagem ritual do trabalho e crie a base da rede social de apoio que garantirá seu possível retorno. Segunda, a migração do pai, que tem como objetivo buscar recursos materiais; o sentido dessa migração vai variar desde o caso do sitiante que busca maximizar a ocupação, pois poderia ficar ocioso no tempo da entre safra, até aquele que precisa garantir a sobrevivência imediata e preservar a família e a unidade de produção numa situação temporária de escassez material; é, pois a necessidade de dinheiro que o força a procurar emprego como assalariado, pelo menos em parte do ano. Terceira, a emigração definitiva, resultante da gradativa redução do espaço fundiário do campesinato com as partilhas sucessivas, que admite a permanência de uns e estimula a saída definitiva de outros, contribuindo para minimizar a fragmentação da terra. Nesta pesquisa serão considerados na análise apenas os dois primeiros tipos, as migrações temporárias.

No caso da migração como busca de recursos materiais, também se pode destacar o fato de que, com o avanço da civilização industrial e a quebra do isolamento relativo das populações rurais, houve uma introdução de necessidades que a realidade produtiva tradicional não pôde mais satisfazer. O que acontece, portanto, é a criação de novas necessidades, que podem ser traduzidas por “novos desejos de consumo”, pautadas basicamente em categorias urbanas. Contudo, a forma de trabalho a que se submetem ao migrar raramente se apresenta como um ideal de trabalho. Isso acontece porque nos trabalhos urbanos há a regulamentação precisa do tempo a que são obrigados a se sujeitar, e isso é bastante desvalorizado por eles, pois representa a perda de autonomia

⁹ Sobre ritos de passagem ver Herédia (1979) e Woortmann e Woortmann (1997).

que é o que enobrece o trabalho, caracterizando-o como livre. Dessa forma, o trabalho do migrante é visto como um instrumento para realização futura do ideal de trabalho por conta própria (DURHAM, 1984).

A migração quase nunca é um processo essencialmente individual e não implica em abandono das relações primárias que constitui o universo de origem. Contudo, a migração de jovens solteiros não tem, pelo menos no início, um caráter nitidamente familiar. Os jovens desejam, muitas vezes, não somente melhorar de vida, mas mudar de vida.

A emigração transforma-se então numa aventura, numa libertação pessoal. Em geral, não há oposição da família. Dentro dos padrões vigentes na sociedade rural, essa é a época em que os jovens devem iniciar sua independência econômica e a possibilidade de sucesso na migração é vista como algo que poderá beneficiar outros membros da família, abrindo-lhes novas oportunidades de vida (DURHAM, 1984, p. 132).

Mas, mesmo assim eles não migram isoladamente, mas dentro de um grupo formado na comunidade de origem, indo com famílias conhecidas ou com amigos que já migraram antes, ou ainda vão à procura de parentes. Esses grupos oferecem a segurança da companhia e do conhecimento da nova situação que enfrentarão. Normalmente, migram para as localidades onde têm conterrâneos, amigos ou parentes. O migrante passa a ser um ponto de contato entre a sociedade para onde partiu e a comunidade de onde partiu.

Outra questão importante tratada por Durham (1984) é a do espaço social da migração. A definição de espaço para as populações rurais é condicionada culturalmente, em que ideias de país, nacionalidade, divisões administrativas e políticas são muito abstratas. Para eles, o espaço, o mundo físico, não é uma abstração, mas o resultado de uma experiência concreta, por isso formado por lugares onde seus conhecidos estiveram, ou onde moram

pessoas de sua relação. Por isso, a migração não pode ser vista como simplesmente um deslocamento no mapa, porque quando sai, o trabalhador segue as rotas que foram seguidas por parentes e amigos antes dele.

A não ser excepcionalmente, o emigrante não se aventura no desconhecido, mas se orienta por notícias, por informações, por relações. Nesse movimento ele conhece novas pessoas, estabelece novas relações, que são outras tantas fontes de informação e outros tantos pontos de apoio (DURHAM, 1984, p. 137).

A migração não é decorrente, em geral, de uma situação de fome ou miséria, ao contrário, ela aparece como resposta a condições normais de existência. “Quando o migrante diz que a vida da roça era difícil não se refere a uma dificuldade passageira, mas a uma condição inerente à vida rural” (DURHAM, 1984, p. 114). Não representa também um rompimento entre os que saem e aqueles que ficam, mesmo quando a viagem é definitiva; viajar não destrói o tecido social do campesinato, e ela ao mesmo tempo em que reforça a tradição acaba induzindo a inovação. A migração em geral não dissolve os laços com o grupo original, é através dela que se efetua a ponte entre a sociedade para onde se vai e a comunidade de origem, que promoverá sucessivamente a migração entre os grupos de solidariedade. Migrar é, pois, uma estratégia de reprodução do campesinato, e os significados são entendidos a partir da lógica de cada grupo (DURHAM, 1984; GALIZONI, 2007a; RIBEIRO, 1993; WOORTMANN, 1990).

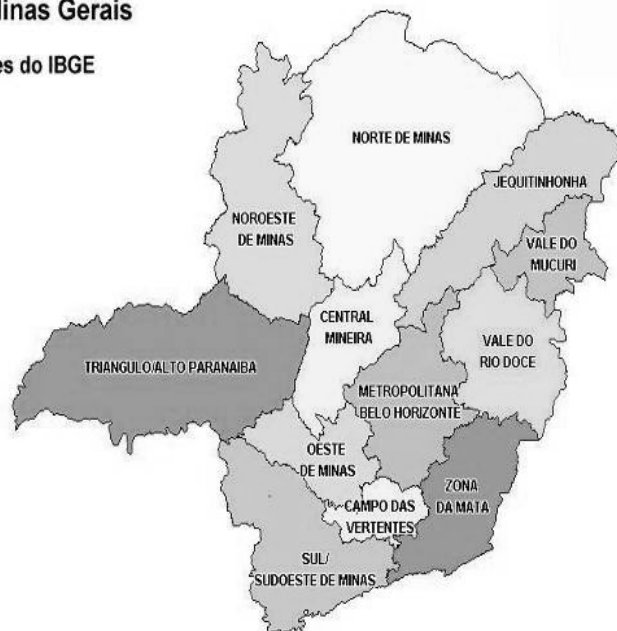
CAPÍTULO 5

O VALE DO JEQUITINHONHA

O Vale do Jequitinhonha localiza-se no Nordeste do Estado de Minas Gerais e pode ser dividido em Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha, sendo que alto e baixo possuem características geográficas e de ocupação histórica bastante diferentes, e o médio Jequitinhonha, localizado entre ambos, mescla características de um e outro (Figura 1).

Estado de Minas Gerais

Mesorregiões do IBGE



Fonte: Mapa Geopolítico de Minas Gerais - IGA/Cetec 1994



Figura 1 Minas Gerais e o Vale do Jequitinhonha

O baixo Jequitinhonha é formado por vales abertos, terras mais planas e baixas, com uma vegetação de mata atlântica que se manteve até finais do século XIX, atualmente substituída por pastagens. A ocupação da região se deu a partir de meados do século XIX, sendo hoje uma região de grandes fazendas de gado, que pressionam os sítios da região. O alto Jequitinhonha é formado por terras altas e planas, as chapadas, entremeadas por vales, conhecidos como grotas e vegetação típica de cerrado. A sua ocupação se deu pelo empreendimento extrativo colonial no século XVIII, abrigando os maiores centros de extração de ouro e diamantes.

Paralelamente à mineração foi se desenvolvendo a agricultura, como atividade complementar, e lá pelos fins do século XVIII, a produção mineradora declinou e a massa da população trabalhadora, formada por homens livres ou escravos libertos ou refugiados por lá, deu origem aos agricultores da região. No século XXI a região apresenta uma estrutura fundiária dividida entre as grandes empresas de plantio de eucalipto localizadas nas terras de chapadas, que são favoráveis à mecanização, e os milhares de sítios familiares que dividem as terras das grotas. O médio Jequitinhonha é uma região de caatinga ou transição, formada, assim como o baixo Jequitinhonha, por terras planas e vales abertos, mas também com características de ambas: tanto grandes fazendas como áreas camponesas, criação extensiva de gado e lavouras de mantimento (GRAZIANO; GRAZIANO NETO, 1983; RIBEIRO, 2007).

5.1 Alto Jequitinhonha: ambiente e uso da terra

A paisagem que se vê no alto Jequitinhonha, ou região das minas, é uma sequência de planaltos e vales, que ao mesmo tempo em que são diversos, se complementam. Esses planaltos, conhecidos regionalmente por “chapadas”, possuem variadas altitudes e uma vegetação típica do cerrado, sem recursos

hídricos na superfície. Os vales, conhecidos por “grotas”, possuem variadas inclinações e profundidades e são as áreas úmidas com nascentes e córregos. Esse relevo é marcado por uma grande variedade de vegetação; no fundo das grotas a vegetação é mais densa, com árvores de maior porte, mas na medida em que se vai subindo para as chapadas a vegetação vai se tornando mais baixa; nessa subida aumenta-se também a quantidade de pedras. Dependendo da época do ano - se período seco ou chuvoso - essa paisagem muda de cor - do amarronzado da seca para a variedade de verde da época da chuva - e também de suntuosidade - das folhas que caem na seca para um revestimento de muitas folhas na época chuvosa (GALIZONI, 2007a).

Este rico complexo - grotas-chapadas - foi apropriado pelos agricultores de forma bastante particular, se associando a uma forma de organização humana específica sob vários aspectos. O regime agrário na região combina áreas privadas com áreas comunitárias. As terras das chapadas que não foram apropriadas por reflorestadoras são usadas para coleta de frutas variadas, madeiras para fins diversos, remédios feitos de raízes, ervas e folhas e também para a solta de gado — são as áreas de uso comum, uso coletivo. Ribeiro et al. (2005, p. 10) afirmam que

ao longo da subida das terras baixas para as altas, de grotas para chapadas, os direitos vão ao mesmo tempo perdendo em força e ganhando em complementaridade, se tornam menos de uma família e mais do conjunto das famílias da comunidade, depois do conjunto das comunidades vizinhas, e por fim do conjunto das pessoas do mundo, pois é assim que se entende o pertencimento quase indistinto de alguns recursos das chapadas que são de livre acesso.

Esse sistema de uso comum é típico de sociedades camponesas, de sua lógica específica. Embora as análises considerem essas áreas como formas atrasadas, vestígios do passado e condenadas ao desaparecimento, são elas que

garantem a manutenção dos domínios territoriais dos camponeses (ALMEIDA, 1989).¹⁰

Já as terras das grotas são aquelas consideradas boas para as lavouras, conhecidas entre os agricultores por “terras de cultura”. São áreas úmidas e férteis, e nelas se situam as unidades familiares, que se localizam, sempre que possível, perto dos cursos d’água - são as áreas de uso privado.

Como as grotas são ladeadas por morros que sempre terminam em chapadas, e como as casas se localizam nas grotas, de uma casa não se pode avistar mais que uma ou duas outras casas da comunidade. As casas quase sempre só são avistadas quando se está bem próximo delas (NORONHA; RIBEIRO, 2007, p. 83).

Galizoni (2007b) descreve a diversidade de conhecimento sobre os ambientes da região, elaborado pelos próprios agricultores, que as classificam em “cultura, campo e catinga”. Essa classificação é a mais geral e a mais usada na denominação dos ambientes e das paisagens pelos agricultores, embora em cada uma delas haja subdivisões.

As terras definidas como culturas são caracterizadas por terrenos frescos, úmidos e férteis, próximos aos cursos d’água e consideradas as melhores para cultivo das roças de mantimentos. Normalmente, são terras onde predominam árvores como angico, aroeira, aroeirinha, pereira, vara-de-canoa, ingá, marmelinho e mutamba, ou cipós como o tatu e o timbó; as terras de cultura aparecem tanto nas grotas quanto nas margens dos rios. As terras denominadas catingas geralmente se localizam nas cabeceiras dos córregos, nas vertentes, e são utilizadas para cultivos de

¹⁰Almeida (1989), ao tratar dos usos comuns das terras, afirma que não há interesse oficial em compreendê-las, catalogá-las ou quantificá-las; e as interpretações ortodoxas consideram que estejam fadadas ao aniquilamento pelo progresso social e pelo desenvolvimento das forças produtivas, pois a expansão do capitalismo no campo liberaria essas terras ao mercado e à apropriação individual. Interessante é que se sabe que, ao contrário dessas análises, há formas de uso comum que surgiram das contradições do próprio desenvolvimento do capitalismo.

plantas rústicas como a mandioca, abacaxi e, às vezes, café. As árvores nativas da catinga possuem grande porte: pau-terra, pau-d'óleo, marmelada. Nas terras identificadas pelos lavradores como campo ou carrasco, predominam capins nativos, arbustos e árvores como o muçambé, cagaita, monjolo e maria-mulata, não são áreas propícias para lavouras, sendo utilizadas somente para pastoreio e extração de madeira, lenha, frutas e plantas medicinais (GALIZONI, 2007b, p. 51).

A classificação das terras é baseada em sistemas locais de conhecimento e os agricultores fazem suas lavouras analisando cada ambiente e seu estoque de recursos. Eles analisam quais os melhores pedaços de terra para cada tipo específico de cultivo que desejam tocar. As terras de cultura não são contínuas, são intercaladas por outros tipos de terras, as catingas e os campos, ficando assim, as roças separadas, próximas as casas, em busca das terras férteis, porém estas são escassas (GALIZONI, 2007b). Dessa forma é comum que as roças de mantimentos fiquem espalhadas por toda a unidade familiar. “O milho é plantado próximo ao quintal, o feijão nas baixadas mais férteis, a cana próxima ao córrego, a mandioca em terras menos fecundas” (NORONHA; RIBEIRO, 2007, p. 150).

Durante o período das águas, que vai do mês de outubro até os meses de abril/maio, as pessoas ficam na lida com suas lavouras de mantimentos, que servirão para a própria alimentação e também para a venda durante o ano, tornando desnecessário adquirir alimentação básica no mercado. Nesse período também é beneficiado o leite - cuja produção aumenta devido à qualidade do pasto - que se transforma em doce de leite, queijo, requeijão. O trabalho mais pesado durante esse período é no momento do plantio e da colheita. Durante o período da seca as famílias se dedicam ao processamento de produtos agrícolas (farinhas de milho e de mandioca, polvilho, rapadura, cachaça, doces à base de rapadura e à horta, que podem ser divididas entre horta familiar e horta comercial). A primeira é de cultivo exclusivo da mãe e dos filhos, a segunda,

recebe o auxílio do pai, e a venda desses produtos representa uma parte importante da renda da família. Embora a horta da seca apresente uma diversidade grande de vegetais, ela também é cultivada no tempo das águas, embora muitas folhosas não possam ser plantadas nesse período, optando-se pelo plantio de vegetais mais resistentes à água, como a abóbora, o quiabo, o pepino, o maxixe. É na seca também que ocorre o preparo da terra para o plantio das roças na época das chuvas, sendo, pois, o período com mais atividades, se comparados com o período das águas (NORONHA; RIBEIRO, 2007).

Se, por um lado, no período da seca, com o beneficiamento, o trabalho familiar rural tem uma carga maior de atividades em relação às águas, é na seca, por causa do beneficiamento, que suas receitas aumentam, de forma que, durante o período das águas e até o início da seca do ano seguinte, têm produtos beneficiados para comercializar (NORONHA; RIBEIRO, 2007, p. 155).

Com a escassez de terras de cultura os agricultores do alto Jequitinhonha tiveram que desenvolver um sistema de produção para dar resposta a isso. Assim, através de um vasto conhecimento, associado a normas costumeiras de regulação, herança, casamento e migração mantêm a estabilidade do uso do complexo grotas chapadas, através de práticas e métodos agrícolas que regulam o uso dos recursos naturais. Esse sistema baseia-se na identificação do grau de fertilidade da terra através da observação da vegetação, dos tipos de plantas e do conjunto de árvores predominantes. Essa identificação foi eficazmente construída pelos próprios agricultores (GALIZONI, 2007b).

O sistema produtivo agrícola do alto Jequitinhonha é caracterizado pela roça de toco, ou de coivara. Esse tipo de roça consiste em: escolher o melhor terreno para lavoura, derrubar as árvores em corte feito bem próximo do solo, com machado ou foice, deixando somente os tocos, juntar os galhos em linhas, nas chamadas “coivaras” para, em seguida, colocar o fogo. O fogo não é

indiscriminado, mas sim criterioso, sendo tocado de forma precisa para servir de fertilizante para o plantio que se deseja fazer naquela área¹¹. Depois de queimada a coivara é feita a destoca, que é revirada da terra com a enxada. Com a terra preparada, é só esperar a chuva para se realizar o plantio (GALIZONI, 2007a). Ao contrário do que possa parecer a um olhar superficial sobre a região, fazer a roça é uma ciência complexa, com cálculos e várias combinações.

Nessa ciência dos lavradores existe a diferença entre o “roçado e a palhada”. O roçado é aquela terra que acabou de ser desmatada para plantar, e que por isso produz com grande fartura - a terra está descansada e fértil. Mas, essa fertilidade da terra dura somente cerca de dois anos, e o plantio contínuo da roça por mais tempo faz com que ela se transforme em palhada, que é a terra em que se plantou roça durante algum tempo e cuja fertilidade natural já está em vias finais. Daí vem a expressão “bater palhada”, que é espalhar sobre a terra os restos de vegetais da roça anterior, para que possam fertilizar a terra para o plantio do ano seguinte (NORONHA; RIBEIRO, 2007).

Essa forma de lavoura - a roça de toco - exige, após o esgotamento da fertilidade, o pousio da terra. A recuperação da área pode demorar em média, segundo Ribeiro e Galizoni (2000), de 10 a 15 anos, dependendo do tamanho da área desmatada, da periodicidade da derrubada e do tempo em que a terra foi cultivada. Normalmente, a fertilidade das terras no alto Jequitinhonha dura, com a lavoura, de 2 a 3 anos¹².

¹¹ Gómez-Pompa e Kaus (2000) tratam da questão do fogo como parte integral dos sistemas de cultivo em florestas tropicais pelos agricultores há milênios, e que não pode ser de forma alguma confundida com queimadas destrutivas, como é difundido por nossa visão ocidental urbana. As queimadas podem servir, segundo os autores, inclusive para controle de queimadas.

¹² Esse sistema de pousio é tratado por Boserup (1987). Para ela, as mudanças técnicas só acontecem quando há uma mudança no sistema de uso da terra, que ela classifica, em ordem crescente de intensidade de uso da terra. Quando o pousio é encurtado, em resposta ao aumento da população de uma dada área, uma das consequências é o aumento da quantidade de trabalho por hectare cultivado. À medida que se passa de um

Uma família faz suas roças em duas ou mais terras diferentes, convenientes a cada cultivo, e para o caso de se perder uma, decorrente do excesso ou falta de chuva, tem-se a outra roça numa área que suportou melhor o tempo. Ribeiro e Galizoni (2000, p. 11) afirmam que

por ser esparramada e policultora, a roça de tocos aparece nas descrições sempre minúscula, errática: deve ser assim mesmo, não é preguiça ou ignorância: é técnica. Na plenitude é um caos, mistura de ramos, plantas, variedades, mas só aparentemente. É, mais certamente, uma trama que lavradores urdem, combinam plantios e culturas para conseguir a fatura máxima com o serviço mínimo.

Sobre a outra dimensão da roça, que ultrapassa a produção material, Galizoni (2007a, p. 30) afirma que

é um espaço importante para o relacionamento social interno à família e à comunidade. Lavoura é a forma e o lugar onde se consegue o mantimento para a alimentação da família. Para conseguir dinheiro, os lavradores fazem uma 'traminha', negócio. Lavoura, quase sempre, não se transforma em dinheiro; é onde se trabalha para adquirir alimentos e é também um espaço importante de socialização e reciprocidade dos homens e mulheres entre si e deles com a natureza.

As famílias não se alimentam somente daquilo que pode ser plantado, eles também extraem produtos da natureza. Com relação à extração dos recursos, é imprescindível para o abastecimento e a qualidade de vida dos

cultivo com pousio mais longo para um de pousio mais curto requer-se mais trabalho, e uma das razões para isso é que o sistema de pousio curto não permite o uso do fogo, arma poderosa do homem. Outra mudança quando acontece uma redução do tempo de pousio é o uso de novas ferramentas de trabalho e novas técnicas. Ela mostra que inovações técnicas acontecem em decorrência do aumento populacional, e não o contrário. Ela mostra como é preconceituosa a crítica feita a sistemas tradicionais de cultivo.

agricultores, fornecendo complementação e diversificação alimentar em sua dieta. Essa atividade de extrair recursos da natureza é denominada, por eles próprios, de “recursagem”, e assim como a lavoura, é um procedimento técnico ensinado de geração a geração, com formas de gestão comunitária (GALIZONI, 2007a). A recursagem é feita em áreas que não servem para a lavoura, nos campos e nas chapadas, que produzem muitos frutos, tais como jatobá, pequi, araçá, cagaita e mangaba. Nos meses de safra das frutas, as famílias coletam para vender na feira da cidade. Além dos frutos, são coletadas madeiras, barro, palha e remédios. Esse extrativismo exige um amplo conhecimento dos recursos e é gerida por normas instituídas e legitimadas coletivamente.

5.2 Gestão dos recursos no Alto Jequitinhonha

O acesso a terra e aos recursos naturais nas comunidades rurais do alto Jequitinhonha se dão através de uma complexa trama de relações com a terra, definido pela ascendência, que permite à família pleitear uma área para moradia e lavoura. E o trabalho humano, modificando a natureza e produzindo sobre o meio, junto com a ascendência, é que garante essa exclusividade. Ribeiro et al. (2005) mostram essa lógica própria de regulação de recursos, com os direitos a terra e aos recursos naturais definidos pela ascendência e pelo trabalho, mas que se dá efetivamente através do conhecimento da natureza que os agricultores adquirem já desde a infância.

E é por conhecerem a terra e os diversos cereais, as madeiras e seus usos, as plantas úteis para saúde e alimento, por saberem quais são seus ciclos e preceitos, que esses lavradores(as) podem classificar bens e recursos para hierarquizar os direitos de acesso. O conhecimento do meio é a base de toda a regulação: regulam porque conhecem (RIBEIRO et al., 2005, p. 14).

Dessa forma, as terras que não são trabalhadas, como os campos – ou chapadas - são submetidos a regimes de apropriação diferente das terras trabalhadas, como as terras de cultura e catinga. Assim,

aquilo que é oferecido pela natureza, sem intervenção humana direta, não pode ser privatizado por uma única família, como as flores, madeiras, fontes d'água, frutos, garimpo, plantas medicinais. Os códigos de regulação dos recursos naturais são comunitários, mas o uso desses recursos se restringe aos membros da comunidade. Recursos como madeira de lei, garimpo, cursos d'água são regidos por códigos mais rígidos e apurados do que os códigos que regulam, por exemplo, a coleta de frutos e plantas medicinais. Assim, estas áreas de extração são regidas por códigos construídos pela população rural que combinam as necessidades das famílias e comunidades com a oferta do recurso em questão, formando um conjunto de normas de regulação de recursos bastante complexo e diversificado (GALIZONI, 2007a, p. 48).

Enquanto a terra de trabalho está sob domínio privado, há os bens comuns que Ribeiro et al. (2005) classificam em duas categorias distintas, definidas pela origem: trabalho humano (terras lavradas e benfeitorias comunitárias, como estradas, farinheiras, máquinas) e dotação natural, sendo esta última a maior parte dos bens comuns existentes. Primeiramente, o acesso será definido de acordo com a inclusão (os de dentro: família, parentes e vizinhos) e exclusão (os de fora: outras comunidades, pessoas de lugares distantes). A variação na oferta de um bem será determinante para seu uso. “A quantidade a ser extraída de frutos, madeira, lenha, pedras ou barro, varia conforme a sua oferta” (NORONHA; RIBEIRO, 2007, p. 163). O domínio será exercido com mais força entre os recursos que se renovam mais lentamente ou não se renovam, como por exemplo, a madeira, e com menos força entre aqueles que são fluxo, como por exemplo, a água, os pastos, as plantas medicinais, os peixes (NORONHA; RIBEIRO, 2007; RIBEIRO et al., 2005).

Na abundância de determinado recurso, tem direito a ele qualquer um que o deseje. Se for um estranho à comunidade, precisa avisar ao dono do terreno. Quando diminui a quantidade do recurso, somente a comunidade tem direito a ele; e quando se atinge um nível acima na escala para escassez, somente tem direito ao recurso o dono da terra na qual o recurso se encontra. Dessa forma, o último a perder o direito e, conseqüentemente, o último a ser privado do recurso é o dono da terra. No entanto, possuir terra não significa acesso privilegiado aos recursos existentes sobre ela; isso ocorre somente quando há severa escassez; na abundância, qualquer um tem tanto direito aos recursos quanto o dono da terra (NORONHA; RIBEIRO, 2007, p. 164).

As terras de cultura, utilizadas para a lavoura, são áreas de apropriação parcialmente privadas. Mas, até em áreas de lavoura pode haver alternância entre apropriação privada e comunitária, isso porque há parcelas de terra que precisam ficar em “descanso” (ou pousio) para recuperação; então, durante esse período, que pode chegar a dez anos, a área pode ter seu uso comunitário, mesmo tendo uma família específica dominando aquela área.

O que se percebe então, é que a apropriação dos recursos naturais obedece a códigos diversificados e que se diferencia também da posse da terra. De uma maneira geral, a terra pode ter um dono; mas os recursos oferecidos pela natureza não (GALIZONI, 2007b, p. 63).

Os agricultores do alto Jequitinhonha não se referem ao seu terreno como propriedade, que tem a ver com a lógica camponesa em que só se é dono por efeito do trabalho (WOORTMANN, 2004). O que eles fazem é exercer relações de domínio, que variam pelo trabalho. Como o domínio da terra está fortemente ligado ao uso do ambiente, ele se torna algo bastante complexo, com vários tipos de direitos. De uma maneira geral, o domínio da terra na região se dá através do trabalho humano que modifica a natureza. O espaço modificado pelo trabalho da família, a transformação da vegetação em lavoura garantem a

apropriação da terra. Os direitos das famílias serão mais fortes sobre o terreno quanto mais ele for trabalhado. A terra de trabalho está sob o domínio privativo enquanto está sendo usada (RIBEIRO et al., 2005).

Galizoni (2007a) destaca que para compreender esses direitos sobre a terra é preciso olhar não para a família, e sim para a comunidade, tendo em vista que a comunidade é primordialmente um núcleo de parentesco, constituindo culturalmente um espaço específico. O que se denomina comunidade é, segundo ela, um grupo de parentesco, em que categoria 'parente' possui acesso a terra e aos recursos; é pela consanguinidade ou casamento que se garante o direito de posse e uso efetivo de uma gleba de terra. É também através do costume de dar à vizinhança os filhos para batizar que se estreitam as relações entre os vizinhos que não são parentes. Mas, é através das relações de parentesco que as terras são transmitidas entre as gerações.

5.3 A migração no Alto Jequitinhonha

Para compreender a questão da migração no alto Jequitinhonha é necessário voltar à questão do povoamento da região, através do empreendimento colonial, ao contrário dos estudos sobre migração na região que a associa aos projetos de reflorestadoras da década de 70.

A região foi povoada pelo empreendimento extrativo colonial do século XVIII, sendo que a agricultura surgiu paralelamente como atividade complementar. Porém, o declínio da produção da lavoura começa quase ao mesmo tempo em que começa o declínio da mineração, devido ao esgotamento da terra. Com o crescimento da população a terra foi se tornando insuficiente - já eram poucas as terras férteis da região, como já comentado - e desde o século XIX ela começou a se fragmentar entre os herdeiros, dificultando as condições de sobrevivência. Dessa forma, a população começou a migrar para leste - região

da floresta atlântica, hoje vales dos rios Mucuri e baixo Jequitinhonha - em busca da fertilidade da terra, ou simplesmente em busca da terra. Dessa maneira a história da migração não começa com a chegada dos eucaliptais na região, como alguns autores insistem em afirmar (RIBEIRO, 2007; RIBEIRO; GALIZONI, 2000).

Ribeiro (1993), ao buscar compreender o significado da migração entre os lavradores do Jequitinhonha - a viagem para fora realizada por eles - mostra que a migração na região é bem anterior à década de 1970, ou seja, anterior aos projetos das reflorestadoras, comprovando que as razões para as viagens não são causais, e também não existe uma razão somente, e sim várias: é uma “combinação de tramas que não tem um eucaliptal no centro”. Não se pode, assim, pensar que o lavrador simplesmente responde a uma ação externa.

A migração na região está ligada ao ajuste com o meio, quando a natureza começou a se esgotar impondo restrições à produção agrícola, e também às relações de parentesco, já que não há migração que seja feita só, migra-se em grupo, e não se rompe com a família. Não existe apenas uma causa que explique o fenômeno da migração, mas uma combinação delas. Ela acontece como estratégia para reprodução do campesinato, na medida em que se busca a não fragmentação das terras; assim, aqueles que ficaram impossibilitados de permanecerem nas terras, acabam migrando. Existem as migrações sazonais, que acabam tendo uma longa duração durante o ano e as migrações definitivas, que é quando eles deixam de ir e vir, não fazem mais o trânsito anual, deixando de ser migrantes (GALIZONI, 2007a; RIBEIRO; GALIZONI, 2000).

Os lugares de destino são diversificados e dependem do contexto socioeconômico da sociedade brasileira.

Nos anos setenta foi a construção civil nos grandes centros que absorveu boa parte destes lavradores; nos anos oitenta e noventa o corte de cana nas usinas paulistas foi o principal

destino dos migrantes do Jequitinhonha, adicionado ao final da década de 1990, com a colheita de café no sul de Minas e interior de São Paulo. Permeando esses períodos, há uma constante saída de lavradoras para trabalhar como domésticas nos mais variados locais. Combinados com esses grandes fluxos populacionais, as famílias sempre experimentaram e experimentam outros menores e circunstanciais: as praias paulistas, o corte de lenha no ‘sertão mineiro’ e uma gama vastíssima de empregos urbanos e rurais (GALIZONI, 2007a, p. 100).

Os que partem definitivamente por causa dos terrenos familiares, que já não comportam mais serem repartidos, permanecem herdeiros, porém é e será sempre herdeiro formal do terreno, mas geralmente é um herdeiro impossível (RIBEIRO; GALIZONI, 2000). Aqueles que definitivamente migram constroem uma rede de apoio àqueles que precisam migrar, estabelecendo amparo aos lavradores que decidem partir.

Moças e rapazes migram durante o período da seca e retornam na época das águas para ajudarem as famílias nas lavouras. Os recursos ganhos nesses trabalhos são usados para o consumo familiar, para a compra de bens mais caros ou para a formação de patrimônio, principalmente gado, e para se adquirir mais terras (GALIZONI, 2007a). Mas, normalmente quando solteiros, os recursos são usados para compra de bens como roupas, moto, som, telefone, por isso, quando casam, ainda precisam continuar migrando por mais dois ou três anos até que consigam constituir seu patrimônio e não precisar mais sair de casa (RIBEIRO; GALIZONI, 2000).

Galizoni (2007a), ao tratar dos processos de herança também aborda a questão da migração, comum no final da adolescência e início da vida adulta entre os agricultores do Alto Jequitinhonha. A migração surge como possibilidade de conhecer o mundo e também como possibilidade de ocupações e empregos, para que eles possam se capitalizar e comprar mais terras para ampliar a área herdada ou, no caso de não herdeiros adquirirem a sua própria.

Migrar é, pois, uma estratégia de reprodução do campesinato, e os significados são entendidos a partir da lógica interna de cada sociedade, não dando, de forma alguma, para criar generalizações. Para entender a migração no Jequitinhonha é preciso entender as relações com a terra e a natureza - os limites dela - e também entender as relações familiares, que estão permeadas pelas primeiras. Assim, ambiente e família são categorias praticamente indissociáveis para se compreender a migração no alto Jequitinhonha. E mesmo quando a migração corta laços mais diretos com o ambiente, quando a viagem se torna definitiva, ela raramente tem força suficiente para fazer romper os laços com a família.

Se família e ambiente são categorias imprescindíveis para entender a migração na região, a mudança para diferentes ambientes pode trazer mudanças também no sentido da migração. Se antes o limite de suporte da terra era um dos fatores que explicava a migração, nos novos espaços as famílias possuem extensões de terras maiores, alterando a causa específica da migração. Mas, como o sentido não é único, a pergunta que coloca é: o que explica atualmente a migração entre os reassentados do alto Jequitinhonha? Os destinos permanecem? O sentido muda?

CAPÍTULO 6

DESTERRITORIALIZAÇÃO E TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO

6.1 A desterritorialização dos atingidos pela UHE (Usina Hidrelétrica de Irapé)

Em 1987, a Companhia Energética de Minas Gerais, a partir dos Estudos de Inventário da Bacia do Jequitinhonha, elaborou vários planos para a região, dentre eles a construção de dezesseis projetos hidrelétricos, sendo onze deles no rio Jequitinhonha. Esses planos, prioridades do Governo Estadual, tinham o propósito de promover o desenvolvimento econômico na região através de obras de infraestrutura, parte do “Programa Novo Jequitinhonha”, implantado em 1986. Assim, o objetivo era constituir uma região autossuficiente em energia para atrair novas indústrias e novos projetos agropecuários, na tentativa de reverter o “atraso” o qual a região estava submetida (ZUCARELLI, 2006).

Em 1988 a CEMIG iniciou as análises para a elaboração dos Estudos de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) para o projeto de construção da UHE Irapé. O desenrolar da construção da barragem de Irapé, que atingiu os agricultores da região, se arrastou por vários anos e causou grande desgaste econômico e moral às famílias atingidas. Essas populações mantinham fortes laços de identidade com seus locais de origem, com formas próprias de utilização do território e de seus recursos, mediadas por códigos morais, relações de parentesco e vizinhança muito particulares. Provocadas pela iniciativa da UHE, se organizaram e mantiveram por anos a mobilização contra a construção da barragem e as desapropriações impingidas a elas.

O lago formado pelo represamento do rio Jequitinhonha tem 134 quilômetros de extensão e abrange terras de sete municípios: Cristália,

Botumirim, Grão Mogol, Turmalina, Berilo, Leme do Prado e José Gonçalves de Minas. O barramento tem 208 metros de altura e a formação do reservatório atingiu as terras agricultáveis de mais de 1200 famílias de agricultores familiares de 51 comunidades rurais; cerca de 5000 pessoas foram expulsas de suas terras (ENERCONSULT ENGENHARIA LTDA, 1993).



Figura 2 Municípios atingidos pela UHE Irapé: Fonte: Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG (2012)

A história da construção da barragem foi marcada por intensa mobilização e denúncia em torno dos direitos dos atingidos. Houve fortalecimento das formas de organização costumeira dessas famílias, que diante da ameaça da desterritorialização reelaboraram e fortaleceram sua noção de pertencimento ao ter que refletir sobre seus modos de vida, sobre sua base de vivência. Conforme Little (2002), é na pressão sobre o território que os grupos

produzem identidades, constroem regras de pertencimento e delimitam suas fronteiras sociais. Representantes das comunidades, de sindicatos de trabalhadores rurais, com apoio do Centro de Assessoria aos Movimentos Populares do Vale do Jequitinhonha (Campo-Vale) e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais (Fetaemg), formaram a Comissão dos Atingidos pela Barragem de Irapé, que negociou com o empreendedor indenizações e reassentamentos da população atingida. Foi significativamente forte a mobilização pela garantia dos direitos, e através da Comissão dos Atingidos, sua assessoria e parceiros institucionais, denunciaram a situação de risco a que estavam sendo submetidas. As lideranças que compunham a Comissão dos Atingidos tiveram um papel de extrema importância na luta por direitos, e foram se fortalecendo na medida em que o processo foi se desenrolando. As famílias das lideranças sofreram durante anos pela ausência deles nas unidades familiares, já que frequentemente estavam em reuniões de negociação, ou mobilizando os grupos, ou discutindo com parceiros, ou denunciando os riscos nos espaços que se abriam, tendo que deixar a carga da família toda a lida. Foram anos de abdicção e dedicação à luta, e que os transformaram em símbolos do movimento. Há o reconhecimento desse trabalho desempenhado pelas lideranças do movimento por parte dos grupos reassentados, que atribuem a essas pessoas o fato de terem conquistado ganhos na negociação, traduzido em novas terras para viverem e trabalharem. Muitas lideranças nasceram desse processo, e a aprendizagem de trabalhar no coletivo abriu novas perspectivas de participação nos movimentos sociais.

Depois de muita mobilização dos atingidos um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) foi mediado pelo Ministério Público Federal e assinado em julho de 2002¹³. Em dezembro de 2005 o empreendedor obteve a licença de

¹³Sobre o processo de licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica de Irapé, seus embates, deliberações políticas e mecanismos institucionais, consultar Zucarelli (2006).

operação e começou o enchimento do reservatório. Em junho de 2006 a Barragem de Irapé foi inaugurada oficialmente; em outubro de 2006 a Justiça Federal considerou cumpridas todas as condicionantes.

As famílias atingidas pelo barramento do rio Jequitinhonha, após longos anos de organização, mobilização e negociação com o empreendedor conseguiram conservar direitos e conquistar ganhos: conquistaram principalmente o direito de serem reassentados em novas terras. Os reassentamentos foram o resultado da negociação dos direitos dos atingidos durante a construção da barragem, em que houve ocupação da sede da empresa construtora e recurso à Justiça. Os atingidos destacaram-se nacionalmente em função das conquistas e das estratégias organizativas que foram construídas ao longo dos anos, e a Comissão recebeu a confiança das comunidades, dando legitimidade para que pudesse defender os direitos das famílias. A Comissão manteve-se alerta quanto aos passos do empreendedor, preparada para a discussão e defesa dos interesses dos atingidos, conhecendo a fundo as demandas das comunidades, expressando o coletivo.

Dessa forma, asseguraram diversos ganhos que não são frequentes entre populações atingidas por barragens¹⁴. Entre estes, negociaram o direito de serem reassentados em terras que escolhessem, a partir de três áreas que seriam propostas pelo empreendedor.

A mudança dos atingidos para as áreas dos reassentamentos começou no ano de 2005, sendo que, para os atingidos da margem direita do rio, o módulo fiscal¹⁵ estabelecido foi de 40 hectares por família e para os atingidos da margem

¹⁴ Sobre processos de expropriação provocados por empreendimento hidrelétricos e conseqüências para as populações atingidas ver Grzybowski (1987), Sigaud (1992) e Zhouri e Oliveira (2005)

¹⁵O módulo fiscal é uma unidade de medida expressa em hectare, definido por município, que serve de parâmetro para a classificação fundiária do imóvel rural quanto à sua dimensão. Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA (2012)

esquerda foi definido em 50 hectares por família. A conquista da terra não significou apenas um ganho econômico, mas, sobretudo uma vitória moral, que tem relação com a autonomia e independência camponesa. É bastante comum ouvir entre os reassentados que esses anos foram de sacrifício, em que com frequência os homens saíam para reuniões de mobilização e negociação, exigindo deles constantes viagens, em que eram obrigados a deixar suas esposas e filhos em casa assumindo todo o trabalho, tanto doméstico quanto na lavoura; mas que após tanta labuta, havia valido a pena, pois haviam garantido seu pedaço de terra, garantia da sobrevivência da família. Essa é uma fala corrente.

O deslocamento compulsório dessas famílias implicou na construção de novas relações nos novos espaços onde foram reassentados, num esforço para construir suas novas bases materiais e imateriais. Esses novos territórios, às vezes, são muito diversos dos seus antigos espaços de vida e trabalho, que era associado ao complexo grotas-chapadas, e que era determinante para a definição de suas condições de produção e reprodução social.

Daquela antiga paisagem ficou a memória, já que as águas da barragem chegaram inundando terras, casas e histórias. Na lembrança, as grotas permaneceram, miradas do alto e de onde nem sempre se avistavam a casa e seu entorno, mas que convidavam a descer, em caminhos distantes, íngremes e pedregosos. De perto, descida feita, já lá embaixo: a casa de adobe, fresca, com portas e janelas de madeira feitas para durar a vida toda; o fogão, largo, comprido, no lugar mais acolhedor da moradia que era a cozinha; o quintal, com o pomar, as criações - lugares em que a simplicidade se travestia em segurança de produção de alimentos, em “fartura”. Naquelas terras inundadas havia também a brincadeira da criança no rio, os banhos, a roupa estirada na pedra para quarar, a segurança da vizinhança de parentes, padrinhos, compadres. As vidas quietas, laboriosas, estranhas à sociedade urbana, ficavam escondidas numa espécie de aconchego proporcionado pela paisagem, com proteção natural,

e as coisas que só quem lá viveu saberia discorrer, ou quem por lá passou saberia imaginar.

A mudança os fez subir as grotas, sair dessa segurança para caminhos mais incertos e expostos. Subiram e se foram para terras diversas, lugares que lhes eram estranhos num primeiro momento. Nessas terras a certeza maior era a da necessidade de transpor parte daquilo que foi um dia a vida na origem. Mas, tudo diferia muito, da fertilidade das terras ao estilo do fogão à lenha, do crédito no comércio à rede de trocas de animais de serviço. Nos reassentamentos a mirada é outra: a casa é padronizada, pintada de branco, com janelas e porta azuis, teto forrado, caixas d'água colocadas em estruturas altas de cimento, avistáveis de longe, e o fogão é estreito, “ruim de jeito”, conforme explicam as mulheres. As terras para o plantio são planas, o quintal quase sempre estava em formação com árvores ainda novas, mudas de enxerto. Essa foi uma chegada fria e árida, contudo esperançosa. E nos novos lugares se avista, ainda que de longe, as casas brancas, expostas, dispostas como um padrão na paisagem. Quando se pede informações nas redondezas sobre a localização dos reassentamentos, o que se ouve é sobre a trilha das “casas da Cemig”, que estão próximas umas das outras e abertas ao olhar.

Alguns grupos de comunidades optaram por serem reassentados fora de seus municípios de origem, conforme se explicou, priorizando a qualidade das terras, e outros grupos optaram por reassentamentos dentro dos próprios municípios, mesmo em terras com menor qualidade, priorizando as antigas redes de relações. Assim, parte das comunidades foi reassentada em locais diferentes do próprio vale do Jequitinhonha, e outra parte em municípios dos vales dos rios Doce e São Francisco, ambientes com recursos e sociedades rurais com relações, evidentemente, diferentes.

Dos 6 reassentamentos pesquisados, quatro foram para municípios diferentes daqueles da origem, sendo que três desses estão situados fora do vale

do Jequitinhonha e um desses encontra-se na mesma região. O Quadro abaixo representa as áreas pesquisadas.

Quadro 1 Reassentamentos pesquisados, discriminados por denominação atual, comunidade de origem, município de origem, município e região de destino, 2011

| Reassentamento | Comunidade de origem | Município de origem | Município de destino | Região de destino |
|------------------------------|----------------------------------------|-------------------------------------|----------------------|-----------------------|
| Nova Esperança | São Miguel | Cristália | Janaúba | Vale do São Francisco |
| Nova Esperança | Malhada e Peixe Cru | José Gonçalves de Minas e Turmalina | Francisco Dumont | Vale do São Francisco |
| Nova Esperança de Itacambira | Ouro Podre | Botumirim | Itacambira* | Vale do Jequitinhonha |
| Novo Horizonte | Degredo | Turmalina | Água Boa | Vale do Rio Doce |
| Piedade | José de Barros | Cristália | Cristália | Vale do Jequitinhonha |
| Bela Vista | Quebrabó, Palmito, Santa Maria e Bugio | Botumirim | Botumirim | Vale do Jequitinhonha |

Fonte: Pesquisa de campo, 2011

* Itacambira é um município que faz fronteira com o município de origem (Botumirim), tendo o meio e as sociedades rurais características semelhantes

E após cinco anos, com a barragem já instalada e em funcionamento, os reassentados enfrentam a adaptação e reprodução de seus modos de vida nesses novos e diversos ambientes. Entender como acontece essa adaptação ajuda a mostrar até que ponto a lógica de reprodução social dessas populações rurais são, ou não, levadas em consideração. Ou seja, mostra se a perspectiva territorial do desenvolvimento tem conseguido se transformar em ações - outrora baseadas

numa lógica exclusivamente instrumental - que levem em conta a complexidade dos usos e significados atribuídos aos territórios por essas comunidades. Essa adaptação acontece no espaço-tempo determinado pelo movimento, pelo mosaico de relações, pelo desenrolar da história.

6.2 Os ciclos de ajuste no processo de reterritorialização dos atingidos por Irapé

Se por um lado atingidos por barragens são aqueles que compulsoriamente saem, por outro lado são também aqueles que de alguma forma chegam, em meio a tantos outros que ficam pelo caminho. Um lado da moeda é a desterritorialização, o outro é a reterritorialização. Segundo Little (1994, p. 11)

cada povo deslocado procura, de uma forma ou outra forma, sua relocalização no espaço. O processo de criar um espaço novo torna-se, assim, primordial, e se dá, em parte, pela manipulação múltipla e complexa da memória coletiva no processo de ajustamento ao novo local.

Na desterritorialização há elementos também da territorialização, pois embora haja perda, há também reconstrução da identidade. Assim, os mesmos pés que saem, são os pés que chegam às novas terras, que exigem a reinvenção e a recriação. Para isso se utilizam, além do trabalho, do saber, da memória, da história, conhecimentos que não se perdem no trajeto. Mas, essa reconstrução demanda tempo, e a memória introduz uma temporalidade particular na realidade dos grupos (MARTINS, 1993). Essa temporalidade tem a ver com o tempo que se leva para que reconheçam a terra recebida, para que aprendam sobre o local, sobre onde se compra e se vende, onde e o quê será produzido, sobre os recursos que estão disponíveis. É o ciclo de aprendizado, de

reconhecimento, de estranhamento e também de incerteza, que não tem a ver somente com as incertezas do tempo, da natureza, pois esta já é habitual; é o tempo para que novas redes de relações sejam estabelecidas nos novos espaços.

Tratar da temporalidade é uma questão bastante complexa, tendo em vista que essa noção de tempo abrange perspectivas diferentes entre os sujeitos da pesquisa e o próprio pesquisador. Assim como a linguagem, a temporalidade também traz divergências, pois populações tradicionais fazem suas elaborações racionais a partir de categorias de temporalidade-espacialidade diferentes (VIERTLER, 2002).

Martins (1993, p. 36), ao tratar do tempo e da linguagem entre populações tradicionais afirma que

o nosso tempo nada tem a ver com o tempo 'deles'. O nosso tempo é um tempo linear, começa tal hora e termina tal hora, com tantos minutos, tantos segundos, e assim por diante. O tempo para eles é completamente outra coisa, o que, aliás, não é nenhuma novidade - antropólogos e sociólogos têm dito que as populações indígenas e camponesas estão inseridas num tempo cósmico, que é outro tempo. Mas a questão é ver esse tempo na prática. O tempo é outro. O tempo da luta é outro. Por isso, parece extremamente difícil acompanhar tais movimentos.

Compreender essa temporalidade, ou seja, o período necessário para a adaptação aos padrões sociais e produtivos exigidos pelos novos locais, denominada aqui como ciclo de ajuste, contribui para a abordagem do processo de reterritorialização dessas populações. Esses ciclos de temporalidade foram categorizados nesta pesquisa em dois modos: como ciclo de ajuste positivo e ciclo de ajuste negativo, ponderando que ambos influenciaram de formas diversas a reterritorialização dessas populações durante os primeiros anos de vivência e reconstrução nos novos territórios. Assim, os conceitos ciclo de ajuste

positivo e negativo emergiram e se afirmaram como categorias explicativas no andar da pesquisa.

Foi denominado como ciclo de ajuste negativo o conjunto de fatores que influíram no dilatamento do tempo gasto pelos lavradores para se acostumar com o novo ambiente e com o rompimento das antigas redes de proximidade marcadas pela reciprocidade social (compadrio, parentesco, ajuda mútua) e outras redes (técnicas, de serviços ou comerciais) que estavam disponíveis nas grotas. Foi, assim, um conjunto de fatores desenrolados no tempo que levaram ao reconhecimento da terra recebida, ao aprendizado sobre os novos territórios de vida e de trabalho.

O ciclo de ajuste positivo foi o conjunto de fatores num dado tempo gasto para os reassentados se apropriarem de seus territórios, se habilitarem socialmente e consumirem os recursos naturais e demais recursos que adquiriram no momento imediato à mudança para o reassentamento; compreendeu tanto recursos financeiros advindos das indenizações, como capital ecológico existente e disponível imediatamente nas novas terras (lenha a ser derrubada, pasto formado, estoque de recursos naturais negociáveis) e que garantiu, durante a adaptação, renda, consumo e fruição imediatos que permitiram um recomeço de vida menos penoso no novo local. Por isso, a denominação “positivo”, pois carrega a positividade de garantir sustento mínimo no período em que a família teve contra si todas as dificuldades de adaptação a um novo meio.

Esses ciclos tiveram uma intrincada relação com as escolhas feitas pelos agricultores entre permanecer na região ou arriscar-se em terras desconhecidas, pois ficar ou sair do Jequitinhonha implicou em avaliar diferentes proporções de capital ecológico disponível, assim como implicou também em analisar diferentes tipos de perdas das relações de reciprocidade, compreendendo relações afetivas, técnicas e comerciais. Como essa população vivia em simbiose

com o meio e seus recursos, sair desse meio significou abandonar as antigas fontes de suprimentos e procurar novas bases de recursos. Implicou numa lacuna - que se refere à perda de uma rede estabelecida de serviços, de um sistema costumeiro de coleta, de lazer e de alimento - e numa reconstrução - ligada a uma nova sistemática de relações, consumo e fruições associados ao capital ecológico, que se associa ao que Ploeg (2009b) afirmou a respeito da agricultura camponesa: a autonomia do camponês se materializa na criação de uma base de recursos, tanto sociais como naturais, e essa base de recursos é resultante, na maioria das vezes, da interação do ser humano com a natureza viva.

Assim, para compreender os dilemas dos reassentamentos dos agricultores do Alto Jequitinhonha atingidos pela UHE Irapé, o universo da pesquisa teve que ser dividido entre aqueles que permaneceram e aqueles que saíram dos municípios de origem. O ciclo de ajuste positivo, primordialmente relacionado ao capital ecológico existente e disponível imediatamente nas novas terras, ofereceu possibilidades significativamente diferentes para os grupos que saíram da região e aqueles que permaneceram, influenciando assim o processo de acomodação, já que o consumo e fruição imediatos desses recursos delinearão o recomeço de vida no novo local. Os primeiros três anos de reassentamento, invariavelmente, foram considerados por todos como os mais críticos, e em vários aspectos.

Os grupos que saíram do município em busca de terras melhores para se reassentarem encontraram nesses novos territórios um capital ecológico, que pôde ser imediatamente consumido, e que serviu como suporte para o momento crítico que é o começo da mudança. Ao optarem pela saída para mais longe, esses grupos priorizaram as terras consideradas melhores e os maiores estoques e fluxos de recursos, que mais pudessem facilitar as condições de vida nos novos espaços.

Os reassentados que se deslocaram para o Norte de Minas, em Janaúba, no Vale do São Francisco, passaram a dispor imediatamente de um novo e amplo capital ecológico, materializado em grande quantidade de pasto formado - praticamente a área total de cada lote - que durante, pelo menos, os três primeiros anos pôde ser alugado, rendendo dinheiro para as famílias. Como o pasto estava bem formado, algumas das famílias chegaram a colocar até 300 cabeças de criação nos seus lotes individuais de 50 hectares. Em 2012 o preço mínimo de pasto alugado estava em R\$15,00 por cabeça/mês, de forma que a terra nova pôde assegurar por mês até R\$4.500,00 em valores não corrigidos. O dinheiro conseguido através do aluguel foi usado, em grande medida, para o provimento das famílias, que nos primeiros anos enfrentaram dificuldades para tocar suas lavouras de mantimentos em terras tão diferentes das originais. Esse dinheiro, mais abundante do que as quantias que estavam acostumados a ter em mãos, também acabou por acarretar uma demora maior no aprendizado da lida com as novas terras, pois muitos acreditaram que a renda da terra seria suficiente para manter suas famílias, desconhecendo o manejo que a lavoura ou o pasto exigiam. Esse desconhecimento fez com que as áreas fossem, ao longo dos primeiros anos, se degradando, sem o cuidado da conservação. Dessa forma, esse capital ecológico disponível pôde ser usado durante os três primeiros anos, facilitando a vida das famílias; mas o desconhecimento do manejo comprometeu o uso, até o momento em que tiveram que repensar as estratégias, e isso ocorreu somente por volta do terceiro ano de permanência no novo território, quando o arrendamento mostrou os limites.

No reassentamento em Francisco Dumont, também no Vale do São Francisco, o capital ecológico era formado pela madeira disponível nas áreas. As estratégias das famílias reassentadas sempre foram, desde o início, baseadas nas possibilidades de formar pastos, tendo em vista que Francisco Dumont é um município do Norte de Minas, cuja base da economia é a pecuária bovina

voltada para o corte; além disso, as áreas de terras recebidas foram maiores do que aquelas que possuíam no lugar de origem, sendo suficiente para tocar suas lavouras e iniciar a nova atividade. Assim, as famílias passaram a utilizar a venda da madeira (ou a venda do carvão vegetal, em alguns casos) para arcar com parte dos custos de formação do pasto, principalmente as despesas com máquinas de esteiras usadas na destoca. Foram fazendo isso ao longo dos primeiros cinco anos, e investindo gradualmente na formação das áreas. Com isso conseguiram formar pastos em grande parte de seus lotes. Conseguir empastar toda a área da unidade familiar é o objetivo maior dos reassentados dentro dessa estratégia de dedicação à criação, além de ser indicativo cultural do quanto a família trabalhou - labutou na terra - e conseguiu progredir ao transformá-la de cerrado “bruto” em pasto formado.

No reassentamento em Água Boa, situado no Vale do Rio Doce, os agricultores também encontraram estoques e fluxos de capital ecológico disponíveis, embora com alguns limites. Antes da chegada do grupo, as terras eram utilizadas para criação de gado, mas já estavam sem uso há cerca de três anos, e as condições da maior parte delas já não era das melhores. Quando as famílias chegaram em 2005, havia alguns lotes que estavam com áreas de pastos em condições de uso, permitindo serem alugados, já que os reassentados tinham pouca ou nenhuma cabeça de gado. Em alguns lotes havia pouco capim, o mato estava mais “forte” e em outros lugares não havia restado nada de pastagem, somente a rala sementeira do capim-braquiária sobrevivente no pasto já degradado. Algumas famílias encontraram restos de mata atlântica em seus lotes, mas além do meio no reassentamento ser bem diferente e desconhecido para aqueles que vinham das grotas do Jequitinhonha¹⁶, sobraram apenas madeiras menos resistentes, nem sempre boas para lenha, e não houve derrubada; ao

¹⁶As terras de origem estavam no bioma Cerrado, já as novas terras estão no bioma Mata Atlântica.

contrário, as famílias passaram a recuperar as áreas que haviam sido derrubadas pelos antigos donos, formando as áreas de reserva legal do reassentamento.

O fato é que o capital ecológico que estava disponível nos reassentamentos localizados fora do Jequitinhonha resultou em estratégias de ajuste diferentes. Em Janaúba, onde esse capital estava mais disponível e em maior quantidade que os outros locais, os agricultores não perceberam os limites, acreditando que podiam explorar indefinidamente a renda das áreas de pastagem. Mas, os limites apareceram, e eles tiveram que se adaptar, inclusive tendo que dar um passo atrás, um recuo para repensar sobre as formas de manejo das áreas. Em Francisco Dumont esse capital ecológico serviu como aporte para formação e desenvolvimento das áreas dos lotes, que foram sendo formadas aos poucos, na medida em que iam adquirindo as condições necessárias; no caso deles, o recurso em dinheiro advindo da venda da madeira ou do carvão ajudou nesse propósito. Em Água Boa, embora não houvesse madeira a ser aproveitada nem o pasto nas mesmas condições encontradas pelo grupo de Janaúba, as famílias aproveitaram o que havia de disponível, mesmo que em menor proporção, para alavancar o início da formação de suas áreas, influenciados pelas novas redes de relações que foram sendo estabelecidas na região.

Uma das explicações para as diferenças nas formas de utilização do capital ecológico está na diferença entre as regiões em que os agricultores foram reassentados e que, conseqüentemente, influenciaram as formas de uso desses recursos. Janaúba é um dos municípios do Norte de Minas mais especializados em pecuária; lá o reassentamento está cercado por grandes fazendas de gado, com forte demanda por pasto para aluguel. Assim, quando chegaram e se depararam com a possibilidade da renda da terra, muito superior àquela que estavam habituados a receber, sentiram o impulso de alugar grande parte das suas áreas, já que tampouco possuíam gado suficiente para ocupar as áreas. Contudo, erraram no cálculo da capacidade de suporte do pasto, perdendo parte

dele, ficando alguns, inclusive, sem pasto para seu próprio gado. Com isso tiveram que investir na recuperação e repensar suas formas de uso do território.

Já Francisco Dumont é um município pequeno do Centro-Norte de Minas, cuja base da economia é também a pecuária bovina voltada para o corte. Mas, os reassentados assim que chegaram ao local não encontraram o pasto formado como em Janaúba; contudo utilizaram o capital ecológico disponível para formá-los - vendendo a madeira ou o carvão vegetal para pagar as máquinas, derrubar a mata e formar o pasto. Entretanto, as famílias foram fazendo isso aos poucos, investindo gradualmente nessas áreas de pasto, priorizando nos primeiros anos as lavouras de mantimentos. As famílias foram antes reconhecendo as melhores terras para as lavouras, testando, experimentando, fazendo a ciência da terra, para então definir onde, como e quando trabalhariam na formação das pastagens. O fato de não terem recebido as terras prontas - já formadas - para uma atividade pré-estabelecida, como no caso de Janaúba, serviu para que analisassem qual o melhor caminho a ser seguido. Em outras palavras, isso fez com que criassem estratégias de longo prazo para o uso da terra de maneira mais elaborada.

Já na região de Água Boa, a economia gira em torno da produção de café, embora também existam fazendas de gado. Assim, a “influência” maior entre os reassentados foi a da cultura do café; o pasto, existente em algumas áreas do reassentamento, foi utilizado inicialmente para aluguel, como garantia de renda, mas as estratégias centrais das famílias foram baseadas no cultivo do café, como atividade principal.

Já os grupos que optaram por permanecer na região, e que foram reassentados em terras de qualidade semelhantes àquelas que usavam ou inferiores, encontraram em seu território pouco capital ecológico disponível. Esses grupos receberam terras em condições precárias: fertilidade reduzida, baixa capacidade produtiva, pastos bastante degradados, parte da vegetação

derrubada para carvoaria pelos antigos donos, poucas áreas que ainda não tinham sido, demasiadamente, exploradas por algum sistema intensivo e devastador. Alguns, contudo, ainda conseguiram usufruir de algum capital ecológico, mesmo que pouco. Havia lotes com áreas de pasto formado, que propiciaram às famílias renda de aluguel, embora tenha sido por pouco tempo, mas que serviram, principalmente durante o primeiro ano, para arcarem com as despesas de alimentação, já que nesse ano não conseguiram “tirar nada” da roça de mantimentos. Outros receberam um capital ecológico em forma de madeira disponível, mas que foi utilizado em pequena medida, sendo que poucas famílias utilizaram esse capital para ajudar na formação de suas áreas ou para a manutenção da família. A maioria, nos três grupos que se mantiveram na mesma região não usou este capital ecológico disponível como ganho diretamente econômico na adaptação ao local, embora tenha usado dele na experiência com a agricultura. Assim, além de restrito, o capital ecológico chegou parcialmente inutilizado às mãos de grande parte dessas famílias e não facilitou essa fase de adaptação às novas terras.

A impossibilidade de desfrutar de capital ecológico por parte desses grupos pode ter sido compensado pelo fato de que permaneceram na mesma região e mantiveram parte de suas redes de relação. Esses grupos não foram impulsionados a montar estratégias tão diversas de uso da terra, como foram aqueles que se deslocaram para outras regiões. Para os grupos que permaneceram na região houve uma tendência a manter mais fortemente os laços de identidade e as formas com que utilizavam seus territórios e seus recursos antes da mudança. Assim, permanecer na mesma região significou manter parte das relações que estabeleciam com a terra, que significou, por sua vez, um ritmo mais próximo ao que era mantido na origem, menos ligados aos padrões produtivos intensivos e mais capitalizados. Dessa forma, o uso do capital ecológico, e conseqüentemente o ciclo de ajuste, teve uma forte ligação

com a região para onde os agricultores foram deslocados, e com as redes de relações que foram construídas ao longo dos primeiros anos. Por isso, a apropriação dos territórios aconteceu de forma diferente entre os grupos, mas todos eles se jogaram no esforço de ocupar, usar e controlar o ambiente, na labuta do refazimento e da reconstrução, mas em direções e ritmos próprios.

E ao chegar a cada reassentamento, mirando o geral, a sensação é a de que cada um deles criou um tempo de vida diferente, como se o momento da chegada- e finais de 2005 - não tivesse sido o mesmo para todos. Em alguns lugares a posição consolidada dos reassentados transmite a sensação de que muitos anos se passaram desde a mudança, tamanha foi a transformação nas formas de viver e fazer agricultura; em outros, o deslocamento parece ter acontecido num passado mais próximo, tanto pelas mudanças menos estampadas quanto pelas dificuldades mais visíveis. Apontar essa diferença no “tempo” de reassentamento não significa crer que exista um só caminho, que será necessariamente percorrido por todos os reassentados, porque isso não há: cada grupo está reconstruindo suas formas de vida e trabalho com base em condições objetivas, como os tipos de solos, conjunto de recursos e redes de relações sociais. Mas, partindo de um mesmo ponto e estando em condições tão diversas uns dos outros, é importante destacar as diferenças de situações que emergem dos deslocamentos, muito embora não seja a “temporalidade” categoria definidora e definitiva, mas sim a ação humana e o território, que os coloca na condição em que estão. Não é o tempo que define “como” acontece a reconstrução, mas seu decorrer é uma referência adicional para entender a reterritorialização.

Além do capital ecológico, as famílias também receberam as indenizações que foram pagas pelas benfeitorias existentes nas terras atingidas pela barragem, como cercas, pomares, edificações e curral, e também indenizações pelos recursos da natureza, como plantas medicinais, frutos do

cerrado, lenha, argila, madeira. Essas indenizações variaram de família para família, mas foram investidas de forma bastante semelhante entre elas. Um dos destinos dados às indenizações foram os gastos com a própria alimentação, já que no primeiro ano da mudança as famílias não conseguiram produzir nas suas lavouras, pois chegaram às terras no período de novembro, muito tardiamente para o plantio daquele ano.

Naquele tempo (da chegada) a roça não deu nada, nada; naquele tempo todo mundo perdeu a roça [...] Nós quando chegamos só tinha essa casa, não tinha plantação nenhuma, aí foi difícil, aí nós foi ajeitando. Chega e só tem a casa e a terra aí. Aí devagarzinho nós fomos mexendo. (Informação verbal)¹⁷

Assim, muitos gastos com a manutenção das unidades familiares foram bancados com as indenizações recebidas. Outra parte delas foi gasta com a compra de móveis e utensílios domésticos, fazendo com que suas casas fossem sendo montadas com bens que antes, na origem, praticamente não existiam - camas, sofás, televisores, fogões a gás, geladeiras. Assim, eles reconstruíram nas casas, também, um novo padrão estético, que se tornou comum à maioria, com alguns móveis e apetrechos que antes não faziam parte dos utensílios, e que muitas vezes cumprem outras funções que não são exatamente aquelas de bens de consumo duráveis. Um exemplo disso é o fogão a gás, que na maioria das vezes é usado como armário para guardar vasilhames e quase nunca serve para cozinhar. Outro exemplo é o das geladeiras, que são utilizadas, na maioria das vezes, para resfriar somente água, já que não existe entre eles o hábito de resfriar alimentos já preparados; aquilo que não é consumido imediatamente pela família durante a refeição é dado às criações, pois não são afeitos a alimentos que não

¹⁷ Relato fornecido por D. Durvalina, reassentamento Nova Esperança, Francisco Dumont.

sejam preparados na hora. Esse novo padrão de consumo foi motivado em parte pela constante presença dos comerciantes no momento em que se mudaram, oferecendo produtos, já que tinham informações de que os agricultores estavam com dinheiro das indenizações nas mãos.

O dinheirinho que a gente recebeu comprou umas coisinhas para colocar dentro de casa, porque para falar a verdade, a gente não tinha nada para trazer, alguma coisa que a gente recebeu da Cemig comprou foi uma coisinha para por dentro de casa. (Informação verbal)¹⁸

Além dessas finalidades, as indenizações também tiveram outro destino: a compra de gado, que além de continuar representando uma poupança para os agricultores - uma segurança para a família em momentos de maiores dificuldades, momentos críticos - também passou para algumas famílias, a compor as estratégias de uso das novas terras.

Portanto, este ciclo de ajuste denominado positivo, relacionado com o capital ecológico e com as indenizações que as famílias usufruíram em diferentes proporções, permitiu o recomeço de vida menos penoso nos novos locais. Por isso, o termo é adjetivado pelo “positivo”, pois expõe a forma como as famílias conseguiram garantir sustento mínimo no período em que tiveram contra si toda a dificuldade de adaptação a um novo meio. Esse ciclo durou em média três anos, que foi o período em que as famílias efetuaram o consumo dos recursos que estavam disponíveis imediatamente, embora o consumo das indenizações recebidas em dinheiro tenha ocorrido num período mais curto, de cerca de um ano.

Uma hipótese verificada é a de que a família que “dá certo”, no sentido de aumentar o patrimônio familiar, é aquela que utiliza o capital ecológico para construir patrimônio por meio de estratégias de longo prazo para uso da terra.

¹⁸ Relato fornecido por Sr. Paulo, reassentamento Bela Vista, Botumirim.

Nos reassentamentos em que o capital ecológico disponível foi usado desde o início para a construção dessas estratégias, como nos casos de Francisco Dumont, Água Boa e Janaúba (embora neste último as famílias não tenham calculado corretamente o uso dos recursos naturais e tiveram que repensar as estratégias), as famílias encontram-se numa melhor situação de patrimonialização. Já nos reassentamentos em que esse capital ecológico pôde ser pouco utilizado, a patrimonialização foi mais lenta, fazendo com que a reterritorialização, num sentido mais restrito, tenha ocorrido de forma mais morosa.

Mas, se o território é primordialmente uma relação que envolve apropriação, domínio, demarcação, conforme afirma Heidrich (2004), os grupos reassentados, embora marcados por compassos diferentes, foram se territorializando. Isso pode ser afirmado porque a formação do território, além do domínio material, cria entre as pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, que é algo subjetivo (ANDRADE, 2004), e isso existe entre todos os grupos reassentados: a consciência de que fazem parte de um novo território. E aquilo que era a vida passada ficou na memória, não há mais o desejo de retorno; não há mais sonhos de retorno, até mesmo porque diante da impossibilidade dessa alternativa, o sonho não passaria de ilusão, e a concretude da vida não os leva a isso. Recordam-se com facilidade daquilo que era a vida nas terras de origem, lembranças muitas vezes reveladas com alegria, recordam-se também da labuta pesada nessas terras, em que os braços eram a grande ferramenta de trabalho; mas vivem mesmo é o presente; preferem mais falar sobre o que “são” a falar sobre o que “eram”. Não estão estáticos, vivem a dinamicidade inerente à vida. O tempo presente marca suas vidas, não vivem do passado, só carregam dele o que é preciso carregar, porque peso demais imobiliza. O passado ficou guardado entre os “causos” contados, mas preferem mesmo é o presente. Assim, o conhecimento é carregado, a memória é guardada,

e se vive do “hoje”, do que se tem e do que se pode fazer com o que se tem. O tempo é o presente e o território atual é o palco onde a vida se desenrola.

Assim, como o território guarda uma ligação direta com a natureza, com o ambiente concreto, há também uma ligação com as dimensões imateriais, já que o espaço também está permeado por valores éticos, simbólicos e afetivos (HAESBAERT, 2007). E o ciclo de ajuste negativo está intrinsecamente ligado a esta dimensão imaterial: compreende os fatores que alongaram o tempo que os lavradores levaram para se familiarizar diante da mudança a que foram submetidos, porque essa mudança não ocorreu somente em relação às terras para onde foram reassentados, mas também na relação com as redes de proximidade e redes técnicas, de serviços e comerciais.

Permanecer ou sair da região também provocou resultados distintos nesse ciclo de ajuste adjetivado como negativo. A primeira atitude dos grupos ao chegar aos novos locais foi reconhecer as terras, diferentes das originais, e isso demandou tempo – de testá-las, experimentá-las. Nesse aspecto todos os grupos enfrentaram dificuldades no reconhecimento, todos passaram por esse processo de reconhecimento do ambiente.

Demora **uns dois anos** para saber qual quadra de terra é melhor para cada coisa. Vai testando para ver onde é melhor e onde é mais fraca. (Informação verbal)¹⁹

Com isso, precisaram de tempo para conseguir se familiarizar, tanto aqueles que foram para regiões com ambientes bastante diferentes, como aqueles que permaneceram na mesma região, pois também para estes as terras adquiridas eram diferentes daquelas a que estavam acostumados a tocar suas lavouras, eram ambientes, de uma maneira geral, diversos.

¹⁹ Relato fornecido por D. Delmira, Reassentamento Nova Esperança, Francisco Dumont.

Uns dois anos nós perdemos sobre a planta do milho, porque lá plantava mais cedo, só chover as primeiras chuvas a gente plantava, e a terra conservava, que agüentava o sol; e aqui, não, aqui é plantado mais tarde, porque se plantar mais cedo o milho morre, vem o sol e o milho morre. (Informação verbal)²⁰

Além do tempo necessário para classificar os tipos de terras, que variou, mas durou em média dois anos, os reassentados se depararam com seus lotes sem aquilo que compunha seus terrenos na origem - pomar, horta, paiol, chiqueiro, galinheiro, engenho. Mas, dessa composição, a ausência mais marcante foi do pomar: o fato de chegarem e não terem nenhum pé de fruta em seus quintais foi um obstáculo a ser enfrentado, pois o pomar é um espaço valorizado. Os pés de frutas no entorno da casa significam lugar cuidado, zelado, onde se vislumbra fartura. O pomar compunha a unidade familiar em sua essência, e não tê-lo nesse começo foi motivo para desolamentos.

Isso foi um descontrole muito grande para mim, aonde eu estava tinha o meu quintal de laranjeira, mangueira, jabuticabeira e muitas qualidades de fruta para eu chegar aqui e ter só mato, não ter nada. Mas aí eu tinha plantado. Quando eu vi que ia sair mesmo [da terra de origem], tinha muda de laranja, pé de ameixa; eu trouxe as mudas. E a gente ia na feira e comprava aquela sacolinha de laranja, tinha que comprar. (Informação verbal)²¹

A formação das benfeitorias que compõem a unidade familiar também demandou um tempo, que durou em média dois anos. Nesse prazo já haviam conseguido plantar a horta, o pomar, construir as edificações. Os primeiros frutos nas novas terras, cerca de dois anos depois de plantadas as árvores, foi um sinal positivo de que as famílias começavam efetivamente a fazer parte do novo

²⁰Relato fornecido por D. Piedade, reassentamento Nova Esperança de Itacambira, Itacambira.

²¹Relato fornecido por D. Mercês, reassentamento Novo Horizonte, Água Boa)

território - foi um dos sinais que a territorialização estava iniciada. Ter fruta no pé para oferecer é motivo de orgulho, antes e sempre. Rebouças (2000, p. 131) ao estudar o reassentamento de famílias ribeirinhas no Pontal do Paranapanema, SP, afirma sobre esse espaço doméstico que

a chegada no novo lugar representa, do ponto de vista do espaço doméstico, um começar de novo. É dispor de uma espera para que as mudas de árvores cresçam e forneçam a sombra e os frutos de outrora. É cuidar da criação para que ela não desapareça na mudança, não morra, nem se perca no novo lugar. As diferenças das características do solo exigem um reaprendizado sobre o manuseio dos diferentes tipos de hortaliças e fruteiras.

Contudo, esse ciclo não se completa com os dois anos, pois sempre há o objetivo de melhorar as condições de vida e de trabalho (aumentar o galinheiro, melhorar o chiqueiro, refazer o paiol, plantar mais árvores), e isso é uma constância na vida das famílias agricultoras. Vivem com os pés firmes no presente, na lida diária, mas há sempre um objetivo a ser alcançado no futuro, quando as “condições tiverem uma melhora”. Para além do entorno da casa, o tempo para a formação das áreas completas com o trabalho familiar, em seus 40 ou 50 hectares²², ultrapassa os cinco anos. Portanto, esse ciclo ainda não está completo, mesmo porque nunca se conclui definitivamente, no sentido de que há sempre o que se formar ou reformar, e não é possível falar em condição perfeita.

Como o ciclo de ajuste negativo tem ligação também com as perdas das relações de reciprocidade, bem como das relações técnicas e comerciais, nesse aspecto as diferenças sentidas entre aqueles que permaneceram e aqueles que saíram do Jequitinhonha foram significativas. Os grupos reassentados, os quais permaneceram na mesma região estabeleceram novas redes de reciprocidade,

²²Para os atingidos da margem direita do rio o módulo fiscal estabelecido foi de 40 hectares por família, e para os atingidos da margem esquerda o módulo fiscal foi de 50 hectares por família.

técnicas e comerciais mais facilmente do que aqueles que foram para as regiões do Vale do São Francisco e Vale do Rio Doce. Ao chegarem aos reassentamentos, os grupos que permaneceram no Jequitinhonha depararam com uma vizinhança em condições materiais semelhantes às suas próprias condições, e isso facilitou a aproximação; além disso era uma vizinhança já conhecida, ao menos de vista – encontravam-se em algumas ocasiões, na feira ou no comércio na sede da cidade.

Três meses em diante já estava todo mundo vizinho, conhecido, amigo. [...] Agora a gente já conhece todo mundo: de Toázinho, Padre Filipe, Canta Galo, Folha Larga, as comunidades mais vizinhas, não tem quem não conhece, não. (Informação verbal)²³

As relações técnicas também foram construídas especialmente com essa nova vizinhança, num período de tempo relativamente curto - já no primeiro ano da mudança; e foi através dessa relação que aprenderam sobre o manejo das novas terras. Passaram a observar essa vizinhança, a perceber como lidavam com as terras no local, como tocavam suas lavouras, e além das observações também mantiveram a rede de trocas de informações. “Como a via é de mão dupla”, também ensinaram sobre como faziam suas lavouras na origem, numa efetiva troca de conhecimentos entre eles e essa vizinhança.

O pessoal do lugar mesmo informa a gente e a gente fica sabendo. Tem hora que o pessoal do lugar sabe mais do que o pessoal da Emater. ‘Ah, mas o pessoal da Emater é próprio’. É próprio sim, mas às vezes eles ensinam dum modo que a gente não consegue trabalhar. (Informação verbal)²⁴

²³Relato fornecido por D. Edna, reassentamento Bela Vista, Botumirim.

²⁴Relato fornecido por Sr. Juvenal, reassentamento Bela Vista, Botumirim.

As relações comerciais para aqueles que permaneceram na região também foram rapidamente construídas com a vizinhança, inclusive se tornando mais fortes do que as relações que mantinham com a sede dos municípios. Foi através da vizinhança que passaram a fazer a maior parte de suas compras (através de “vendas” locais), a trocarem mudas e sementes, a venderem e comprarem gado. Nas terras de origem a sede do município era o centro do comércio, para onde levavam seus produtos para vender na feira e onde faziam suas compras, no comércio local. Com a vizinhança não estabeleciam relações comerciais como passou a acontecer nos reassentamentos, principalmente porque a produção nas terras de origem era semelhante entre a vizinhança, e além do mais estavam localizados a longas distâncias uns dos outros.

As relações com a sede do município se tornaram, comparativamente, mais fracas que as relações nas redondezas dos reassentamentos. Esse comércio desenvolvido na própria região foi acontecendo num período de tempo relativamente curto, já no primeiro ano de chegada ao local:

Olha para você ver o tanto que melhorou: lá tinha que levantar três horas da madrugada, subir um mundo velho de morro, subir num caminhão, ir em Botumirim, comprar as coisas, descer o morro com a sacaria toda na cabeça. Se não desse para descer, tinha que deixar para o outro dia, na chapada. (Informação verbal)²⁵

Nos novos territórios o acesso às estradas tornou-se mais fácil. Não há subidas e descidas fortes para se chegar aos locais de acesso ao transporte, e muitas vezes a estrada corta bem perto das casas, que foram construídas nos lugares mais altos e próximos às estradas de acesso, seguindo a lógica do empreendedor. Nas terras de origem os agricultores construíam suas casas nas terras mais úmidas e frescas, nas grotas, e isso normalmente implicava em

²⁵Relato fornecido por D. Edna, reassentamento Bela Vista, Botumirim

grandes distâncias e dificuldades de acesso às estradas. A construção das casas seguia uma lógica própria, porque importava em primeira mão não os meios de sair do local, mas como permanecer nas terras com dignidade, e isso era traduzido em disponibilidade de água. Essa aparente rusticidade na forma de se pensar o local da morada guardava uma lógica bastante própria, complexa e com significado desconhecido entre os agentes externos.

Um caso interessante que demonstra a contradição entre a lógica camponesa e a lógica do empreendedor aconteceu no Reassentamento Nova Esperança, de Itacambira. Uma das famílias foi convencida pelo técnico a trocar suas terras, que na divisão dos lotes haviam sido marcadas numa grota de terras férteis - a única grota existente no local - por outras terras, mais próximas à estrada que corta o reassentamento. A família foi convencida de que assim seria mais fácil para os filhos pegarem a condução para a escola. Contudo, essas outras terras eram terras de chapada “brava”, impróprias para o cultivo. Dessa forma, a família não conseguiu tocar nenhum tipo de lavoura, enquanto seu antigo lote na grota foi transformado em área de reserva legal. Arrependida da escolha, mas sem possibilidade de desfazer a troca, a família vive em situação precária. É a lógica dos agentes externos interferindo negativamente nos modos de vida dos sujeitos que sempre souberam onde a vida aperta. Assim, a lógica do empreendedor comprometeu a adaptação, limitou a reterritorialização dessa família e dificultou sua sobrevivência.

Embora esses reassentamentos tenham estado em condições mais desfavoráveis comparando-os àqueles que saíram do Jequitinhonha, as relações de reciprocidade, técnicas e comerciais ganharam mais intensidade e menos dificuldades. Para os grupos que saíram do Vale do Jequitinhonha, essas relações foram sendo construídas muito lentamente, e houve um estranhamento por parte da vizinhança, que em alguns casos os viam como “sem-terras”, com

desconfiança. Tudo isso dificultou as relações no local, que ainda estão sendo construídas, principalmente as relações de reciprocidade.

Para o grupo reassentado em Janaúba, no Vale do São Francisco, foram grandes as dificuldades durante esse ciclo, que ainda não está completo. Demoraram cerca de três anos para começar a estabelecer contatos na sede do município, com moradores e comerciantes. O grupo recém chegado era visto com desconfiança, tanto na sede do município quanto nas redondezas. Os que foram para o município de Francisco Dumont, Vale do São Francisco, também enfrentaram dificuldades para construir novas relações, principalmente comerciais. O tempo para construir essas relações demorou cerca de dois anos. “Nem a gente conhecia eles, nem eles conheciam a gente, e eles ficavam com medo de ganhar galope da gente”. No começo havia uma desconfiança com relação à origem dos reassentados, e as relações foram sendo desenhadas na medida em que essa desconfiança foi perdendo a razão de ser. “Hoje em dia todo mundo conhece o pessoal do reassentamento da Cemig, lá do rio Preto, todo mundo tem confiança”. Essa confiança foi a precursora das relações que foram se estabelecendo.

Já no reassentamento em Água Boa, Vale do Rio Doce, as relações foram mais facilmente construídas no novo território. Embora tenha mantida forte a ligação com o município de origem²⁶, os reassentados conseguiram construir novas redes de relação no novo território, principalmente com os agricultores “pequenos” que os receberam prontamente (“nós chegamos aqui num sábado e no domingo já chegou um pessoal aqui para fazer visita para nós”). O problema enfrentado por eles foi exatamente o contrário dos outros dois grupos: foram as famílias reassentadas que chegaram receosas, pois corria a notícia de ser a vizinhança formada por gente “mais brava”, “chegada à

²⁶Muitos atingidos abriram mão do reassentamento e se mudaram para a sede do município de origem, por isso os fortes laços que ainda existem em Turmalina.

violência”. Assim, quando foram bem recebidos pelos moradores do lugar, os reassentados ficaram ressabiados, e isso os afastou num primeiro momento, pois recebiam visitas e não as retribuía, dificultando a criação de redes de relação.

Com relação ao tempo para a adaptação das pessoas aos novos locais há uma semelhança no que foi visto em todos os reassentamentos. Os filhos dos reassentados não sentiram a mudança, e inclusive gostaram de sua nova condição e facilmente se adaptaram, principalmente pelo fato de frequentarem a escola e manterem contato com as pessoas do lugar. Eles se sentem mais pertencentes ao novo território do que ao local de origem, que é algo da memória de seus pais, e não da memória deles próprios: “É mais fácil para os mais jovens, porque eles têm mais tempo para sair, para conhecer gente, e a gente de mais idade fica mais em casa, cuidando das coisas”.

Quanto aos mais velhos a adaptação foi mais difícil, trouxe mais saudades, mas, mesmo assim, os que permanecem nos reassentamentos já não possuem mais o desejo de retorno à origem, pois sentem-se como parte do novo território, restando a lembrança do que foi, mas não mais o desejo de retorno, pois o ‘voltar’ geraria saudades do atual lugar:

o que eles sentiram falta aqui foi só do rio, porque lá eles brincavam demais no rio, e aqui não tem rio para eles brincar. [...] Os mais velhos sentiram muita falta do rio porque era o lugar que a gente lavava a roupa. Era direto, e aqui a gente tem saudade, e eu lavo ainda muita roupa no rio, mas é completamente muito diferente, porque lá tinha muita pedra e aqui não tem nada de pedra, é só areia. [...] Lá tinha cachoeirinha para a gente se divertir na cachoeira, e poço, muito poço, onde a gente brincava; o que eles mais sentiram falta foi isso, até hoje eles reclamam. (Informação verbal)²⁷

²⁷Relato fornecido por D. Piedade, Itacambira

Evidentemente o ciclo de ajuste negativo é mais referido: as famílias são enfáticas ao destacar a dimensão do que consideram perdas das relações de reciprocidade e das relações técnicas e comerciais, e a dificuldade de reconstrução nos novos espaços. Mas, ao mesmo tempo encontram-se, após os 7 anos de vida nos reassentamentos, fazendo parte do novo território, e a menção a um retorno não é mais imaginável. E como a territorialização está associada à apropriação do espaço, numa relação que envolve domínio, identidade e pertencimento (HAESBAERT, 2011; HEIDRICH, 2004; SCHNEIDER, 2009), fica evidente que os grupos estão efetivamente se reterritorializando, se identificando e se sentindo parte da nova realidade que vem construindo. Embora os tempos e processos sejam diferentes entre os grupos, em todos eles as famílias vêm mantendo suas condições de agricultoras, mesmo com padrões e características diferentes das originais.

De fato, existem ciclos marcantes de ajuste nesse processo nos primeiros anos, quando as relações são mais vulneráveis e fluidas. Mas, ajustes dados no tempo são permanentes, porque os grupos não são assim alguma coisa tão rigidamente definida, que chega a um ponto em que as mudanças se encerram e os transformam em categoria estática. Não! A rigidez não existe, nem mesmo entre grupos tradicionais; há sempre algo de mudança e transformação. E quando Santos (1988) traz a temporalidade para a compreensão do território, ajuda a compreender isso, quando afirma que o espaço habitado é modificado o tempo todo, reorganizado permanentemente, num dinamismo constante.

6.3 Abandono das áreas de reassentamento

O abandono é o outro lado da moeda: inadaptados, desinteressados em lavoura, interessados em negócios com terra. O porquê do abandono também contribui na compreensão do contrário, que é a permanência, que por sua vez é

sinônimo de reterritorialização, tema central desta tese. Evidentemente esta é uma história daqueles que foram reassentados, que receberam indenizações materiais suficientes para refazer a vida produtiva e que permaneceram se definindo como lavradores. São aqueles e aquelas que permanecem na condição de agricultores, naturalmente permeada pela mudança exigida pela reterritorialização. Mas, tratar do abandono, já que ele também esteve presente, contribui para compreender a permanência. Quais são os limites colocados que podem impedir a readaptação, levando os agricultores e agricultoras a saírem dos reassentamentos? Quais são as causas do abandono das áreas de reassentamento?

O que pôde ser observado é que a parcela da população reassentada que não se deu bem nos locais do reassentamento se mudaram para novos lugares. Outros foram para as sedes de seus municípios de origem, sempre utilizando os recursos das indenizações e da venda das terras para alavancagem desses novos deslocamentos; essa parcela dos que não se adaptaram desapareceu em meio a essas migrações, agora voluntárias, feitas não mais em massa, e sim de forma individual ou familiar. Contudo, a população assentada, em maior quantidade, permaneceu nos locais de reassentamento. Não houve abandono em todas as áreas pesquisadas; naquelas em que houve, não foi possível compreender as causas fundamentais que motivaram as saídas.

O quadro abaixo apresenta o percentual de abandono nos reassentamentos pesquisados, discriminando os grupos reassentados, número de famílias que inicialmente se deslocaram para as novas áreas, número de abandonos e número de famílias que no ano da pesquisa viviam nos reassentamentos.

Quadro 2 Abandono das áreas de reassentamento

| Reassentamento | Número de famílias que foram morar no reassentamento | Número de famílias que abandonaram suas áreas | Percentual (%) | Número de famílias que viviam em 2011 no reassentamento* |
|----------------------------|------------------------------------------------------|-----------------------------------------------|----------------|----------------------------------------------------------|
| Nova Esperança, Janaúba | 22 | 4 | 18,18 | 18 |
| Nova Esperança, F. Dumont | 28 | 8 | 28,57 | 20 |
| Nova Esperança, Itacambira | 9 | 0 | 0 | 15 |
| Novo Horizonte, Água Boa | 19 | 0 | 0 | 19 |
| Piedade, Cristália | 11 | 0 | 0 | 11 |
| Bela Vista, Botumirim | 33 | 3 | 9,09 | 40 |

Fonte: Pesquisa de campo, 2011

* No caso de reassentamentos cujo número de famílias aumentou deve-se ao fato de os filhos terem se casado e construído suas casas nos lotes da família, constituindo novo núcleo familiar

O que se pode perceber imediatamente é que o abandono das áreas de reassentamento não manteve uma relação direta com o fato de os grupos se mudarem para terras na mesma região ou não. O fato de alguns grupos terem sido reassentados em locais diferentes do próprio vale do Jequitinhonha, e outros em municípios dos vales dos rios Doce e São Francisco, com ambientes e sociedades rurais com relações diferentes, não apontou para uma relação evidente e direta com os abandonos de terras. Isso porque, abandonaram suas áreas tanto famílias, que se deslocaram para outras regiões, bem como famílias que permaneceram na região, muito embora, para estas últimas, o índice tenha sido menor. Embora todo o processo de reterritorialização tenha sido condicionado pela saída da região de origem ou permanência nela, os dados a respeito do abandono das terras não permitiram fazer essa associação.

O maior índice de abandono - o ocorrido no reassentamento Nova Esperança, em Francisco Dumont - possui causas específicas. O reassentamento foi formado pela junção de duas diferentes comunidades de origem: a “Malhada”, que estava localizada no município de José Gonçalves de Minas, e uma parte da antiga comunidade de “Peixe Cru”, município de Turmalina²⁸. O abandono das áreas aconteceu, na sua maioria, entre os antigos moradores de Peixe Cru. As atividades econômicas desse povoado estavam associadas ao garimpo no rio Jequitinhonha e se encontra aí parte da explicação: o grupo mantinha nas terras de origem uma relação mais forte com o garimpo e menos com a lavoura, o que os dissociava da condição de agricultores. O fato de terem recebido boas ofertas em dinheiro pelas terras do reassentamento, sentiram motivação para vender. Alguns ao venderem suas terras seguiram para o povoado onde foi reassentada parte da população do antigo povoado ribeirinho – “Novo Peixe Cru”. O fato é que eles não estavam habituados a lidar com a lavoura do mesmo modo que os moradores da antiga comunidade de Malhada, e diante das novas terras, novos desafios foram impostos. Neste caso específico das famílias de Peixe Cru, a ausência de criação de estratégias de uso da terra para o longo prazo justifica a saída, que coincide com o tempo para o consumo do capital ecológico existente e disponível imediatamente nas novas terras (estoque de recursos naturais negociáveis). Ou seja, esses reassentados ficaram na terra o tempo necessário para se apropriarem, se habilitarem e consumirem os recursos naturais e outros recursos que adquiriram no momento imediato do reassentamento, como recursos financeiros das indenizações, que garantiram a

²⁸A antiga comunidade de Peixe Cru era constituída como povoado, ou seja, organizada em torno de um núcleo. Localizava-se num fundo de Vale na margem direita do Rio Jequitinhonha, a 50 quilômetros da sede do município e foi totalmente atingida pelo reservatório. Foi reconstruída em novo local pelo empreendedor, denominada Novo Peixe Cru, situadas numa área de chapada, a 30 quilômetros da sede no município.

sobrevivência sem lavoura. O tempo de permanência no reassentamento foi em média, aquele suficiente para o consumo dos recursos disponíveis, tanto financeiros como ecológicos, e durou em média três anos.

Há evidências que mostram, no caso dos antigos moradores de Peixe Cru, a repercussão do ciclo de ajuste positivo: após um período de cerca de 3 anos - que coincide justamente com o tempo suficiente para consumir o capital ecológico disponível imediatamente - algumas famílias abandonaram o reassentamento. Os demais abandonos ocorridos têm vários motivos: morar com filhos no interior de São Paulo, tentar a vida no Sul de Minas seguindo a trajetória de algum parente, ficar na cidade depois da morte do cônjuge, enfim, são diversas e muito pessoais as causas, tornando difícil a análise para a saída. O que se pode afirmar é que, nesses casos específicos, os abandonos estão ligados às questões familiares.

Essas questões familiares também foram os motivos dos abandonos ocorridos em Janaúba, o segundo maior índice. Mas, embora essas questões estivessem por trás das saídas, aconteceram também pela dificuldade de adaptação em terras tão diferentes, com o agravante da distância entre o novo município e o município de origem, em que os muitos laços de parentesco foram deixados para trás. Isso gerou dificuldade na permanência e conseqüentemente provocou o abandono. No caso, a distância do município de origem, se não foi a causa direta, impulsionou, de alguma forma, a saída. O tempo de permanência antes de abandonarem as terras foi de cerca de dois anos, e a saída aconteceu, em todos os casos, por motivos de várias ordens: brigas familiares, separações conjugais, inaptidão para lidar com a terra. A alegação corrente é o fato de não terem se adaptado; mas, geralmente não se adaptaram depois de efetuar um consumo ambiental ou patrimonial intensivo:

[Fulano, que migrou] era de uma situação ruim no Jequitinhonha, tinha pouca terra, e depois do reassentamento

melhorou muito, organizou tudo, melhorou o pasto, tocou a lavoura. Mas a mulher [dele] não quis vir, ele veio antes, [...] e ele acabou vendendo a terra e está numa situação ruim, morando em Cristália, na cidade, sem nada. (Informação verbal)²⁹

No reassentamento Bela Vista, Botumirim, as questões familiares também foram motivadoras dos abandonos que ocorreram. Das 33 famílias que foram morar no reassentamento, 3 delas abandonaram: uma delas abandonou seu lote após um ano de permanência para tratamento de saúde na sede do município, e como dispunha do benefício da aposentadoria pôde deixar o trabalho na roça.

Outro caso foi a de uma reassentada que abandonou seu lote, seguindo para o município de General Salgado (SP) para morar com a família, após 3 anos de vivência no reassentamento, em que já havia formado quintal, feito benfeitorias e tocado lavoura. O outro caso de abandono foi de uma senhora que havia recebido as terras do reassentamento através de herança e não possuía experiência com roça.

A outra a abandonar o reassentamento foi para a sede do município depois de 2 anos no reassentamento. Ela não morava na roça, recebeu de herança, mas já morava na cidade. Ela ficou com o lote parado, não trabalhou para formar, só tinha o pomar que já estava formado quando ela chegou no seu lote. Ela já era acostumada a trabalhar na cidade, sempre trabalhou na prefeitura, e quando voltou para a cidade voltou também para esse trabalho. (Informação verbal)³⁰

Nos demais reassentamentos não houve qualquer abandono de área. Em Água Boa não houve nenhuma venda de terra. No Reassentamento Piedade, em Cristália, embora as terras sejam de baixa fertilidade, não houve abandono, e as

²⁹Relato fornecido por Sr. José Francisco, reassentamento Nova Esperança, Janaúba.

³⁰Relato fornecido por D. Elza, reassentamento Bela Vista, Botumirim

famílias vêm buscando meios para continuarem suas vidas no local, mesmo com toda a dificuldade que enfrentam na lida com a terra. O fato de estarem na mesma região contribuiu para a permanência e persistência, já que conseguiram manter grande parte das relações sociais que estabeleciam anteriormente.

Assim, a saída definitiva dos reassentamentos manteve relação com o ciclo de ajuste positivo, que tem a ver com o uso do capital ecológico e financeiro disponível aos reassentados no momento da mudança, mas não foi o ciclo de ajuste negativo que determinou o abandono. Questões familiares, conflitos, doenças, tiveram importância na venda e saída. Contudo, de uma maneira geral, a reterritorialização - a permanência como lavradores - foi mais forte do que o abandono.

O abandono poderia colocar em xeque a capacidade dos lavradores de se reinventarem diante da pressão a que foram submetidos, o que derrubaria a tese de manutenção do campesinato, onde a resistência se materializa através de uma multiplicidade de respostas. Mas, isso não aconteceu, os abandonos não significaram a dissipação dos grupos atingidos que foram reassentados. Foram abandonos específicos, com causas específicas, e o que houve, de fato, foi a permanência da condição de agricultores, naturalmente permeada, sem dúvida, por grandes mudanças, com novas formas de organizar a produção material e reprodução social, construídas a partir dos determinantes da reterritorialização.

CAPÍTULO 7

AQUILO QUE VEM SENDO

7.1 As mudanças do fazer e do viver

“Se você fica dentro da sua grade de pensamentos, você só vê problema. A maldita da grade só te faz ver o contrário” (Sr. José Francisco, reassentamento Nova Esperança).

As comunidades rurais do Vale do Jequitinhonha apresentam características e modos de agir bastante específicos, estabelecidos no respeito a normas costumeiras construídas pela coletividade, e que lhes assegurou durante séculos sua produção material e reprodução social. A autossustentação é a principal meta a ser atingida pelas famílias. Assim, são consideradas pessoas com uma boa situação não aquelas que possuem dinheiro, mas sim aquelas que não correm riscos de sobrevivência e possuem disponibilidade de recursos. São considerados fracos àqueles que dispõem de uma dieta alimentar precária, moradias pequenas e rústicas, parcelas de terras mínimas, e que sofrem doenças típicas do meio rural (GRAZIANO; GRAZIANO NETO, 1983). Ainda que essas comunidades comercializem seus produtos agrícolas e não agrícolas, não é essa dinâmica comercial que direciona e organiza a produção. Esse emaranhado de relações, essa forma tão particular de ver e viver e toda a complexidade que permeia as condições de reprodução socioeconômicas dos agricultores do Alto Jequitinhonha contêm importantes elementos para a interpretação de comunidades rurais.

Dentro do sistema costumeiro de apropriação do complexo grotas-chapadas, feito por meio de técnicas de cultivo e uso, desenvolvidas a partir de profundo conhecimento local, esses agricultores garantiram a manutenção do

grupo social e sua reprodução social ao longo do tempo. Mas, o que aconteceria se essa forma de ser, viver e fazer, construída pelas famílias agricultoras do Alto Jequitinhonha, fosse transformada devido ao deslocamento compulsório de parte dessas famílias de seus territórios de vida e de trabalho? Os agricultores reassentados pela UHE Irapé, forçadamente deslocados de seus territórios de origem, elaboraram novas estratégias de uso das terras, a fim de garantirem sua produção material e reprodução social nos novos territórios. Esses agricultores que produziam/criavam formas específicas de utilização do território e de seus recursos, através de um sistema tradicional de reprodução camponesa, capaz de assegurar-lhes sua sustentação socioeconômica e cultural, tiveram que se reinventar, insistir, resistir e recriar nos novos territórios.

O deslocamento compulsório dessas famílias implicou na elaboração de novas estratégias para construir suas novas bases materiais e imateriais, tendo em vista que os novos territórios são muito diversos dos seus antigos espaços de vida e de trabalho.

Todos os grupos pesquisados passaram a dispor de terras com qualidades significativamente diferentes das terras originais em que estavam acostumados a lidar. E em termos de quantidade, essas terras são maiores do que as terras de origem. Conquistaram também: 1) o direito de escolher entre, no mínimo, três opções em quais terras seriam reassentados; 2) o direito à indenização pelas benfeitorias feitas na terra atingida pela barragem, como cercas, pomares, edificações e curral, e também indenizações pelos recursos da natureza, como plantas medicinais, frutos do cerrado, lenha, argila, madeira; 3) o direito à assistência técnica por um período de 4 anos, prorrogado posteriormente por mais 4 anos; 4) o direito a 10 hectares adicionais de terras para cada filho solteiro maior de idade e a um módulo adicional para filhas solteiras com filhos, independente da idade, que morassem com os pais; e 5) o direito de receber desmatados e arados 5 hectares das terras novas para plantio já

no primeiro ano. Assim, conquistaram terras à escolha, indenização em dinheiro pelo patrimônio perdido, condições de produção e assistência técnica.

Os grupos que se dispuseram a sair de seus municípios de origem, e que foram para os municípios de Janaúba, Francisco Dumont e Água Boa a fim de se reassentarem em terras de melhor qualidade, ainda que diferentes de seus ambientes originais conseguiram desenhar novos sistemas produtivos com maior êxito, dado o fluxo de renda que passou a ser gerado com mais facilidade pelas famílias. Aqueles grupos que permaneceram na região, nos municípios de Itacambira, Cristália e Botumirim, tiveram que arcar com todas as dificuldades de estarem em terras de baixa fertilidade, além de esgotadas, que lhes proporcionou pouca viabilidade econômica para bancarem novos sistemas produtivos. Todos esses novos sistemas que vêm sendo desenhados pelos agricultores reassentados variam entre si, pois dependem do tipo de terras adquiridas e também da economia local da região onde estão inseridos, tendo em vista que cada região estabelece redes de relações específicas que passam a influenciar a aprendizagem coletiva.

Os grupos que se deslocaram para terras com melhor qualidade e em regiões economicamente mais dinâmicas tiveram maior facilidade em garantir renda, capaz de bancar sistemas produtivos mais dependentes de insumos externos, que exige renda monetária para montar e manter a produção, que depende diretamente da capacidade da unidade familiar gerar um montante de dinheiro que a sustente. Ocorreu, assim, uma mudança do estatuto produtivo desses reassentados, passando a qualificar determinados processos (trator, adubo e veneno) e desqualificar outros (roça de toco, trabalho braçal, cultivo de autoconsumo). As famílias reassentadas desses grupos conseguiram mais facilmente (ou com dificuldades mais brandas) criar as condições de se capitalizarem para poderem sustentar essa nova forma de fazer e viver, tão

diferentes dos sistemas originais em que viviam de forma mais autônoma e independente.

Em Janaúba, no Vale do São Francisco, Norte de Minas, ao chegar ao reassentamento, ambiente de mata seca, o grupo se deparou com uma terra praticamente inteira formada por pasto; o gado era a atividade do antigo dono fazendeiro e é a atividade predominante na região. Nos primeiros anos de vivência no reassentamento, o aluguel de pasto a terceiros se transformou em importante fonte de renda para as famílias, em atividade principal. Contudo, como os reassentados não tinham experiência com gado nem tampouco conheciam o trabalho demandado com manutenção de pasto, essas áreas foram se degradando; e isso os fez refletir sobre o uso de suas terras no longo prazo. O dinheiro do aluguel do pasto acabou “virando pó”; sendo usado para as despesas de manutenção das famílias, já que a atividade principal deixou de ser a lavoura. Mas, ao tirarem o gado das áreas, perceberam, depois dos primeiros anos, que a terra estava degradada, “a hora que se tira o gado não sobra nada”. Como não conheciam o ambiente para onde se deslocaram, acabaram acreditando que poderiam explorá-lo sem limites; contudo os limites apareceram e eles tiveram que se adaptar, primeiro imitando os fazendeiros e investindo no próprio gado - semelhante ao gado da vizinhança, ou seja, gado de corte, nelore - e depois mudando para outro tipo mais apropriado à realidade deles - o gado mestiço. Assim, a criação de gado mestiço tornou-se a perspectiva de longo prazo entre esses reassentados:

Boa parte dos moradores já estão trabalhando com essa visão, antes queria trabalhar com nelore, agora já estão vendo que não dá. (Informação verbal)³¹

³¹Relato fornecido por Sr. José Francisco, reassentamento Nova Esperança, Janaúba.

Equacionaram a respeito do gado mestiço e perceberam que o resultado era mais adequado às suas condições, pois através deles teriam o leite para o consumo doméstico e até para seus derivados que poderiam ser comercializados, e também o dinheiro da venda do bezerro, transformando-se em fonte de renda da família.

Para o pequeno tem que ter o leite senão não dá, então o melhor mesmo é criar a mestiça, porque tem o leite e o bezerro. (Informação verbal)³²

Nesse novo território, tão diferente daquele de onde vieram, os agricultores foram percebendo que era preciso fontes de dinheiro, pois do contrário não se mantém, e definiram a criação de gado como a saída para esse desafio, muito embora a lavoura ainda seja atividade desenvolvida entre eles, porém em moldes bastante diferentes. A “roça de toco” ficou no passado, junto com suas terras alagadas no Jequitinhonha, agora roça é sempre no mesmo local, sem fogo nem foice, e no lugar: máquina e insumos. Não se pode desconsiderar que a tendência à pecuarização redefiniu as características do grupo. A paisagem mudou, e nas atuais terras planas do reassentamento o que se mais vê são pastos formados, ou em formação, e gado pastando.

Há de se ter o cuidado para não cair no engano de uma análise em que se varia entre dois extremos duvidosos. Um extremo que acredita que qualquer tipo de mudança é sempre ruim quando se trata de populações tradicionais, como se o mundo e a vida (deles) fosse uma constância, e nunca foi, pois os conhecimentos e saberes produzidos pelas comunidades rurais do Jequitinhonha sempre foram frutos de experiências renovadas nas práticas sociais do dia a dia (NORONHA; RIBEIRO, 2007). Outro extremo, que acredita que todos os caminhos levam à modernização da vida no campo. Há de se ponderar e de se

³²Relato fornecido por Sr. Hildebrando, reassentamento Nova Esperança, Janaúba.

compreender o tamanho da mudança pelo olhar de quem a vivencia, de quem está todos os dias mantendo e reinventando a vida. São eles que afirmam, por exemplo, que nas terras de origem o trabalho era árduo e pesado, as distâncias eram grandes para se tocar as lavouras e a terra muito inclinada, embora de grande qualidade, e não se omitem ao refletir sobre isso, já que eram seus corpos que sentiam o peso da lida. A mudança trouxe certa leveza ao trabalho, um grau de facilidade que é valorizado por eles quando refletem sobre o cotidiano, mas isso não impede que reflitam também sobre o peso das perdas, que de forma alguma passa despercebida pelo olhar deles. Porém, não gostam de serem vistos como pobres coitados, ao contrário, preferem mostrar como são capazes de transformarem a realidade, muitas vezes adversa, em vida possível, digna.

Há também entre esses reassentados em Janaúba um embate, já não velado, mas declarado, entre gerações. Os filhos resistem em tocar lavoura porque não se sentem motivados para esse tipo de trabalho; há os que resistem somente verbalmente e os que resistem na recusa real. Entre os jovens há o argumento de que é mais vantajoso comprar fora os produtos que consomem do que produzir em suas terras, podendo aproveitar toda a área que possuem para colocar gado. Já os pais acreditam ser totalmente impensável estar no meio rural e não tocar lavoura, mesmo porque comprar tudo fora tornaria a vida tão cara que não conseguiriam sobreviver dessa forma. Eis então o conflito entre os jovens (filhos) e os mais velhos (pais). Aquilo que esses jovens passaram a ver ao redor, nas vizinhanças, estimulou outra postura entre eles: o gado, o pasto, as máquinas limpando as terras, isso tudo pareceu-lhes um meio de vida mais digno, menos desgastante, inclusive menos degradante. Esses jovens cresceram vendo ou ouvindo seus pais contarem sobre a labuta de se tocar lavoura com a enxada, e num determinado momento, ao chegarem ao reassentamento e olharem ao redor, se depararam com outro rural. Assim, a lavoura passou a despertar entre eles um sentimento de rejeição, de resistência, de passado não

querido. Estar numa região de fazendeiros e vaqueiros e trabalhar com foice e enxada não lhes agrada; diferentemente dos mais velhos, que labutaram sol a sol nas grotas de onde vieram e que mediam o valor do trabalho e do orgulho pelo tamanho da roça que conseguiam tocar e pelas mãos calejadas, que junto com os mantimentos era também o resultado da colheita todos os anos.

Há entre os agricultores do Jequitinhonha uma valorização dos conhecimentos que possuem sobre a terra, e que trazem para suas vidas a fartura de alimentos.

Eles gostam de falar como transformam essas grotas avaras em terras dadas, por isso repetem sempre que 'O Vale do Jequitinhonha não é o vale da miséria. É o vale da riqueza' (NORONHA; RIBEIRO, 2007, p. 151).

Também os agricultores reassentados no município de Água Boa se depararam com uma realidade bem diversa daquela em que viviam. Eles saíram do Alto Jequitinhonha rumo ao Vale do Rio Doce e, apesar da distância não ter sido tão grande, eles encontraram uma enormidade de diferenças. A primeira diferença foi porque saíram de uma região de cerrado e foram para um ambiente que desconheciam, de Mata Atlântica, que por sua vez já havia sido derrubada do local pelos antigos donos. A área onde foram reassentados já havia sido fazenda de café e, por último, fazenda de gado. Mas, quando lá chegaram em finais do ano de 2005, essas terras já estavam sem uso há cerca de quatro anos. A segunda grande diferença foi porque perceberam que as formas de uso das terras eram bem diferentes das que estavam acostumados a fazer, tanto em tipos de lavoura, como em forma de se lidar com elas. E perceberam que as formas de produção que alavancariam daquele momento para frente seriam muito diferentes.

Esses reassentados em Água Boa se depararam com uma vizinhança que trabalha quase que exclusivamente com café, tanto as grandes fazendas, como os

pequenos agricultores da região, que possuem áreas que não chegam a 2 hectares. Não se via no local, até a chegada do grupo, lavouras anuais. Isso foi deveras difícil para os reassentados compreenderem, e negaram-se a acompanhar esse padrão. “A gente chegou a ficar esmorecido porque a nossa tradição é lavoura branca e o pessoal falava que lavoura branca não saía [não produzia], que aqui era gado e café” (Sr. João Antônio). Mas, se por um lado os reassentados estavam dispostos a agregar novos padrões técnicos, já que a mudança de terras exigia também transformação nas formas de produção, por outro lado não estavam dispostos a abandonar por completo toda a forma de vida e de conhecimento adquirido há gerações nos territórios do Jequitinhonha. Dessa forma, incorporaram o café e o gado em suas atividades, mas continuaram a tocar suas lavouras de mantimentos, principalmente de milho, feijão, mandioca, andu; contudo, as formas de se fazer deixou de ser como era.

Eles passaram a tocar suas lavouras sob novos padrões, guiados pela forma de lidar com a lavoura de café, ou seja, dependentes de insumos vindos de fora. Chegaram a testar pequenas glebas de terra para averiguar se produziam sem insumos químicos, da mesma forma como faziam no Jequitinhonha, pois o ato de experimentar, testar a terra, é a técnica eficaz desenvolvida por esses lavradores (RIBEIRO et al., 2005), mas não tiveram sucesso com os plantios, concluindo assim que a terra só seria agricultável com a nova forma de fazer roça. O uso de adubo e calcário passou a ser essencial para a produção, além do veneno em algumas situações. Incorporaram um modelo de agricultura mais intensiva, baseado no crescente uso de insumos químicos e máquinas agrícolas:

aqui é gradagem, correção, adubo químico [...] No período de dois anos a gente já estava sabendo o sistema da terra. Aqui tem que ter tecnologia nela, senão não produz. Tem

que por calcário, adubar bastante, aí a produção sai bastante. (Informação verbal)³³

Se antes, na origem, “batiam a palhada”, ou seja, espalhavam sobre a terra os restos de vegetais da cultura anterior para fertilizar a terra para o próximo plantio (NORONHA; RIBEIRO, 2007), no reassentamento passaram a usar insumos químicos comprados:

aqui, sem adubo, se plantar não sai nada. Se plantar com pouco adubo já não dá, já vê diferença, não prospera. Nós, mais ou menos, já ouvia falar. Também a Cemig já deixou o adubo para o povo plantar, já explicou que a terra não dava, não funcionava sem adubo. Aqui nenhuma parte sai sem adubo, só o andu que sai, mais nada não sai. O milho, se plantar ele queima, o feijão também não sai [...]. No período de dois anos a gente já estava sabendo o sistema da terra. Aqui tem que ter tecnologia nela, senão não produz, tem que por calcário, adubar bastante, aí a produção sai bastante. (Informação verbal)³⁴

A lavoura de café ganhou grande importância entre as famílias reassentadas, transformando-se em “carro-chefe” das unidades de produção familiares e também influenciando a nova forma dos reassentados tocarem suas áreas, num padrão mais dependente dos mercados. Ao mesmo tempo em que a introdução desse novo cultivo induziu esse tipo de mudança na produção, não chegou a transformar os agricultores em monocultores, cultivando um único produto voltado ao mercado, como acontecia na vizinhança.

A criação de gado, embora exista no reassentamento em Água Boa, não é uma atividade importante. Não houve tendência à pecuarização, como em Janaúba. Consideram a região pouco favorável para o tipo de gado apropriado às condições deles, ao que estão habituados a mexer, que é o gado mais mestiço,

³³Relato fornecido por Sr. João Antônio, reassentamento Novo Horizonte, Água Boa.

³⁴Relato fornecido por Sr. Geraldo, reassentamento Novo Horizonte, Água Boa.

comprado na região mesmo, que cria o bezerro e dá o leite. O gado existe como um tipo de reserva, uma poupança, com o mesmo sentido que existia nas terras de origem. Não é visto como uma possibilidade futura de investimento:

Muitas vezes o café compensa mais que o gado. Gado aqui adoece demais quando dá esse tempo de frio, adoece muito, dá intoxicação, a gente gasta muito com vacina. Lá a gente tinha [gado], mas o clima era outro, não era desse jeito aqui que todo mês a gente tem que tá lá na porta da loja veterinária comprando remédio, não. Lá a gente dava um sal, soltava, a criação andava, tinha muito espaço, permanecia melhor [...] aqui é bom prá roça mesmo, prá criar galinha, prá isso é bom. Agora, prá criação de gado não vem nada que presta, não. (Informação verbal)³⁵

Outra estratégia que o grupo em Água Boa vem desenhando para o longo prazo é o cultivo do eucalipto, não para fins comerciais, e sim para uso dentro das unidades. Eles não têm de onde tirar madeira, e das matas recompostas através das áreas de reserva legal só podem tirar lenha seca para o fogão. E viver na roça exige madeira para fazer ou arrumar uma cerca ou um poste, e se não tiver tem que comprar; o que justifica então ter disponível o eucalipto, já que das matas não se pode retirar essa madeira:

Aqui não tem madeira para fazer poste, então todo mundo se viu obrigado a plantar sua moitinha prá tirar poste, todo mundo tem. [...] Se ele [o marido] tivesse pegado o dinheiro e plantado uma moita de eucalipto num canto estava maduro agora e estava na hora de tirar para recursar. Ele não plantou, agora, se tiver que formar alguma coisa aí, tem que comprar os postes. (Informação verbal)³⁶

³⁵Relato fornecido por D. Noeme, reassentamento Novo Horizonte, Água Boa.

³⁶Relato fornecido por D. Maria do Carmo, reassentamento Novo Horizonte, Água Boa

O eucalipto plantado é considerado por eles como um plantio ‘mais doméstico’, não necessitando de ajuda técnica, que precisariam caso fosse um plantio ‘industrial’. “Não tá visando produtividade, lucratividade, tá querendo é ter o eucalipto ali”. Mas, ainda assim, há segundo eles, a possibilidade de sobrar, que poderá ser vendida para madeireira ou então para fazer o carvão. Mas, para isso preferem aguardar o tempo passar para decidir o que será possível fazer quando o eucalipto estiver do tamanho certo para ser cortado.

Assim, como estratégias de uso da terra no longo prazo, os reassentados em Água Boa pautam-se pelo cultivo de café, que gera a maior parte da receita das famílias, mas também se orgulham de ser na região um grupo que consegue retirar variados tipos de produtos da terra, que alimenta suas famílias e ainda sobra para vender. Sentem-se também influenciando a região a partir do conhecimento que adquiriram no Jequitinhonha. Embora tenham ocorrido grandes mudanças na forma de produção, com a introdução de insumos que antes não usavam, conseguiram um feito importante: manter a diversificação da produção. É como se um pedaço do Jequitinhonha tivesse se descolado para aquele local, como de fato foi, e esse Jequitinhonha acabou por influenciar a vizinhança, levando alguma coisa da forma de vida de lá. Ao mesmo tempo em que o grupo sofreu significativas transformações em suas formas de viver, também influenciou transformações no local, levando mais diversidade aos cultivos e à paisagem.

Mas, dentre os três grupos que foram para regiões fora do Vale do Jequitinhonha, o reassentamento em Francisco Dumont foi o que mais carregou antigas formas de lida com a terra. Assim como os demais, também se assentaram em terras diferentes, embora não completamente desconhecidas, pois ao olharem viam que nem tudo lhes era estranho: lá estava o pequi, o jatobá, a aroeira; os olhos que enxergaram uma nova paisagem viam também lascas do passado. Foram construindo, ao longo do tempo de vivência no local, uma

classificação do solo, baseada na rica experiência anterior de observar a vegetação e reconhecer a qualidade da terra através dos tipos de árvores, que sempre foram sinais evidentes de terra boa ou terra fraca (RIBEIRO et al., 2005). No reassentamento viram qualidades de árvores que já conheciam, porém distribuídas de forma diferente, “tudo misturado”: -“Onde tinha pequi não tinha aroeira, jatobá. Mas aqui dá tudo misturado”.

Grande parte de seus lotes é de uma qualidade de terras que passaram a classificar como “terra de chapada” ou “terra vermelha”, que serve, quando muito, para o cultivo de mandioca, do amendoim e com alguma sorte para o cultivo da cana; mas que serve mesmo para plantar capim para formação de pastos. Possuem também em seus lotes uma qualidade de terra que ocorre na beira do rio que passaram a denominar de “terra de cultura”, uma terra mais fresca e fértil, para onde deslocaram suas lavouras: é onde plantam o milho, o feijão e o arroz, que continuam sendo lavouras importantes para o abastecimento da casa. Eles têm claro em mente que essas terras que chamam atualmente de terras de cultura não equivalem em qualidade ao que classificavam com o mesmo nome no Jequitinhonha, sendo as de lá do Jequitinhonha de uma qualidade considerada superior. Mas, como são as melhores terras que possuem, passaram a classificá-la também como “terras de cultura”. Como existem ‘quadras’ de terras de qualidade diferentes (por exemplo, numa área de terra vermelha pode haver um pedacinho de terra de outra qualidade, que acreditam que possam ser melhor), em que batem o olho e veem diferenças, vão testando essas terras através de pesquisa empírica que fazem: plantando determinado tipo de lavoura e vendo o resultado, para confirmar ou não a qualidade.

Assim, em terras que passaram a definir no reassentamento como sendo “de cultura”, próximas ao rio, as famílias tocam suas lavouras, que não é mais a antiga “roça de toco”. Esses novos sistemas produtivos incorporaram certo grau de mudança tecnológica, principalmente com o uso de maquinário agrícola e

passaram a demandar uma produção que gere renda monetária para mantê-los; mas a terra vem sendo capaz de fornecer esse fluxo de renda, seja através da própria lavoura e processamento de seus produtos, seja através da criação de gado. “Lá (nas terras de origem) não usava gradear a terra. Aqui já tem a destoca que o pessoal faz. A gente gasta mais, mas facilita também. Lá tudo era braçal, era tudo na enxada, aqui não, é tudo no trator” (informação verbal)³⁷. O sistema é outro: destoca-se as áreas para o plantio, uma única vez, e depois, anualmente, gradeiam as áreas para plantarem suas lavouras, tudo realizado com maquinário agrário. E o fato de poderem fazer a destoca com o trator é visto com uma facilitação do trabalho, pois antes, com a roça de toco, o trabalho era muito mais pesado, na foice e enxada. O carpir continua sendo feito como antes, na enxada. Essa transformação não os colocou inertes diante do processo, levados sem reação; ao contrário, estão sempre atentos ao que podem ajudar, e o trator, no caso deles, ajuda, é economia, sem se tornarem reféns de um modelo que em algum momento possa devorá-los. Jogam-se à esperança com olhos atentos:

tem que fazer um jeitinho, o que for mais econômico. Se tem gente parado, tem que dar a ele serviço em casa, tem que pegar na foice, porque nós não vamos pagar a máquina e ficar parado, olhando ela trabalhar. Nós temos que olhar o que tá parado e por para trabalhar, porque é uma economia. (Informação verbal)³⁸

Eis nesse relato a demonstração do equilíbrio no balanço trabalho-consumo descrito por Chayanov (1974), em que o trabalho serve às demandas necessárias à manutenção da família, numa dinâmica bastante particular. Mesmo em condição de ampliar o uso de meios de produção poupadores de trabalho, no

³⁷Relato fornecido por Sr. José Pacheco, reassentamento Nova Esperança, município de Francisco Dumont

³⁸Relato fornecido por Sr. Geraldo, reassentamento Nova Esperança, Francisco Dumont.

caso, o trator, só farão isso observando o equilíbrio no balanço trabalho-consumo; isso acontece porque não trabalha com a perspectiva capitalista de valorização do capital, pois há momentos em que o uso de máquinas não traz necessariamente ganhos para a família, mesmo que ocorra aumento na produtividade do trabalho e libere força de trabalho, principalmente quando o trabalhador não pode ser utilizado em outras ocupações. O que Chayanov (1974) escreveu é o que o Senhor Geraldo e sua família vivem no Jequitaí. Outro relato que reafirma essa perspectiva camponesa é do agricultor em Janaúba, Sr. José Francisco:

Só quando a pessoa não quer mesmo encarar a foice, mas tem gente que corta no reio, na foice mesmo, a roçadeira é só quando a pessoa não quer gastar o tempo para fazer mesmo, quando quer mais fácil, mais rápido. Mas se a pessoa quer trabalhar, encarar, não tem necessidade, não. (Informação verbal)

Ao iniciarem a lida com o gado em Francisco Dumont nas terras vermelhas de seus lotes, já que são terras favoráveis em qualidade para o pasto e também pela quantidade disponível, a atividade foi pensada como uma forma de diversificação da unidade de produção, não se transformando numa atividade com maior importância, e sim como mais uma delas. O gado passou a ser uma receita a mais, na medida em que se pode vender um bezerro, ou pode ser uma poupança para momentos imprevistos, mas é também o leite diário, é o requeijão que se come e também que se vende na feira junto aos outros produtos.

Os reassentados em Francisco Dumont continuam, assim, a tocar suas lavouras, atualmente em áreas maiores do que na origem, alguns chegando aos 5 hectares. O não plantar roça em terras boas lhes soa quase como um pecado, pois ter lavouras bem cuidadas e em grandes quantidades é sinal de quem gosta de trabalhar, de prosperidade, de condições de sustento, de vida possível

(NORONHA; RIBEIRO, 2007). Reconhecem que se o gado se transformar em atividade principal, a terra não será suficiente para todos os filhos, alguns terão que partir; mas, se a atividade principal continuar sendo a lavoura, é possível a permanência de todos, pois terão o resultado da lavoura, da horta, da transformação da mandioca em farinha, do requeijão, das frutas da época, enfim, de tudo que possa ser consumido e comercializado, com a grande variedade a que estavam acostumados a viver no Jequitinhonha.

Isso permite afirmar que permanece a cultura camponesa desses agricultores em Francisco Dumont, mesmo se adequando aos novos padrões; continuam com fortes características de lavradores. Diferente dos outros dois reassentamentos que mudaram de região, os agricultores parecem estar mais próximos, ou menos distantes, da forma como faziam e viviam na origem. Nesse trecho que divide a agricultura camponesa da agricultura intensiva em capital, estes parecem não terem caminhado longas distâncias rumo aos sistemas produtivos intensivos e, porque não dizer, duvidosos. Isso não quer dizer que estejam paralisados no tempo, mas somente reafirmar que os agricultores não são agentes passivos diante dos processos produtivos, o quão difícil seja ele.

Os lavradores dos outros três reassentamentos que permaneceram na mesma região, embora tenham conseguido manter parte de suas antigas redes sociotécnicas, tiveram também que se adaptar às terras diferentes daquelas em que estavam acostumados a tocar suas lavouras e suas vidas anteriormente. Foram para terras de baixa fertilidade, utilizadas em excesso e sem critério pelos antigos donos fazendeiros, transformando-as em terras menos produtivas. São terras de chapada, pouco apropriadas para a lavoura feita de acordo com o conhecimento local, e embora sejam ambientes conhecidos, não são terras que definiriam como “de plantio”, e sim terras que servem para a recursagem ou para a pastagem de animais. E essa foi, sem dúvida, a maior dificuldade enfrentada, uma ameaça, mesmo que seja uma ameaça sempre esperançosa.

Essas terras pouco agricultáveis, que esses grupos que permaneceram na região receberam, variam de uma chapada mais “mansa”, onde se consegue conduzir algum tipo de lavoura, como a de mandioca ou de amendoim, que aceitam terras menos férteis, à chapada das mais “bravas”, conhecidas também como carrasco, onde nem o capim é capaz de crescer, é onde só há mesmo pedra. E a despeito da qualidade dessas terras recebidas, os agentes responsáveis pelos reassentamentos, ligados ao empreendedor do projeto Irapé, determinaram o local em cada lote que as famílias deveriam plantar suas roças, e esses locais são – do ponto de vista dos lavradores reassentados - os menos apropriados possíveis. Esse descompasso de lógica por parte desses agentes de extensão pode ser compreendido pelo fato de desconhecerem por completo a lógica dos grupos reassentados e o modo como viviam.

Assim, esses agentes definiram a partir de sua própria lógica - integrada, intensiva, dependente e duvidosa - lugares e formas de plantio, sacudindo completamente de seus ombros quaisquer responsabilidades de compreender os sistemas de cultivo dos agricultores. As áreas demarcadas para lavoura estavam situadas nas “chapadas”, consideradas as piores pelo saber tradicional, mas consideradas as melhores dentro da lógica de produção intensiva na agricultura. E para produzir em terras de chapada, só mesmo com todo o aparato da produção intensiva em insumos vindos de fora, mas que para ser bancado pelo produtor é preciso fluxo de receita, o que colocou os reassentados numa situação de precariedade:

compensa plantar, não. Aqui nessa terra mesmo você tem que comprar o adubo prá plantar, e compra nesse preço que está, aí planta e não colhe. (Informação verbal)³⁹

³⁹Relato fornecido por D. Natalina, reassentamento da Piedade, Cristália.

A forma de produção intensiva passou a exigir um fluxo de dinheiro que eles não têm disponível, encarecendo demasiadamente a produção. Com isso, arriscam-se a plantar sem o uso dos insumos, muitas vezes perdendo a lavoura, “contando com a sorte”, ou deixam de plantar por saber que não terão a colheita.

A gente não compra mais adubo porque a situação não dá, fica caro. E não compensa, não. Se a gente compra o adubo, ele tá a 80 reais a mala, é caro, não é?! (Informação verbal)⁴⁰

A completa falta de conhecimento dos regimes particulares de gestão dos recursos das populações camponesas, que durante muito tempo permaneceram desconhecidos por pesquisadores, planejadores e extensionistas, gerou historicamente fracassos de programas ambientais e rurais. Ignorar a lógica das formas de reprodução social dos agricultores - marcada por simbolismos, sentimentos de pertencimento, estratégias, saber local - na implantação de assentamentos, numa visão autoritária, baseada em pressupostos estratégicos e técnicos, pode trazer sérias consequências sociais. Os saberes, os costumes, as tradições, os regimes particulares de gestão dos recursos das populações rurais são importantíssimos para orientar os programas. Portanto, pensar em desenvolvimento sem considerar esses elementos é arriscar-se em empreitadas fadadas ao insucesso; conhecer as técnicas produtivas que foram criadas pelo acúmulo de conhecimentos de gerações é importantíssimo (RIBEIRO et al., 2005), porém é negligenciado, como pôde ser claramente observado no caso dos reassentamentos de Irapé. O planejamento do novo estilo de vida pelo empreendedor dos projetos de reassentamento foi baseado numa mudança social, alheio aos costumes dos grupos, cujo vetor era a oferta de serviços que no passado os atingidos não possuíam. Nesse plano, enfatiza-se um

⁴⁰Relato fornecido por D. Santa, reassentamento da Piedade, Cristália

quadro de carências para se valorizar o reassentamento, e então pouco importa a localização das “benesses”, já que anteriormente os grupos não possuíam casas e estradas nos moldes que eles se propuseram a oferecer.

Isso abre espaço para questionar os propósitos dos projetos de desenvolvimento rural, os fracassos e insuficiências dos programas que podem ser explicados pela falta de conhecimento do saber popular, pois é grande a dificuldade para compreender a vida cultural desses sujeitos sociais. Pesquisas e teorias sobre o assunto são raras nas ciências sociais. O desconhecimento não assumido da realidade acaba por fazer com que esses programas tenham como objetivo transformar a realidade naquilo que foi planejado como sendo o ideal, em busca de valores e necessidades que são os da lógica de quem as determinou, subjugando o universo de vida e saber, que é praticamente desconhecido. Para adentrar nesses espaços e redes de relações é preciso que haja respeito às regras existentes, exige do agente externo ser discreto e mostrar sensibilidade humana e disponibilidade para aprender com o outro. Compreender como acontece, entre os camponeses, a criação, a legitimação interna, a circulação e a reprodução de diferentes tipos de conhecimentos, valores de grupo, símbolos e significados, é imprescindível para o sucesso de programas ambientais e rurais.

Uma das saídas encontradas pelos reassentados, embora não resolva completamente a situação da capacidade produtiva das terras, foi o deslocamento de suas lavouras para áreas mais apropriadas. Na maior parte dos casos os locais que foram demarcados pelos técnicos só foram usados para o plantio das roças no primeiro ano, quando as terras foram gradeadas e corrigidas com aplicação de calcário.

A Cemig gradeou lá, mas é terra ruim, pedra, tudo. Aí, depois, nós vimos que não estava dando nada mesmo, nós

perdeu duas roças lá, aí ficou sendo manga lá. (Informação verbal)⁴¹

Nos anos seguintes, as famílias foram deslocando suas lavouras para os pequenos espaços em que consideravam ser a terra mais apropriada. Essa é uma clara evidência de que os agricultores rejeitam o que é para ser rejeitado, usam o que é para ser usado e integram o que é para ser integrado; é também uma evidência de resistência aos padrões impostos, mesmo que não seja através de luta aberta, mas de respostas ao avanço do capitalismo sobre os costumes camponeses:

a gente ficou tentando uns dois anos nessa terra que a Cemig preparou. Aí a gente viu que não ia ter lucro, que não estava produzindo, e tinha que comprar de tudo, tudo que você pensar. Aí, depois que a gente plantou lá, feijão a gente não compra mais. Agora está uma benção, porque nós plantamos o feijão e tem, o milho não precisa comprar prá tratar das galinhas, a gente já tem o milho prá tratar, se precisar você vende ali e compra outra coisa, um sabão, uma coisa, já dá prá gente sobreviver, graças a Deus. (Informação verbal)⁴²

Assim, com a baixa fertilidade das terras adquiridas pelos grupos que permaneceram na região, surgiu uma forte tendência à formação de pasto entre as famílias, pois terras impróprias para a agricultura poderiam servir para empastamento. Portanto, grande parte dos lotes vem sendo transformado dessa maneira, exceto as poucas áreas em que vêm tentando tocar suas roças, sem normalmente ultrapassar os 2 hectares.

Nas terras de origem o gado era criado na solta, nas chapadas, que eram áreas de uso comum, e com isso tiveram que se apropriar desse novo padrão para criação de gado:

⁴¹Relato fornecido por D. Laíde, reassentamento da Piedade, Cristália.

⁴²Relato fornecido por D. Francisca, reassentamento Bela Vista, Botumirim.

Prá mim foi diferente, porque hoje o que eu tenho é separado. A questão mesmo foi só ter a terra dividida, porque onde nós morava não tinha terra dividida, trabalhava mais ou menos no bolo. Então não tinha como eu separar a terra pra mim formar. Então a diferença aqui é que o que eu tenho é separado. (Informação verbal)⁴³

A tendência geral dos reassentamentos tem sido a formação de pasto, isso porque as áreas adquiridas são maiores do que aquelas que lidavam anteriormente, e compostas por terras com qualidade insuficiente para lavoura, sendo a adoção da pecuária bovina uma estratégia desenhada para o uso dessas terras. Essa atividade apresenta diferentes importâncias e finalidades em cada reassentamento, embora seja uma presença definitiva entre todos os grupos pesquisados. Em alguns deles se tornou atividade principal, em outros permanece, assim como antes, como uma forma de poupança, de garantia para algum imprevisto futuro. Contudo, não se pode afirmar com isso que haja entre eles uma tendência à pecuarização, pelo menos não nos moldes que o capitalismo imprime no campo, mas sim uma tendência ao aproveitamento da terra de uma maneira possível, uma estratégia para o uso: “Eu penso de formar, porque não tem outra coisa que possa me ajudar aqui nesse lugar, tem que ser mesmo pasto, tem que ter alguma criação e pasto pra sustentar” (Sr. Paulo, Bela Vista, Botumirim).

No caso desses grupos que permaneceram na região de origem as lavouras também sofreram transformações, pois não seria possível manter um antigo sistema onde não se tem as mesmas terras que antes se tinha. A adequação foi, então, a única forma possível, e por isso as roças de toco entre esses grupos também deixaram de existir: não se destoca, pois não há mais o que derrubar; não se coloca mais fogo porque não há o que se queimar. A terra é preparada com trator, gradeando, “já que na base da enxada”, em terras duras e

⁴³Relato fornecido por Sr. Antônio, reassentamento Nova Esperança de Itacambira, Itacambira

solapadas, “não há braço que dê conta”. Parte do trabalho que anteriormente era feito na base da enxada, usando a força física dos membros das famílias, passou a ser feito através do uso de maquinário agrícola no preparo da terra destinada ao plantio das suas lavouras:

A dificuldade é que aqui em cima (parte mais alta dos lotes, na chapada) a gente até trabalha de enxada, até consegue, mas lá, mais pro lado da margem do rio, a gente não consegue, a gente trabalha, mas o serviço não rende de enxada, é somente prá carpir, porque prá poder tomar a terra igual a gente fazia lá na roça, lá na origem... porque nós levava tudo na base na enxada. (Informação verbal)⁴⁴

Mas, o uso de trator lhes custa muito caro, não estando de acordo com o fluxo de receita que conseguem movimentar, e sendo assim, as demais etapas da lavoura continuam sendo feitas em bases costumeiras: não se usa adubo químico, o roçado é feito na braço, da mesma forma que era feito nas terras de cultura. Além disso, as sementes utilizadas continuam guardadas de um ano para outro, como acontecia nos territórios de origem (NORONHA; RIBEIRO, 2007), pois dessa forma garantem a qualidade das sementes, em grãos que são guardados em recipientes plásticos tampados, ficando protegidos dos carunchos. Houve transformação, mas também houve permanência nas formas de conduzir a roça.

O que se percebe de uma maneira geral em todos os reassentamentos pesquisados é uma mudança na forma de organização da produção, impingida aos lavradores pelo modelo de reassentamento adotado pelo empreendedor. Essas mudanças também se devem à qualidade das terras adquiridas, pois diferentes ambientes pressupõem diferentes sistemas de produção. Portanto, as “roças de toco” deixaram de ser a forma de se tocar as lavouras entre as famílias

⁴⁴Relato fornecido por D. Piedade, reassentamento Nova Esperança de Itacambira, Itacambira.

reassentadas. Esse sistema, que combinava rotação de terra (sistema de pousio) com brotação natural da vegetação e que garantia a fertilidade natural da terra, deixou de ser possível nos novos territórios, pois estava associado às “terras de cultura” disponíveis nas grotas, frescas e férteis, próximas aos cursos d’água e que dispensavam quaisquer insumos vindos de fora para que produzissem em abundância. As novas terras disponíveis nos reassentamentos, embora em maiores quantidades, possuem características bastante diferentes e isso exigiu dos grupos a adaptação, a experimentação e o planejamento: “Para lavoura aqui, só se mudar o estilo do jeito de tocar” (Sr. Paulo, reassentamento Bela Vista, Botumirim).

O fim das “roças do toco” pode ser compreendido através da análise que Boserup (1987) elaborou sobre a necessidade de diminuição, ou mesmo de eliminação do tempo de pousio, quando a disponibilidade de terra diminui e conseqüentemente o tempo de descanso para recuperar sua fertilidade, quando novas técnicas de cultivo precisam ser introduzidas⁴⁵. Assim, um aperfeiçoamento técnico é introduzido quando o pousio longo é substituído pelo pousio curto em decorrência da diminuição da disponibilidade de terra. A redução do tempo de pousio provoca o uso de novas ferramentas de trabalho e de novas técnicas (BOSERUP, 1987). No caso dos reassentados, a eliminação do antigo sistema das “roças de toco” teve a ver com a impossibilidade das terras serem trabalhadas nos moldes anteriores, muito embora as terras tenham quantidades maiores do que estavam acostumados a lidar. Não havia forma de se fazer as roças nos mesmos moldes, portanto, o que provocou a mudança nos padrões produtivos não foi uma latente vontade de mudar, mas a própria necessidade da mudança.

⁴⁵A autora afirma que vários métodos de cultivo intensivo já eram conhecidos desde a Antiguidade, mas pouco utilizados até que a população urbana passasse a demandar mais alimentos e a população rural proporcionasse a força de trabalho necessária para o cultivo mais intensivo.

Uma questão importante ao se abordar os novos desenhos de uso das terras pelos reassentados é o papel da assistência técnica para os grupos. Essa assistência foi garantida através do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), durante os primeiros quatro anos, com o intuito de contribuir no processo de reconhecimento e adaptação às novas terras. Nos antigos territórios vividos pelos agricultores, não havia qualquer tipo de assistência técnica especializada; todo o repertório de conhecimento construído ao longo do tempo foi elaborado e acumulado através de gerações, e embora não seja um conhecimento sistematizado, é de grande complexidade, e os auxiliou nas formas eficientes de uso da terra. A assistência técnica recebida pelos grupos após serem reassentados teve pouca importância, e menor ainda entre os reassentados que permaneceram nos municípios de origem, tendo um papel quase que exclusivo de elaboração de projetos produtivos, aspecto este não dominado pelos agricultores - o de escrever projetos. Assim, o que a assistência técnica conseguiu foi basicamente uma prestação de serviços limitada, pois os grupos usam os serviços oferecidos em proveito individual, familiar e comunitário, mas resistem ao controle que essas ofertas impõem (BRANDÃO, 1983).

Em alguns casos, para os reassentados que mudaram de município e foram para regiões mais dinâmicas, a assistência técnica desempenhou algum papel, mas pontual, na incorporação de novos padrões produtivos. Contudo, as transformações tiveram mais relação com as novas terras e com as novas redes sociotécnicas que foram sendo construídas do que propriamente com a orientação técnica que receberam. Os grupos até receberam os técnicos, às vezes, usaram algum tipo de serviço prestado, mas não necessariamente participaram de suas propostas, ou assumiram como sendo suas, nem tampouco as incorporaram em suas vidas. Essa reação, que muitas vezes é vista como apatia técnica pelos de fora, é, na verdade, uma forma de resistência, como afirmou Brandão (1983).

No caso específico dos grupos pesquisados, foram primordialmente os fundos de manutenção - na perspectiva de Wolf (1970) - que sofreram grandes ajustes a partir das novas relações que os agricultores tiveram que estabelecer com a natureza e os recursos naturais. As determinações técnicas impostas pelas novas terras exigiram fundos para manutenção dos novos sistemas produtivos, não só para tocar suas lavouras como também para formar suas áreas de pasto. Diante disso alguns grupos conseguiram com mais facilidade formar esses fundos, outros com menos, mas todos precisaram readequar esses fundos de maneira a conseguir de alguma forma bancar os novos modos possíveis de produção.

Isso é resumido na fala de um agricultor:

Agora para formar gasta: tem que desmatar, a gente não tem condição de desmatar, tem que comprar o capim prá plantar, porque o que a gente tem às vezes não dá, também às vezes não é adequada prá plantar naquele resto, e também colhe pouca semente, às vezes passa da hora de colher, tem que gradear a terra, tem que arrumar um trator prá gradear prá depois plantar o capim. (Informação verbal)⁴⁶

São muitos os gastos para tocarem suas lavouras nos novos padrões, e muitas vezes esses gastos advém de outras fontes, e não da própria agricultura:

O dinheiro prá lavoura, tira do gado, porque de outro lugar não paga. Se eu for tirar da farinha eu vou ter que fazer de 12 a 15 sacos de farinha prá pagar esse trator. [...] Por exemplo: quando é o tempo da planta, da plantação de terra, eu vou gastar aí 500, 600 reais de hora de trator, que é o normal. Aí eu tenho que vender um bezerro, uma criação. (Informação verbal)⁴⁷

⁴⁶Relato fornecido por D. Francisca, reassentamento Bela Vista, Botumirim.

⁴⁷Relato fornecido por Sr. Antônio, reassentamento Nova Esperança de Itacambira, Itacambira.

Outra importante questão a ser abordada dentro das estratégias de uso da terra é o papel da comercialização entre os grupos reassentados. Mesmo não ocupando uma posição principal entre as atividades de comunidades rurais, as trocas mantidas com o mercado eram uma das estratégias desenvolvidas pelos grupos pesquisados nas terras de origem e continuam a ser exercidas nos reassentamentos, com antigos e novos contornos, ajudando a compor as estratégias.

Na origem a lavoura era principalmente a forma de garantir a alimentação da família, muito mais do que para ser comercializada, não que não fossem, mas aconteciam principalmente nas feiras. Assim continuou entre os reassentados que permaneceram na mesma região. Contudo, essas relações comerciais passaram a acontecer na maioria das vezes no entorno da própria comunidade. Houve uma intensificação dessas relações, tendo em vista que antes, nas comunidades de origem, as distâncias eram maiores, e no reassentamento o contato com a vizinhança passou a ser de mais fácil acesso. Já para os reassentamentos que mudaram de região as relações comerciais foram, em diferentes proporções, intensificadas após o período inicial de adaptação, mudando também as características: a tendência mais forte das relações comerciais passou a ser com a cidade, tanto para a compra como para a venda, porém com certo grau de dificuldade até que passaram a ser conhecidos nos novos territórios.

Diante das novas terras, com dimensões maiores que as terras originais e com qualidade bastante diferente daquela em que eram habituadas a lidar, as famílias reassentadas foram montando novos sistemas de produção. Os sistemas originais, baseados nas “roças de toco” deixaram de existir nos novos territórios e os novos sistemas de produção desenhados pelas famílias são comparativamente mais integrados aos mercados. Esse novo padrão produtivo exigiu, em diferentes proporções, maquinário, sementes, adubo químico,

defensivos, numa combinação que varia em cada um dos reassentamentos pesquisados, de acordo com os tipos de terras e a região em que estão situados. Em alguns reassentamentos o uso desses insumos externos acontece somente por meio de máquinas alugadas para gradear; em outros a integração se dá através de uso de um pacote técnico bem mais completo e arriscado.

Mas, se a mudança no padrão produtivo foi incorporada em todas as novas comunidades rurais, tanto as que se realocaram em terras de melhor qualidade, quanto as que foram para aquelas de qualidade inferior, as formas de sustentação desses novos padrões não se equiparam: é necessário renda em dinheiro para montar e manter a produção, e depende diretamente da capacidade da unidade familiar gerar um montante de dinheiro que a sustente. Isso acaba por gerar condições mais favoráveis para uns grupos e menos favoráveis para outros, na medida em que algumas áreas conseguem sustentar o novo padrão produtivo, através da receita monetária gerada na unidade produtiva, e outras, por sua vez, não. Dessa forma, a qualidade das novas terras, bem como a região em que estão localizadas, dão as medidas da mudança nos modos de vida dessas famílias, que se tornam mais decisivas para os grupos que conseguem arcar com os custos da dependência do mercado. Por outro lado, essas mudanças são mais brandas entre aqueles que não mantêm relações ativas com o mercado.

Assim, em todas as comunidades pesquisadas houve mudança nas formas de produção material e imaterial das famílias, reflexo dos novos ambientes ocupados e das novas redes sociotécnicas que foram sendo construídas; contudo essa mudança ocorreu em diferentes proporções, de acordo com as terras e a região para onde foram realocados. Mesmo os grupos que permaneceram no município ou na mesma região passaram por significativas mudanças em seus sistemas produtivos, reflexo da mudança do tipo de ambiente que passaram a dispor, pois embora estivessem na mesma região, os ambientes variaram muito, sendo muito diferentes do complexo grotas-chapadas a que

estavam habituados a produzir. Isso traz à discussão o papel central do capital ecológico descrito por Ploeg (2009a) na determinação da condição camponesa, fundamento da autonomia, sendo que essa base de recursos não é estática e sofre crescente pressão, seja por mecanismos internos ou por pressões externas. E foi exatamente dessa forma que os reassentados de Irapé construíram e reconstruíram relações com o ambiente e os recursos naturais, criando não só formas materiais e bens, mas também relações sociais e simbólicas.

Ao se deslocarem para outra região ocorreu um desencontro entre seus saberes tradicionais e os novos espaços ocupados, que precisou ser atualizado, num esforço para aprenderem sobre o novo local, reconstruírem referências em suas redes de relações no novo espaço: é o esforço da reconstrução. Assim, o desafio colocado para os reassentados é reconstruir suas vidas de maneira a garantir a produção material e imaterial em ambientes com recursos diferentes e sociedades rurais com relações também diferentes, através de novos arranjos produtivos. É o desafio esperançoso de construir uma nova vida possível.

7.1.1 As redes de relações dando o tom aos sistemas produtivos

De uma maneira geral, tanto a mudança de região quanto a permanência no Vale do Jequitinhonha implicaram em mudanças nas cadeias de relações pessoais, no conhecimento local e na rede de serviços usada pelos reassentados, muito embora cada grupo tenha estabelecido redes de relações específicas. As quais passaram a influenciar seus modos de vida e de trabalho, pois ao saírem de suas terras de origem para os locais de reassentamento houve um desencontro entre seus saberes tradicionais, que precisou ser adaptado, num esforço para aprenderem sobre o novo local, reconstruírem referências e atualizarem seus saberes no novo espaço. As novas redes sociotécnicas foram construídas pelos

reassentados de formas diferentes em cada novo local. Há uma troca de conhecimentos que acontece entre eles e o local para onde foram realocados.

Para os reassentados que se deslocaram para municípios fora do Vale do Jequitinhonha, com características diversas, as mudanças foram mais significativas, visto que além da reconstrução de referências para lidar com as novas terras também tiveram que adequar relações de outra natureza, como as de reciprocidade e as comerciais. As novas bases de produção material são as mais visíveis quando se analisa as mudanças nas redes de relações. Assim, os novos padrões de produção foram determinados, não somente pelos novos ambientes tão diversos do ambiente original desses grupos, como também relações que os grupos foram estabelecendo. De uma maneira geral, esses novos sistemas de produção são comparativamente mais integrados aos mercados do que o sistema de lavoura que era feito por esses grupos: exigiu maquinário, sementes, adubo químico, defensivos, numa combinação que variou de intensidade em cada um deles, de acordo, principalmente, com as características da região.

Com relação ao estatuto produtivo dos grupos reassentados fora da região do Jequitinhonha ocorreu uma mudança que qualifica determinados processos -principalmente o uso do trator - e desqualifica outros - roça de toco, cultivo de autoconsumo, mas essa desqualificação não eliminou a validade de seus saberes tradicionais, e isso pôde ser percebido de diversas formas: seja através da busca por terras de cultura dentro de seus lotes, mesmo indo de encontro com as áreas delimitadas pelos agentes responsáveis pelo acompanhamento técnico do grupo, seja pelo uso de sementes de paiol, seja pela rejeição ao uso de defensivos e adubos químicos em suas lavouras, seja pela troca do gado por espécie mais adequada às suas condições. Essas podem ser consideradas formas de persistência dos fundamentos da cultura camponesa que contribuem para a ampliação da autonomia (PLOEG, 2009a).

Já nos reassentamentos que permaneceram no mesmo município (em Botumirim e em Cristália), ou no mesmo território (em Itacambira), as redes sociotécnicas não determinaram mudanças tão incisivas nos sistemas produtivos, pois seus canais de circulação do saber não se romperam bruscamente. As mudanças que ocorreram foram mais em função das terras recebidas, e ficaram mais “limitadas” por causa da baixa capacidade de sustentação de padrões mais intensivos de produção. Como essas famílias receberam terras com baixa fertilidade e com pouco capital ecológico disponível, não conseguiram bancar esse tipo de sistema produtivo. Assim, com a necessidade de despende com a produção, os reassentados foram adaptando esses novos padrões às suas próprias condições, já que não possuem receita suficiente para arcar com a nova base técnica exigida nos reassentamentos.

Dessa forma, o modo de plantar passou a ser outro, incorporando o que era viável e rejeitando o que era incompatível com seus recursos. Também houve a tentativa de usar mais adequadamente e de forma mais sustentável os recursos naturais das áreas que passaram a ocupar, numa tentativa de conservar os ambientes para que gerassem modos de vida que fossem possíveis de serem sustentados num espaço de tempo maior.

Essa aprendizagem sobre novas formas de lidar com essas terras de fertilidade inferior se deu principalmente através da vizinhança, composta por pequenos agricultores, num trabalho de construção de novas redes de relação. Em Itacambira a vizinhança tem perfil econômico semelhante ao do grupo, e mesmo aqueles que possuem uma melhor condição financeira não são muito diferentes dos reassentados: “a região tem um pessoal remediado, não é de grandes fazendeiros”. O mesmo acontece entre os reassentados de Cristália (Comunidade Piedade) e Botumirim (Reassentamento Bela Vista). O fato de estarem no mesmo município, ou na mesma região, fez com que mantivessem ativa uma parte de seus repertórios de conhecimentos.

A mudança de ambiente, principalmente a mudança na qualidade das terras, exigiu um trabalho de construção e reconstrução de referências, através das novas redes de relações que foram sendo estabelecidas entre eles e os sujeitos do próprio local. E esses sujeitos, embora em condições de vida material mais ou menos semelhantes, já que os reassentados mantiveram-se na mesma região, utilizavam técnicas de produção diferentes, e acabaram por exercer grande influência na construção dos novos sistemas produtivos. Os reassentados passaram a usar técnicas produtivas utilizadas pelos agricultores vizinhos - aquelas consideradas importantes diante dos novos tipos de terras - num esforço para redefinir padrões a partir do próprio conhecimento sobre a lida com a terra. O que se montou foi uma mistura do conhecimento camponês com regras e elementos que não eram originalmente do grupo, mas que expressa sua vivência nos novos territórios e possui uma lógica própria, que permeia todos os espaços da vida e do trabalho.

Pode-se afirmar que novos espaços sociotécnicos foram sendo construídos ao longo dos anos para serem usufruídos pelas famílias reassentadas. As novas redes estabelecidas com os agentes externos influenciaram novas formas de relação com o ambiente e com os recursos naturais disponíveis, exercendo grande influência nas mudanças dos sistemas produtivos dos grupos reassentados, que variaram de acordo com o território para onde foram realocados. Quanto mais diferente o lugar para onde foram, maiores as diferenças nos padrões produtivos, maior a diferença técnica na agricultura.

É importante considerar que as mudanças nos sistemas produtivos vão além de uma mudança de técnica - são mudanças na relação com os bens e os recursos, mas que acontece somente após passar por um processo de redefinição. Essas mudanças mostram também que “os lavradores agem com cautela, porque sabem onde a situação aperta”.

7.1.2 Uma certa inoperância

Além dos tipos de terras recebidas que induziram mudanças nos padrões produtivos, os reassentados também receberam influências no sentido de modificar o padrão técnico da agricultura através de agentes envolvidos no processo do reassentamento. É fundamental refletir sobre como o desconhecimento por parte dos agentes externos responsáveis pelos reassentamentos provocou erros nos caminhos da reterritorialização.

Estes agentes cometeram consideráveis erros. Um dos grandes erros foi a escolha das áreas para lavoura feita pelos técnicos no início da mudança. Investiram esforços e recursos para que os reassentados tocassem suas lavouras em terras de chapada, que os agricultores consideraram impróprias: gradearam, corrigiram com calcário, adubaram, mas foram incapazes de entender a lógica dos agricultores que sempre consideraram essas as piores terras para se fazer roça. Também fecharam os olhos para o desinteresse das famílias reassentadas em continuar bancando nos anos subsequentes todo o aparato técnico que esse padrão produtivo exigia. Assim, ignoraram o conhecimento dos agricultores, impuseram um sistema produtivo, e com isso atrasaram o reconhecimento das melhores terras para plantio dentro de lotes e fizeram com que as famílias perdessem consecutivamente as lavouras.

Erraram também com relação ao abastecimento de água para as famílias. Os lavradores estavam habituados a morar perto dos rios e córregos, em que a água “corria na porta de casa”. Nos reassentamentos a água passou a ser fornecida através de poços artesianos, resultando nos gastos em dinheiro, na medida em que passaram a ter que pagar pela água: bombeamento através de energia elétrica fornecida pela Cemig - e, ironicamente paga - e pelos custos de manutenção das bombas. Isso gerou conflitos internos nos grupos, decorrentes das contas de energia, pois nem todos tiveram condições de arcar com esses

custos. Diante desse problema, as famílias reassentadas tiveram que buscar alternativas, como águas que pudessem chegar por gravidade, caixas de captação da água de chuva, perfuração de cisternas. Foram alternativas mais viáveis, tanto do ponto de vista da qualidade do abastecimento, como do ponto de vista dos custos; essas saídas os agentes externos não enxergaram quando pensaram nos reassentamentos, gerando sérios prejuízos às famílias e gastando recursos sem êxito.

Erraram na construção das casas dentro de um padrão que não estava de acordo com os costumes das famílias. Os quartos foram construídos próximos à sala, logo na entrada da casa, numa disposição que não era comum entre eles. Nas suas casas originais os quartos ficavam distribuídos pelo corredor comprido, e não eram vistos ao se adentrar pela casa, mantendo a privacidade da família. Os fogões à lenha que foram construídos pela Cemig estavam totalmente fora de medida, além de estarem em lugar impróprio, praticamente abertos ao tempo. A ideia de esquentar a água para o banho através da serpentina sobre o fogão não durou mais do que o primeiro mês, pois o calor do fogão furava o material da serpentina, que por sua vez fazia molhar o fogão, provocando grandes transtornos. Com isso, as famílias, assim que tiveram condições, construíram seus novos fogões nos locais apropriados e dentro dos seus padrões. Essa questão trouxe grande desgaste às famílias, porque a alimentação e o preparo dela têm uma grande importância entre agricultores, e impossibilitados de fazerem dentro de seus costumes, provocou grandes descontentamentos e dificuldades de adaptação, até que puderam corrigir a situação.

Erraram também na assistência técnica, tanto na intervenção que causou prejuízos, quanto na ausência sistemática dos técnicos nas áreas. Os prejuízos foram em diferentes frentes: 1) quando sugeriram que haveria apenas uma forma viável de produzir nas novas terras e que essa forma era através de insumos vindos de fora, provocando dúvidas entre os agricultores com relação às suas

práticas costumeiras; 2) quando induziram as famílias a comprar gado dentro de trâmites que não faziam parte de suas rotinas, fora dos padrões a que estavam acostumados, passando pela burocracia dos órgãos de fiscalização e onerando as relações comerciais; 3) quando não mantiveram visitas técnicas regulares aos lotes para sanarem as eventuais dúvidas que foram surgindo na lida com as novas terras, principalmente sobre as novas “pragas” na lavoura que antes não eram conhecidas. Enfim, uma série de ações que estamparam o desconhecimento e que levaram a um atraso no refazimento da vida dessas famílias.

Através do Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre empreendedor e atingidos, os reassentados tiveram garantida a assistência técnica durante os primeiros quatro anos de vida nos reassentamentos, prorrogada posteriormente por mais quatro anos. Essa assistência é oferecida através de convênio pela EMATER-MG - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais, vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado de Minas Gerais.

A assistência técnica é um ponto de tensão nos reassentamentos, primeiro porque a Emater é considerada um “braço” do empreendedor, causando assim desconfiança quanto às suas ações; segundo porque o serviço prestado desagrada aos grupos pela falta de regularidade e pelo desconhecimento muitas vezes demonstrado pelos técnicos. Um agricultor comentou que

pra falar a verdade a Emater não está 100% prá nós, não. Eu falo. A Emater, ela tinha que pelo menos uma vez por mês visitar a lavoura, ou pelo menos dois meses. Aqui passa quantos meses sem eles vim aqui? Então eu sou sinceramente de dizer a verdade, eu não vou puxar saco de ninguém, aqui tem demorado até três, quatro meses sem a Emater vim aqui. Eu quero ver quem fala prá mim que é mentira. (Informação verbal)⁴⁸

⁴⁸Relato fornecido por D. Vânia, reassentamento Nova Esperança, Francisco Dumont.

Na maioria dos casos, essa assistência técnica limitou-se, principalmente, à elaboração de projetos produtivos para a captação de recursos via Pronaf⁴⁹. Contudo, embora a relação entre reassentados e técnicos gire em torno dos projetos produtivos, os grupos conseguiram firmar suas posições e modos de vida, incorporando aquilo que poderia ser incorporado, depois de passar por um processo de redefinição dentro de sua lógica interna, e ignorando tacitamente aquilo que não faça sentido para eles. Assim, os grupos usam os serviços oferecidos em proveito familiar e comunitário, mas resistem ao controle político que essas ofertas impõem (BRANDÃO, 1983). Sobre o papel da assistência técnica, um agricultor afirmou:

serve mais prá fazer o projeto [...] ele não sabe qual o remédio usar no gado, não entende muita coisa. Além de ficar muito tempo sem visitar o reassentamento. (Informação verbal)⁵⁰

Uma demonstração do desconhecimento por parte dos agentes técnicos e dos limites claros da assistência aconteceu quando um dos grupos reassentados recebeu um curso sobre preparo de hortas. Foi bastante pretensioso, ou demasiadamente ingênuo, por parte da assistência, acreditar que entre os lavradores do Jequitinhonha houvesse alguém que não soubesse plantar horta, ou havendo esse alguém, que dentro do próprio grupo não houvesse alguns muitos especialistas no assunto. E a reação, mesmo com toda a gentileza típica dos agricultores, foi tácita: “a gente escutou, porque ficava ruim falar que nós já sabíamos o que tava falando” (Sr. Antônio, reassentamento Nova Esperança de Itacambira, Itacambira).

⁴⁹O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária e está vinculado à Secretaria da Agricultura Familiar - Ministério do Desenvolvimento Agrário.

⁵⁰Relato fornecido por Sr. Domiciano, reassentamento Nova Esperança, Janaúba.

Mas mesmo não se interessando direta e prontamente por qualquer tipo de proposta pensada pelas cabeças dos técnicos, com uma participação ilusória ou mitificada, identificam esse contato como oportunidade de diálogos técnicos, como já destacado por Sabourin (2001).

A realidade dos reassentados de Irapé mostra que a assistência técnica continua sendo limitada, sem provocar mudanças efetivas e servindo mais para compor relatórios técnicos do que para contribuir com as famílias agricultoras. Os técnicos continuam desconhecendo os sujeitos com quem trabalham, ignorando suas demandas, seu conhecimento, suas razões e sua técnica. Não há de se ter ilusões quanto a isso; os agricultores já não as têm.

7.1.3 Uma via que é de mão dupla

Da mesma forma como sofreram influências dos sujeitos locais, os reassentados também exerceram influência sobre eles: foi uma via de mão dupla, onde se aprendeu, ensinou, influenciou e foi influenciado. As sociedades camponesas organizam-se economicamente apoiadas em unidades produtivas individuais, mas ao mesmo tempo se desenvolvem nos limites da comunidade, onde se efetua a sociabilidade (WOLF, 1970).

A construção das redes sociotécnicas é constante, segue todas as direções, principalmente entre sujeitos que possuem condições semelhantes, como nos casos em que os reassentados permaneceram no Alto Jequitinhonha. Um exemplo que deixa isso bastante evidente é em Itacambira, onde a vizinhança não tinha o costume de plantar o feijão andu, e quando viram que os reassentados plantavam e colhiam, passaram também a conduzir esse tipo de lavoura, e atualmente “todo mundo tem sua roça de andu na vizinhança”.

Outro exemplo é em Água Boa, onde os reassentados exerceram grande impacto entre os agricultores da região e empregados das fazendas que possuíam

pequenas glebas de terras para trabalhar para si, mas que só lidavam com o café, e não produziam nada para o autoconsumo. Quando os reassentados chegaram à região e tomaram conhecimento dessa realidade buscaram entender o que acontecia, mas era impensável para eles não mexerem com roça, e passaram a tocar suas lavouras independente do que observavam na região, da vizinhança, e do que era dito sobre a possibilidade da terra. Passaram a fazer suas roças, embora sob novos padrões, guiados pela forma com que começaram a lidar com lavoura de café. E a vizinhança ao ver o grupo recém-chegado plantando e colhendo, foi influenciada e passou a trabalhar com lavouras para autoconsumo, transformando a composição de sua produção agrícola.

Percebe-se com essas comunidades rurais, que nunca são completamente isoladas, e por mais que mantenham uma dinâmica bastante específica de vida e de trabalho, é através da dependência em relação ao mundo exterior que se integram à sociedade (SABOURIN, 2001). Além disso, não separam os momentos técnicos e sociais em departamentos isolados, tudo acontece através de uma dinâmica complexa e de uma experimentação dialogada.

7.1.4 Redes de reciprocidade, técnicas e comerciais

As novas redes sociotécnicas foram sendo construídas e tiveram grande importância no que diz respeito às mudanças nos sistemas produtivos dos grupos reassentados, que por sua vez variaram de acordo com o local para onde foram realocados. Mas, se por um lado, os reassentados que optaram por terras de melhor qualidade, mesmo longe de seus locais de origem, conseguiram montar e manter os novos sistemas produtivos, por outro lado sofreram com a perda das relações de reciprocidade no novo território com padrões socioculturais diversos. Já os reassentamentos que se mantiveram na região conseguiram manter parte da antiga cadeia de relações, aproveitaram grande parte de seus conhecimentos

locais, e continuaram a utilizar uma mesma rede de serviços. O fato de terem permanecido no município de origem lhes garantiu a manutenção, ou a facilidade de adaptação, às novas relações de reciprocidade, técnicas e comerciais.

Para aqueles que foram para regiões diferentes a cadeia de relações ficou restrita, havendo uma resistência dos vizinhos e também dos moradores das sedes dos municípios, que a princípio não compreendiam a história da chegada dos grupos na região. Onde o estranhamento não aconteceu por parte da vizinhança, acabou acontecendo por parte dos próprios reassentados: alguns grupos tiveram boa recepção na chegada, mas por desconhecerem a região se isolaram nos primeiros anos, não retribuindo visitas e afastando-se dos vizinhos ‘de fora’.

O ato de visitar significa uma porta que se abre para o começo de uma relação que poderá se tornar um elo forte entre as famílias, e se propagar por gerações, podendo resultar inclusive em relações muito próximas; mas a não retribuição da visita rompe, pelo menos naquele momento, com a possibilidade dessa relação mais sólida. Visita é ato que se paga com visita.

Assim, as relações sociais foram estabelecidas entre a vizinhança, que é dividida em todos os reassentamentos pesquisados entre “vizinhança de dentro” e “vizinhança de fora”. É na comunidade que ocorre a sociabilidade, dando sentido à atividade camponesa (WOLF, 1970). Os vizinhos de dentro são aqueles que faziam parte da mesma comunidade de origem, “foi criado tudo junto”. Existem alguns casos em que o grupo reassentado foi formado por famílias de diferentes comunidades de origem, mas que possuíam relações de parentesco ou proximidade.

O fato de terem conquistado o direito de manterem, em grande parte, as mesmas relações de vizinhança que tinham na origem, evitando a pulverização das mesmas, foi muito importante para que as relações sociais não fossem

completamente destruídas pelo desalojamento a que foram submetidos. “No começo o que foi mais fácil foi que as famílias vieram junto, então a gente não estava tão desamparado, tão sozinho”. (Informação verbal)⁵¹

Com a vizinhança de fora, formada por moradores que estavam no local antes do grupo chegar - empregados das grandes fazendas, agricultores com características semelhantes a do próprio grupo -, as relações variaram. Para aqueles que permaneceram na região houve uma maior facilidade na aproximação, faziam parte de uma categoria comum: agricultores familiares do Alto Jequitinhonha; e isso os aproximou imediatamente. Já aqueles grupos que saíram da região enfrentaram maiores dificuldades, e a vizinhança não compreendia a condição de reassentados, com isso houve estranhamento e distanciamento, principalmente durante os primeiros anos.

A sociabilidade camponesa também é bastante marcada pela religiosidade, sendo a vida religiosa um elemento importante para manter o elo entre família e povoado (CÂNDIDO, 1979). Entre os reassentados essa forma de solidariedade manteve-se, certamente com mudanças. Em maiores ou menores proporções a religião contribui para manter parte das antigas redes sociais e a construir parcela das novas. Os fundos cerimoniais tratados por Wolf (1970), que devem ser pagos por meio de trabalho, bens ou dinheiro para despesas associadas às relações sociais, são mais evidenciados nos grupos católicos, devido aos festejos que acontecem. Durante todo o ano são realizadas novenas em que são arrecadados dinheiro para a festa do padroeiro da comunidade – o festejo, que acontece anualmente.

Devido as novenas que a comunidade faz prá arrecadar dinheiro pras festas da comunidade, festa da igreja; eles põe nós de novenário. Nós já fomos novenário em Canta Galo,

⁵¹Relato Fornecido por D. Delmira, reassentamento Nova Esperança, Francisco Dumont.

padre Felipe, Toazinho, Crispim, Salto. Esse ano nós puxou todo mundo também. (Informação verbal)⁵²

Entre os grupos pesquisados, existe um deles – o reassentamento em Janaúba - em que a religião é o grande unificador: é um grupo de parentes unidos através da igreja evangélica. Consideram a igreja e a comunidade uma coisa só, “um dos principais [elos] para o relacionamento [...] [a religião] está pregada na comunidade”.

As relações sociais são compostas também pelas redes comerciais estabelecidas que se desenvolvem nos limites da comunidade. Com relação a essas novas relações que foram sendo construídas após as mudanças para os reassentamentos, houve diferença significativa entre os grupos. É importante destacar que as cidades das sociedades de economia agrícola são diferentes das cidades dos sistemas econômicos industriais, onde há concentração das atividades financeiras, políticas e industriais. Já nas cidades de economia agrícola prevalecem as funções comerciais, artesanais, administrativas e religiosas (DURHAM, 1984).

Para aqueles que se deslocaram do Jequitinhonha, as relações comerciais também se diferenciaram, mas o que foi comum nos primeiros anos de adaptação foi o fato de estarem com o dinheiro das indenizações, o que facilitava as compras. Por outro lado, para venderem seus produtos encontraram grandes dificuldades, principalmente em Janaúba, onde “existe uma relação boa prá comprar do comerciante, mas não existe uma relação boa prá vender prá ele”. Em Francisco Dumont depois dos dois primeiros anos passaram a comercializar na feira local, que é tão nova quanto o grupo reassentado no município; também passaram a vender para os comerciantes locais, que começaram a reconhecer e a comprar seus produtos. Em Água Boa o grupo reassentado passou a construir

⁵²Relato fornecido por D. Piedade, reassentamento Nova Esperança de Itacambira, Itacambira.

suas redes comerciais no município vizinho - Capelinha -, que é maior e tem economia mais dinâmica, além de ser um município conhecido entre os reassentados, tendo em vista que é vizinho do município de origem do grupo (Turmalina); com isso não tiveram dificuldades de dinamizar suas redes comerciais, embora não tenham sido no município de destino.

Nos reassentamentos que permaneceram no mesmo município ou na mesma região, as relações comerciais tornaram-se mais fáceis e são apontadas como uma grande vantagem que obtiveram. Consideram que as possibilidades de comercialização estão bem melhores do que estavam nas terras de origem, já que lá tinham muitas dificuldades de acesso: as grotas onde moravam eram muito fundas e tudo aquilo que compravam ou vendiam fora era carregado nas costas por longas distâncias.

Dessa forma, nos novos espaços de vida e de trabalho, novas redes de relações foram estabelecidas de acordo com a economia local a que passaram a fazer parte. Se por um lado os tipos de terras exigiram uma aprendizagem sobre a forma de lidar, as novas redes sociotécnicas, por sua vez, determinaram o tamanho e o sentido da mudança.

O processo de reterritorialização pela qual as famílias reassentadas vivem reforça a ideia de que as comunidades camponesas embora recebam as agências de mediação e às vezes se utilizem dela, não necessariamente participam de suas propostas e as incorporam em suas vidas. Assim, o que mais influenciou os modos de ser, viver e fazer dos grupos reassentados foram as redes de relações que estabeleceram entre os agentes internos/externos de diferentes tipos, e que determinaram os novos lugares das redes de reciprocidade (compadrio, parentesco, ajuda mútua) e das redes técnicas e comerciais, regidas por regras de intercâmbio e do mercado.

7.2 A migração em novos territórios

Dentro do sistema de reprodução social dos agricultores do Alto Jequitinhonha, a migração sazonal era uma importante estratégia para as famílias, que reforçava a manutenção do grupo social, sua permanência e reprodução na terra. Essa mobilidade característica do campesinato no Jequitinhonha não deve ser interpretada num sentido negativo, mas como uma condição estruturante. Esses agricultores mantiveram, ao longo do tempo, uma mobilidade condicionada pela busca de recursos e proporcionada pelas fronteiras agrícolas ainda abertas. A sua fixação espacial nos moldes tratados aqui - que criou os fortes vínculos com os espaços de vida e de trabalho - é apenas relativa. O fechamento da fronteira agrícola, o contexto particular da região e a vitória na disputa intra e extrafamiliar por terra os colocou fixos; contudo não eram fixos, “estavam” fixos. Portanto, essa mobilidade não é nova, começou já no século XIX, quando as condições de sobrevivência impulsionaram a população a migrar para o leste - região da floresta atlântica, hoje vales dos rios Mucuri e baixo Jequitinhonha - em busca da fertilidade da terra e em busca da terra. E essa mobilidade é uma característica do próprio campesinato brasileiro, que é marcado pela busca por um novo lugar contra o cerco da terra (MARTINS, 1990).

No caso presente, o deslocamento compulsório dessas famílias atingidas pelo barramento do rio Jequitinhonha implicou na construção de novas relações nos novos espaços para onde foram reassentados. Mas, essa reespecialização não é algo novo para essa população, o que há de novo é o contexto da mobilidade: compulsória, regulamentada, baseada em novos parâmetros de acesso ou não a recursos naturais e técnicas produtivas.

A mudança de região, ou a permanência nela, provocou resultados distintos no processo de reterritorialização: implicou em mudanças nas cadeias

de relações pessoais, no conhecimento local e na rede de serviços usada pelos reassentados. E nesse contexto os processos migratórios ganham importância e peso para compreensão do processo de reterritorialização. Se nas terras do Alto Jequitinhonha os agricultores migravam por motivos vários - rito de passagem, estratégia para não fragmentação da terra, capitalização - nos novos espaços seriam as mesmas causas que as provocariam? Diante de novas terras, que além de terem características diversas, têm extensões maiores, o que conseqüentemente minimiza o risco de escassez e fragmentação, e nesse movimento para construir a imobilidade, já que restringe o lavrador ao espaço restrito do lote, o que levaria as famílias a enviarem seus membros para fora? Portanto, a compreensão dessas causas que justificam a migração nas novas terras é, assim, relevante para entender a reterritorialização das famílias reassentadas.

Diante das novas terras, as famílias reassentadas foram montando novos sistemas de produção. De uma maneira geral, os novos sistemas de produção desenhados pelas famílias reassentadas baseiam-se no uso de insumos vindos de fora, num sistema mais integrado aos mercados. Mas, se a mudança no padrão produtivo foi incorporada em todas as novas comunidades rurais, tanto as que se realocaram em terras de melhor qualidade, quanto as que foram para aquelas de fertilidade inferior, as formas de sustentação desses novos padrões não se igualam: é necessário receita em dinheiro para montar e manter a produção, e depende diretamente da capacidade da unidade familiar gerar um montante de dinheiro que a sustente. Isso acaba por gerar condições mais favoráveis para uns grupos e menos favoráveis para outros, na medida em que em algumas áreas se consegue sustentar o novo padrão produtivo, através da receita gerada na unidade produtiva, e em outras, por sua vez, não.

Assim, o desafio colocado para os reassentados é reconstruir suas vidas de maneira a garantir sua produção material e imaterial em ambientes com

recursos diferentes e sociedades rurais com relações também diferentes, através de novos arranjos produtivos. A migração, em diferentes proporções, aparece como parte dessa reconstrução, ganhou novos contornos e ainda carrega consigo as antigas causas que antes eram determinantes.

Assim, buscou-se compreender algumas relações importantes que envolvem a migração nos novos territórios:

- a) migração e situação da família: pressupõe-se que quanto mais “forte”⁵³ a família, menos necessidade de que haja migração entre seus membros para obtenção de receita extra nas condições de migrante, tendo em vista que essa receita poderá ser obtida dentro da própria unidade familiar, e no caso de famílias consideradas “fracas” a migração aparece como necessidade para manutenção e reprodução;
- b) migração e estratégia familiar: que tem a ver com as novas condições de produção material das famílias dadas pela elevação do seu patrimônio em função da conquista de direitos e indenizações - mais terra, assistência técnica e créditos, ou seja, em que medida a migração ainda é uma estratégia necessária para a reprodução social das famílias;
- c) migração e ajuste ecológico ao novo meio, em que se busca compreender se os novos ambientes criaram condições de permanência ou saída de alguns membros para que se dinamizasse o processo de reterritorialização;

⁵³Sobre a classificação dos agricultores do Alto Jequitinhonha em fortes ou fracos, ver Graziano e Graziano Neto (1983).

- d) os novos motivos da migração, em que se investiga se existem novas causas que se acrescentaram ao conjunto para estimular migrações;
- e) os destinos dos filhos nos espaços produtivos e a demanda por força de trabalho, ligando-os diretamente à questão da migração.

O Quadro abaixo demonstra as áreas pesquisadas, discriminando os reassentamentos e a ocorrência de migração nos grupos.

Quadro 4 Ocorrência de migração nos reassentamentos pesquisados de atingidos pela UHE de Irapé, 2011

| Reassentamento | Número total de famílias reassentadas | Número de famílias com algum membro migrante temporário | Percentual |
|----------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------------------------|------------|
| Nova Esperança, Janaúba | 18 | 0 | 0,0 |
| Nova Esperança, F. Dumont | 20 | 12 | 60,0 |
| Nova Esperança, Itacambira | 9 | 6 | 66,7 |
| Novo Horizonte, Água Boa | 19 | 0 | 0,0 |
| Piedade, Cristália | 11 | 2 | 18,18 |
| Bela Vista, Botumirim | 40 | 3 | 7,5 |

Fonte: pesquisa de campo, 2011

A migração continua tendo uma razoável importância para as famílias agricultoras reassentadas, e são, na maioria das vezes, os rapazes solteiros que seguem esse caminho. Mesmo que nas novas terras o risco de escassez e fragmentação possa ter sido minimizado, tendo em vista que os lotes possuem 40 ou 50 hectares, a migração ganha novas explicações. Há, pois, mudança no

processo migratório, mas há também permanência, pois diante de comunidades com traços culturais tão específicos, nem tudo pode ser desconstruído, e o que se pode afirmar de antemão é que o sentido, ou as causas da migração, continuam não sendo únicas.

Nos reassentamentos localizados nos municípios de Francisco Dumont e Itacambira, há presença significativa de migração, diferente do que ocorre nos demais; porém as causas que a explicam diferem entre si em grande medida. Em Francisco Dumont as terras adquiridas pelos reassentados, embora não sejam semelhantes às terras de origem, têm possibilitado às famílias construir estratégias de uso no longo prazo, tendo em vista a disponibilidade de certa parcela de terras agricultáveis que existem nos lotes:

a gente vai olhando assim prá terra e sabe que ela é uma terra tipo de chapada, misturada, uma parte boa. Não sei se é por causa da natureza do clima, só que ela não é uma terra de cultura normal. [...] todas as terras são boas, não tem terra ruim, mas tem umas partes que é melhor. (Informação verbal)⁵⁴

Assim, através do reconhecimento e aprendizagem sobre as novas áreas, as famílias vêm montando seus novos sistemas produtivos, formando suas áreas de plantio e pastagem, garantindo a produção material. Porém, mesmo a terra garantindo a produção material das famílias, a migração continua presente entre os jovens; praticamente todos os rapazes da comunidade anualmente migram para o mesmo destino que seus pais seguiam: vão para o corte de cana em São Paulo ou para a colheita de café no Sul de Minas. Os motivos da migração desses jovens são essencialmente dois: anseios de consumo e de conhecer o mundo.

⁵⁴Relato fornecido por Sr. Sr. Geraldo, reassentamento Nova Esperança, município de Francisco Dumont.

Embora a exploração das terras garanta a produção material, não é gerado fluxo de receita monetária suficiente para atender às demandas por consumo individual. Sobre a necessidade de “melhorar de vida” Durham (1984) afirma que a criação de novas necessidades acontece “em decorrência de uma quebra do isolamento relativo e inclusão numa economia competitiva”. Assim, para além das razões materiais, a migração também representa uma porta de entrada para o mundo do trabalho; dá oportunidade de vivência e conhecimento, inclusive para que deem valor ao que possuem em casa e que foi conquistado através do árduo trabalho familiar, dentro e fora das unidades produtivas. Por isso, dentro dos padrões vigentes na sociedade rural, não há oposição da família, e a migração é vista como possibilidade dos jovens iniciarem sua independência.

Em Itacambira, onde os percentuais de migração são consideráveis, esses mesmos motivos também levam os jovens a migrar. Mas, além disso, existe a necessidade de buscar receita em dinheiro para suprir os gastos com os novos sistemas produtivos adotados pelos agricultores. Aqui, não é somente a migração de jovens solteiros que acontece: ocorre também entre chefes de família. As terras adquiridas pelos reassentados são, em grande medida, impróprias para a agricultura nos padrões que eram habituados a trabalhar, e também não muito próprias para uso em agricultura intensiva, já que não cobrem os custos de produção quando são empregados insumos externos. Isso impôs um caro desafio: lidar com uma terra que não possui áreas “de cultura”, e que não assegura a produção material das famílias.

Com isso, esses novos sistemas produtivos passaram a exigir dos reassentados um maior fluxo de receita monetária para fazer frente aos custos de produção. Essa nova exigência passou a ser muitas vezes garantida através da venda de animais, geralmente bovinos, que outrora serviam como uma poupança ou garantia para gastos que eventualmente pudessem surgir na unidade familiar. Dessa forma, com novos sistemas de produção, novos custos gerados por eles, e

com a impossibilidade das terras garantirem esse fluxo de dinheiro, a migração aparece como importante estratégia de manutenção dos grupos familiares:

é o seguinte: igual aqui que tem a migração. Se o cara vai para o café ou para cana, ou outro serviço que dure aí três ou quatro meses, ele pode pegar o período de estiagem, ir prá fora e ganhar o dinheiro. Quando ele vem, ele fica três ou quatro meses, e faz a lavoura. Aí ele vai ter o produto e o dinheirinho, que serve prá ele juntar e dá prá fazer outra coisa. (Informação verbal)⁵⁵

Assim, a migração em Itacambira está relacionada a nova demanda por receitas em dinheiro, que por sua vez tem origem na baixa capacidade de suporte produtivo da terra, sendo esse um dos mais significativos motivos para as migrações temporárias. A persistência da migração em padrões semelhantes à origem também pode ser justificada pelo fato de estarem praticamente na mesma região, conservando grande parte das relações e dos destinos migratórios de antes; a vizinhança também migra, também para os mesmos locais: principalmente para o corte de cana no interior de São Paulo. Assim, embora os motivos não sejam os mesmos, já que migram para arcar com custos produtivos, os destinos, por sua vez, são. A direção da migração continua a depender, em grande parte, do costume do grupo. Continuam a migrar para as localidades onde tenha conterrâneos, amigos ou parentes.

A migração sazonal não faz mais parte das estratégias de reprodução social dos reassentados no município de Água Boa. Embora tenham ido para outra região, com terras e recursos naturais diferentes daqueles que estavam habituados a lidar, esses novos espaços têm lhes assegurado produção e rendas regulares. A receita gerada nas unidades familiares a partir dos novos sistemas

⁵⁵Relato fornecido por Sr. Antônio, reassentamento Nova Esperança de Itacambira).

produtivos, e principalmente através da adoção do café como produto principal, passou a garantir não só a produção material necessária, mas também um fluxo monetário capaz de manter a família na terra, sem necessidade da migração temporária:

hoje, o café, ele é um gasto grande que a gente tem [...]. A gente gasta, é um gasto todo ano, mas a gente tem que fazer as contas prá ver se tá sobrando alguma coisa. Então, mesmo com todo gasto que tem, quando ele produz ainda sobra alguma coisa. Hoje você paga prá panhar, você compra o calcário, compra o adubo e joga, paga a limpeza da lavoura. Mas aí, ainda sobra alguma coisinha. E é um investimento que a gente tá investindo. (Informação verbal)⁵⁶

No reassentamento situado em Janaúba as terras são consideradas de elevada fertilidade, e as estratégias de longo prazo, elaboradas pelos reassentados, vêm garantindo a manutenção das famílias. Mas, se por um lado, assegura a manutenção do grupo, por outro lado não é gerado um fluxo de dinheiro capaz de garantir o consumo individual dos jovens, o que os leva a quererem sair do reassentamento em busca disso. Contudo, “ir para São Paulo” não é mais o caminho a ser necessariamente percorrido: eles se deslocam em busca de ocupações no próprio município, que apresenta uma economia muito dinâmica. Buscam preferencialmente trabalhos urbanos na sede do próprio município em que foram reassentados para que possam garantir ocupação que lhes possibilite o consumo de bens desejados e também a convivência semanal com a família no reassentamento, mantendo seus vínculos com a terra. Outros jovens vão para Janaúba para conciliar o trabalho com os estudos, fazer cursos que lhes deem novas oportunidades. Dessa maneira, a saída do reassentamento é

⁵⁶Relato fornecido por Sr. Geraldo, reassentamento Novo Horizonte, Água Boa.

motivada principalmente pelas oportunidades de estudo e desejos de consumo dos jovens.

Frequentemente, é a absoluta ignorância da natureza das oportunidades educacionais existentes, que impede o encaminhamento dos filhos para as instituições de ensino. Todos conhecem a escola primária. Para além delas, entretanto, estende-se um mundo indefinido e desconhecido de cursos, cujo acesso é vedado pela falta de informação (DURHAM, 1984, p. 172).

No reassentamento em Água Boa a qualidade das terras e os novos arranjos produtivos eliminaram a migração, por meio do fluxo de dinheiro que passou a circular dentro das próprias unidades produtivas. Já no reassentamento em Janaúba, o que ocorreu, mesmo que também seja formado por terras de superior qualidade, foi um crescimento da mobilidade espacial, ou seja, uma busca por ocupações na sede do próprio município. Assim, se as terras em Janaúba, e os usos dados a elas, são capazes de sustentar todos os membros das unidades familiares, não são capazes, por sua vez, de impedir essa mobilidade espacial dos jovens em busca de educação e bens de consumo.

O que se percebe é que onde existe migração existe demanda por bens de consumo individuais e existe desejo de conhecer mundo, e essa libertação pessoal, esse “libertar-se da influência paterna” é recorrente nas sociedades rurais (DURHAM, 1984). Mas em cada reassentamento essa influência se manifesta com peso diferente.

A migração nos reassentamentos em Cristália e Botumirim, assim como em Itacambira, está relacionada à baixa capacidade de suporte da terra, incapaz de oferecer retorno monetário para bancar os custos dos novos sistemas de produção. Essas terras pouco agricultáveis demandam todo um aparato da produção intensiva em insumos vindos de fora, que por sua vez demanda um fluxo de receita para mantê-lo, e isso os colocou em uma situação de

precariedade. A migração, então, surge como estratégia para busca de dinheiro, é a necessidade de dinheiro que os faz sair. Uma das razões que explica o baixo percentual de migração nesses dois grupos de reassentamentos, comparando-se ao grupo de Itacambira, que também está reassentado em terras pouco agricultáveis, é o fato de não estarem desenhando novas estratégias de uso da terra no longo prazo com a mesma intensidade. O outro motivo que também justifica os baixos índices de migração nesses dois reassentamentos é que a migração motivada por desejo de consumo individual e desejo de se conhecer o mundo não acontece, tendo em vista o número reduzido de jovens solteiros. Assim, a migração como uma aventura pessoal do jovem que deseja melhora de vida e que é uma forma institucionalizada em muitas sociedades rurais (DURHAM, 1984), não acontece nesses dois grupos, em que a maioria das famílias não conta com jovens solteiros aptos a fazerem essa viagem⁵⁷.

Em todos os grupos a migração feminina é bastante pontual, sem números significativos. Mas, quando acontece é com os mesmos destinos de outrora: vão para casas de famílias serem empregadas domésticas, pois ainda é comum famílias urbanas das capitais importarem empregadas do interior, seja através de parentes da região, seja através de outras domésticas. Assim, a migração nesse caso também acontece dentro de um universo de relações pessoais (GALIZONI, 2007a; DURHAM, 1984).

As estratégias de uso da terra no longo prazo também aparecem como causas importantes que podem impedir a migração, como em Água Boa, ou determiná-la em grandes proporções, como em Itacambira. Assim, a migração em cada um dos novos espaços dos reassentamentos acontece por motivos que,

⁵⁷Em Cristália, no ano em que a pesquisa de campo foi realizada, os trabalhadores não precisaram ir para São Paulo, que é o destino certo deles, pois a empresa reflorestadora instalada na região contratou seus serviços, assim, alguns deles permaneceram trabalhando na empreiteira, ficando fora durante a semana e retornado no final dela.

em alguma medida, convergem, mas que também carregam grandes diferenças, em que as novas terras e as possibilidades de uso delas são determinantes.

Com isso, as explicações para a persistência da migração nos reassentamentos são diversas, acontecem em proporções diferentes e nem sempre iguais para cada um deles. A migração está ligada: 1) as estratégias de uso da terra no longo prazo; 2) às novas demandas por recursos para manutenção das unidades familiares; mas também está relacionada; 3) aos ritos de passagem e 4) aos novos padrões de consumo afluentes dos jovens.

As estratégias de uso da terra no longo prazo estão relacionadas com a reorganização produtiva, agrícola e não agrícola, e desenhada de acordo com o tipo de terra e os estoques de recursos naturais e patrimoniais disponíveis no reassentamento em ambientes diversos. Nos reassentamentos cujas terras são consideradas de boa qualidade e agricultáveis verifica-se que houve uma tendência de queda no número de migrantes, e isso pode ser explicado pelo fato da terra garantir a produção material das famílias e a geração de renda monetária. Mas isso exige que também o conjunto da força de trabalho familiar execute o trabalho na terra, diminuindo ou eliminando a migração. Em casos em que a exploração da terra não garante a produção material que sustente a família, nem tampouco oportuniza a geração de renda monetária, a migração continua a ser usada como estratégia para reprodução social da família agricultora, porém em diferentes proporções, tendo em vista as estratégias adotadas e a demanda por recursos financeiros.

Todos os reassentamentos pesquisados apresentam mudanças no padrão produtivo, e com isso apresentam elevação de custos de produção: uns mais, outros menos, dependendo da intensidade da mudança do sistema produtivo. Nas novas áreas os sistemas produtivos demandam recursos, geram custos para a produção, como horas de máquina, adubo químico, sementes e, em alguns casos, defensivos. Os reassentamentos que conseguiram estabilizar os sistemas

produtivos e se estabelecer em município de economia dinâmica conseguem garantir rendas monetárias que cobrem esses custos produtivos. Mas aqueles reassentamentos em terras onde as famílias podem incorporar parte, mas não o todo das inovações tecnológicas para incrementar a produção, não geram renda monetária suficiente para arcar com os gastos de produção. Assim, a migração passa a ser uma estratégia importante para busca de renda que cubra essa nova demanda por recursos financeiros.

A migração persiste também como rito de passagem. Os jovens continuam no anseio em conhecer o mundo, transformar-se em homem: acontecia antes da mudança, e como perpassa o imaginário da formação do adulto rural, não é apagada com a mudança de território, e por isso persiste, pois vai além das necessidades materiais do indivíduo. A migração de jovens em algumas famílias é justificada pela necessidade de conhecer mundo, transformar-se, amadurecer.

Os padrões de consumo individual dos jovens também têm definido a intensidade com que ocorre a migração. Para adquirirem bens de consumo como telefones celulares, aparelhos de som, roupas, motocicletas, é preciso que trabalhem fora para garantir o dinheiro que lhes dê condições de comprá-los, que dificilmente poderá ser conseguido pelo trabalho nas próprias terras⁵⁸.

O novo padrão de vida adotado pelas famílias, com significativo aumento das despesas (e mudança no padrão de consumo, evidentemente) de manutenção do grupo familiar nos novos locais de vida, tem imprimido novas características ao processo migratório. As despesas que as famílias faziam em

⁵⁸A cidade mantém certa “superioridade” para o agricultor, não que queiram necessariamente viver nela. “Trabalhar’ e ‘viver’ implicam consumir artigos manufaturados (sapatos, roupas, produtos alimentares processados) que são inacessíveis ao homem do campo. Por isso é que a cidade é quase sempre tão valorizada, até para os que ‘não se acostumam’ ou não obtêm emprego e a abandonam. Mesmo quando volta para a zona rural, o migrante reconhece ‘a superioridade’ da cidade, e a impossibilidade de nela viver é, em geral, atribuída antes a uma deficiência do sujeito do que do objeto” (DURHAM, 1984, p. 217).

2011, tais como água, luz, feira de mantimentos, e inclusive custos de produção, anteriormente não existiam, e em algumas terras esses custos acabam tendo que ser supridos através da venda de trabalho para empreendimentos fora do reassentamento.

Assim, nos novos espaços de vida e de trabalho desses grupos de agricultores a migração continua a ser explicada por meio do ambiente e dos estoques de recursos naturais disponíveis. É a partir dos recursos que as famílias constroem suas estratégias de uso da terra no longo prazo, ou seja, constroem suas estratégias de vida. O uso da força de trabalho familiar ou a disponibilidade dela para trabalhos fora das unidades familiares dependem, pois, dessas estratégias. Mas outro fator é determinante na migração: a região para onde foram realocados e a economia local, ou seja, o *locus* onde se constroem as diferentes redes de relações econômicas determinantes para o processo de reprodução social.

Mas, a ausência de migração em parte dos novos assentamentos indica mais que apenas sucesso econômico; indica a conformação do campesinato a outro parâmetro de relacionamento com os mercados e os recursos, que não se origina apenas do deslocamento e reassentamento desse campesinato, mas também das mudanças entre rural e urbano, entre produção agrícola e economia local, entre população e espaço.

A migração não é explicada, assim como em terras de origem, somente pela capacidade da terra, disponibilidade de recursos e economia local. Continua tendo a ver com a formação do jovem rural, com os desejos de conhecer o mundo, aprender sobre aquilo que o diferente oferece, e isso é costumeiro entre as comunidades rurais do Jequitinhonha. Migrar, para esses agricultores, não se associa à ideia de fuga ou desistência, mas sim à busca de possibilidades e de conhecimento da vida além do território que pertencem para garantir um retorno seguro ao chão que lhes acolhe.

Pode-se afirmar que os novos padrões de migração continuam sendo permeados por condições do ambiente e estão estreitamente ligados às estratégias de uso da terra no longo prazo e aos estoques de recursos naturais e patrimoniais disponíveis. Ou seja: apesar de reambientalizados, esses agricultores continuam dependentes do ambiente. Em alguns casos as novas terras garantem a permanência dos jovens durante todo o tempo, e nesse caso, quando os jovens migram, a razão não está no ambiente e nos recursos disponíveis, mas em outras causas, como os ritos de passagem, que permeiam o imaginário e o subjetivo, além das demandas individuais por educação e bens de consumo. Em outros casos as novas terras trazem consigo a necessidade da saída, mesmo que sazonal, já que a terra não lhes garante a produção material necessária às famílias.

Quando famílias lavradoras são realocadas em novos espaços e onde nesses espaços de características diversas, novas formas de produção e reprodução social se constroem, os processos migratórios ganham importância e peso para compreensão do processo de reterritorialização. A falta de consideração por essa multiplicidade de causas que motivam a migração pode fazer com que programas públicos, concebidos para promover o desenvolvimento rural, promovam grandes desperdícios de recursos por não compreender a lógica de quem os determinou. Compreender a migração desses sujeitos sociais do ponto de vista das dinâmicas internas dos grupos é fundamental para a implementação de programas. É preciso que haja respeito aos costumes existentes, e para isso é preciso conhecê-las. Assim, compreender como acontece a migração entre os reassentados pode ser imprescindível para o sucesso de programas ambientais e rurais.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre o recomeço de vida destes camponeses do Alto Jequitinhonha, e sobre como vêm construindo suas bases materiais e imateriais nos novos territórios ocupados, reforça a importância de compreender a lógica de reprodução social do campesinato, pois a insistência em desconhecê-la já provocou muitos fracassos em projetos de desenvolvimento. Por isso é cada vez mais urgente olhar a lógica camponesa, os seus saberes, costumes, tradições, regimes particulares de uso e gestão de recursos, enfim, seus modos de ser, viver e fazer.

As formas que os agricultores atingidos pela barragem de Irapé vêm se criando, se refazendo, e assegurando a reprodução social nos novos territórios contêm, pois, importantes elementos para a interpretação do campesinato. E olhar para a realidade camponesa parece ser a maneira mais prudente de se fazer efetivar a proposta territorial de desenvolvimento, que contempla as dimensões de sustentabilidade econômica, social, política, cultural e ambiental, baseada no fortalecimento da gestão social, que busca dinamizar a economia e melhorar a qualidade de vida das populações rurais.

Para que essa perspectiva territorial se transforme efetivamente em ações é urgente que contemple a complexidade dos usos e significados atribuídos aos territórios pelas comunidades rurais, e o único caminho para isso é entender o contexto desses grupos, a linguagem que usam, os seus sistemas costumeiros, o conhecimento sobre os ambientes que ocupam e as ações que consideram apropriadas. Não há outra forma de dinamizar o desenvolvimento rural local. Propor projetos sem conhecer quem são os sujeitos a quem se pretende alcançar é um risco vazio, com pouquíssimas chances de acertos. E arriscar com a vida alheia é pretensão duvidosa.

O que primeiro fica evidente é que o reassentamento proposto pelo empreendedor foi marcado pelo desconhecimento da cultura das famílias. Os técnicos fecharam os olhos para o conhecimento local dos lavradores, para seus regimes particulares de uso e gestão dos territórios e impuseram aos grupos um sistema que não lhes servia. Ficou claro que o saber local continua invisível e indecifrável aos olhos daqueles formados nos bancos e laboratórios das universidades. A lógica do empreendedor, baseada num modelo economicista e tecnicista é incompatível com a lógica dos lavradores, elaborada ao longo do tempo e que lhes garantiu produção material e reprodução social por mais de dois séculos.

Contudo, esses grupos criaram estratégias para resistir às mudanças impingidas e para manter sua condição de agricultores. Para cada ação dos agentes externos havia sempre reação, mesmo que silenciosa. As respostas vieram quando: transpuseram suas lavouras para as áreas mais apropriadas, guardaram as melhores sementes para os plantios, desenvolveram novas técnicas para manter a fertilidade da terra por prazos maiores, desobrigaram a assistência técnica em alguns casos em que ela provocava prejuízos muito imediatos, trocaram o tipo de gado. As estratégias de produção material e reprodução social desses agricultores, baseadas no conhecimento da terra, nas redes informais elaboradas nos novos territórios, na produção de autoconsumo e no trabalho familiar garantiu-lhes a reprodução, mesmo tendo sido deslocados e reassentados, e esse parece ser o testemunho maior da história que deve ser contada. Essas estratégias - baseadas numa força de resistência - demonstraram a capacidade de permanência que possuem e a busca por autonomia, que é uma luta permanente do campesinato. Reproduzem-se como camponeses porque travaram e continuam travando uma luta pela manutenção das condições de vida e de trabalho, mesmo sofrendo toda a transgressão e agressão à continuidade de seus modos de ser, viver e fazer. O que se evidencia é, assim, a capacidade de

luta e de resistência que os grupos demonstraram diante das adversidades, numa não subordinação à racionalidade técnica e economicista do empreendedor.

O que também ficou evidente ao estudar essas comunidades é a força da relação que possuem com a terra, que continua tendo um significado ímpar entre esses grupos; não há modelo economicista - tecnicista, intensivo e homogêneo - que tire dela a importância. Afirmam essa relação na medida em que recriam novos sistemas de produção de acordo com o tipo de terras que passaram a ocupar, baseado num conhecimento construído por gerações e reconstruído na mudança. Demonstraram também que não estão estaticamente ligados aos seus territórios, até mesmo porque são populações que têm como marca a mobilidade espacial em busca de recursos, qualidade de terras ou simplesmente em busca de terras.

Além do papel do saber local para o refazimento dessas vidas, é importante destacar a importância das redes para o caminho de adaptação das famílias. O trabalho mostrou que as comunidades camponesas, embora possuam uma dinâmica de organização própria, fazem parte de uma sociedade maior, integrando-se a ela, e através dessas redes de relações informais que vão sendo estabelecidas, os grupos dialogam, aprendem e ensinam. Assim, se as terras dão o sentido da mudança, são as redes estabelecidas e a economia local que dão o tom dessas mudanças.

Ao mirar para os reassentamentos, o que se vê, para além do padrão estético definido, é uma variedade de formas e de contornos, de jeitos de viver. Nem tudo foi homogeneizado, os reassentamentos, mesmo seguindo um padrão imposto, são vários e diversos, resultados daquilo que o campesinato nunca cansou de fazer: resistir, reinventar-se, recriar estratégias de reprodução social e de permanência no campo. Não formam uma nova realidade única e nem tampouco estáticas num novo tempo.

Por fim, conclui-se que a reterritorialização destes grupos atingidos pela Usina Hidrelétrica de Irapé não é o resultado de “benesses” supostamente oferecidas pelo empreendedor, mas sim o resultado de apropriação e ressignificação do espaço, expressão de resistência e campesinidade.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 379-397, abr./jun. 2000.

_____. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. 149 p.

_____. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: ORTEGA, A. C.; ALMEIDA FILHO, N. (Org.). **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. Campinas: Alínea, 2007. p. 19-37.

_____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992. 275 p.

ALMEIDA, A. W. de. Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito. In: HEBETTE, J.; CASTRO, E. (Org.). **Na trilha dos grandes projetos**. Belém: NAEA/UFPA, 1989. p. 163-195.

ANDRADE, M. C. de. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2004. 135 p.

ARMANI, D. O desenvolvimento institucional como condição de sustentabilidade das ONGs no Brasil. In: BRASIL. Ministério da Saúde. **Aids e sustentabilidade: sobre as ações das organizações da sociedade civil**. Brasília, 2001. p. 17-33.

BALDUÍNO, T. O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social. In: OLIVEIRA, A. U. de; MARQUES, M. I. M. (Org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção social**. São Paulo: Casa Amarela; Paz e Terra, 2004. p. 19-25.

BOSERUP, E. **Evolução agrária e pressão demográfica**. São Paulo: Hucitec, 1987. 141 p.

BRANDÃO, C. R. **O Ardil da ordem**: caminhos e armadilhas da educação popular. Campinas: Papyrus, 1983. 114 p.

_____. **Plantar, colher, comer**: um estudo sobre o campesinato goiano. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981. 181 p.

_____. Sobre a tradicionalidade rural que há em nós. In: OLIVEIRA, A. U. de; MARQUES, M. I. M. (Org.). **O campo no século XXI**: território de vida, de luta e de construção social. São Paulo: Casa Amarela; Paz e Terra, 2004. p. 121-131.

CAMPOS, M. d'Olne. Etnociência ou etnografia de saberes, técnicas e práticas? In: AMOROZO, M. C. M.; MING, L. C.; SILVA, S. M. P. (Ed.). **Métodos de coleta e análise de dados em etnobiologia, etnoecologia e disciplinas correlatas**. Rio Claro: UNESP/SBEE, 2002. p. 47-92.

CÂNDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 5. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1979. 284 p.

CARNEIRO, M. J. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Seropédica, n. 8, p. 70-82, abr. 1997.

_____. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 11, p. 53-75, out. 1998.

CHAMBRERS, R.; GUIJT, I. DRP: después de cinco años, em que estamos ahora? **Revista Bosques, Arboles y Comunidades Rurales**, Quito, v. 26, p. 4-15, marzo 1995.

CHAYANOV, A. V. **La organización de La unidad econômica campesina**. Bueno Aires: Nueva Visión, 1974. 342 p.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS. **Irapé**. Disponível em: <http://www.cemig.com.br/Sustentabilidade/Programas/Ambientais/Irape/Paginas/GraoMogol.aspx>. Acesso em: 22 jul. 2012.

DAGNINO, E. ¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, D. (Coord.). **Políticas de cidadania y sociedade civil em tiempos de globalizacion**. Caracas: FACES, 2004. p. 95-110.

DAYRELL, C. Os geraizeiros descem a serra: ou a agricultura de quem não aparece nos relatórios do agrobusiness. In: LUZ, C.; DAYRELL, C. (Org.). **Cerrado e desenvolvimento: tradição e atualidade**. Montes Claros: Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas, 2000. p. 189-272.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. Campinas: UNICAMP, 1985. 240 p.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec; Nupaub-USP/CEC, 2008. 163 p.

DINIZ, E. O pós-consenso de Washington: globalização, Estado e desenvolvimento revisitados. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 30., 2006, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 2006. 1 CD-ROM.

DOWBOR, L. **Democracia econômica: um passeio pelas teorias**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007. 195 p.

DURHAN, E. R. **A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1984. 245 p.

ENERCONSULT ENGENHARIA LTDA. **Rima da UHE Irapé**. São Paulo, 1993. Disponível em: <http://www.enerconsult.com.br/>. Acesso em: 10 fev. 2012.

FARAH, M. F. S. Gestão pública e cidadania: iniciativas inovadoras na administração subnacional no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 4, p. 126-156, jul./ago. 1997.

FERNANDES, B. M. Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA, 13., 2002, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: AGB, 2002. 1 CD-ROM.

_____. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, M. (Ed.). **A pesquisa em educação do campo**. Brasília: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, 2006. p. 1-10.

FINO, C. N. A etnografia enquanto método: um modo de entender as culturas (escolares) locais. In: ESCALLIER, C.; VERÍSSIMO, N. (Ed.). **Educação e cultura**. Funchal: Universidade de Madeira, 2008. p. 43-53.

FRANÇA FILHO, G. C. de. Definindo gestão social. In: SILVA JÚNIOR, J. T. et al. (Org.). **Gestão social: práticas em debate, teorias em construção**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008. p. 27-37.

GALIZONI, F. M. **A terra construída: família, trabalho e Ambiente no Alto Jequitinhonha**, Minas Gerais. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007a. 124 p.

_____. A terra em movimento. In: _____. **Feiras do Jequitinhonha: mercados, cultura e trabalho de famílias rurais no semi-árido de Minas Gerais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007b. p. 47-65.

GODOI, E. P. de. **O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí**. Campinas: UNICAMP, 1999. 165 p.

GOMÉZ-POMPA, A.; KAUS, A. Domesticando o mito da natureza selvagem. In: DIEGUES, A. C. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 125-147.

GRAZIANO, E.; GRAZIANO NETO, F. As condições da reprodução camponesa no Vale do Jequitinhonha. **Perspectivas**, São Paulo, v. 6, p. 85-100, 1983.

GRZYBOWSKI, C. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis: Vozes, 1987. 90 p.

HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M. et al. (Ed.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 43-71.

_____. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: EDUSP, 2005. 1 CD-ROM.

_____. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2011. 186 p.

HEIDRICH, Á. L. Território, integração socioespacial, região, fragmentação e exclusão social. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. (Org.). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004. p. 37-66.

HEREDIA, B. M. A. de. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 164 p.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Instruções especiais**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/institucional/legislacao-/atos-internos/instrucoes/category/30-instrucoes-especiais>>. Acesso em: 27 nov. 2012.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: UNICAMP, 1993. 336 p.

LASCHEFSKI, K. A luta sobre o significado do espaço: o campesinato e o licenciamento ambiental. **Revista Geografias**, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 38-53, 2007.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes, 2001. 343 p.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. 402 p.

LITTLE, P. Espaço, memória e migração: por uma teoria de reterritorialização: textos de história. **Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UnB**, Brasília, v. 2, n. 4, p. 5-25, 1994.

_____. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Brasília: UnB, 2002. 31 p. (Série Antropologia).

MALUF, R. S. O enfoque da multifuncionalidade da agricultura: aspectos analíticos e questões de pesquisa. In: ALBUQUERQUE, D.; WILKINSON, J. (Ed.). **Inovações nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: Paralelo 16/CNPq, 2002. p. 301-328.

MARQUES, M. I. M. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 11, n. 12, p. 57-67, jan./jun. 2008.

_____. Conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**, São Paulo, ano 18, n. 19, p. 5-112, jul./dez. 2002.

_____. Lugar do modo de vida tradicional na modernidade. In: OLIVEIRA, A. U. de; MARQUES, M. I. M. (Org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção social**. São Paulo: Casa Amarela; Paz e Terra, 2004. p. 145-158.

MARTÍNEZ ALIER, J. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto, 2007. 379 p.

MARTINS, J. de S. **Camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1990. 185 p.

_____. **Chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993. 179 p.

MEDEIROS, L. S. de. Sem terra, assentados, agricultores familiares: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. In: GIARRACCA, N. (Org.). **¿Una nueva ruralidad em America Latina?** Buenos Aires: CLACSO, 2001. p. 107-133.

MORAES, M. D. C. De camponês a agricultor familiar: imagens do campesinato como identidades da ordem da razão. **Raízes**, Campina Grande, v. 17, p. 121-134, jun. 1998.

MOTA, D. M.; SCHMITZ, H.; FREITAS, M. N. Pesquisa e agricultura familiar: contribuição para o debate. **Raízes**, Campina Grande, v. 26, n. 1/2, p. 128-139, jan./dez. 2007.

MOURA, M. M. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1986. 78 p.

_____. **Os herdeiros da terra: parentesco e herança**. São Paulo: Hucitec, 1978. 78 p.

NORONHA, A. B.; RIBEIRO, E. M. As dádivas da terra. In: _____. **Feiras do Jequitinhonha: mercados, cultura e trabalho de famílias rurais no semi-árido de Minas Gerais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007. p. 149-170.

ORTEGA, A. C. Desenvolvimento territorial rural no Brasil: limites e potencialidades dos CONSADs. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 45, n. 2, p. 275-300, 2007.

_____. **Territórios deprimidos: desafios para as políticas de desenvolvimento rural**. Campinas: Alínea; Uberlândia: EDUFU, 2008. 242 p.

ORTEGA, A. C. et al. Desenvolvimento territorial rural e consórcios intermunicipais: políticas de indução de arranjos sócio produtivos em Minas Gerais. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 14., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: SEP, 2009. 1 CD-ROM.

PARANHOS, L. da S.; COSTA, J. B. de A.; MARTINS, H. T. Redes sociais, reciprocidade e desenvolvimento regional no norte de Minas Gerais. **Revista Desenvolvimento Social**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 1-16, jan./jun. 2008.

PAULA, A. P. P. de. **Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea**. Rio de Janeiro: FGV, 2005. 201 p.

PAULILO, M. I. S. O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 28, p. 64-71, jan./fev. 1987.

PAULINO, E. T.; ALMEIDA, R. A. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 107 p.

PEREIRA, L. B. Considerações sobre a crise do Estado no Brasil: crítica ao “Consenso de Washington”. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 127-137, maio 1995.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS, 2009a. 372 p.

_____. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: PETERSON, P. (Ed.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009b. p. 17-31.

REBOUÇAS, L. M. **O planejado e o vivido: o reassentamento de famílias ribeirinhas no Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2000. 193 p.

RIBEIRO, E. M. As invenções de migrantes. **Travessia**, Florianópolis, n. 27, p. 27-30, set./dez. 1993.

_____. Para repensar a história e o desenvolvimento rural do Jequitinhonha. In: _____. **Feiras do Jequitinhonha: mercados, cultura e trabalho de famílias rurais no semi-árido de Minas Gerais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007. p. 29-46.

RIBEIRO, E. M. et al. Gestão, uso e conservação de recursos naturais em comunidades rurais do Alto Jequitinhonha. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)**, Rio de Janeiro, v. 7, p. 77-99, 2005.

RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M. A arte da catira: negócios e reprodução familiar de sitiantes mineiros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 22, n. 64, p. 65-74, jun. 2007.

_____. Sistemas agrários, recursos naturais e migrações no alto Jequitinhonha, Minas Gerais. In: TORRES, H.; COSTA, H. (Org.). **População e meio ambiente: debates e desafios**. São Paulo: SENAC, 2000. p. 1-18.

SABOURIN, E. Aprendizagem coletiva e construção social do saber local: o caso da renovação na agricultura familiar da Paraíba. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Seropédica, v. 16, p. 37-61, abr. 2001.

_____. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 336 p.

SACHS, Y. Brasil rural: da redescoberta à invenção. In: OLIVEIRA, A. U. de; MARQUES, M. I. M. (Org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção social**. São Paulo: Casa Amarela; Paz e Terra, 2004. p. 365-372.

_____. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986. 207 p.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teórico e metodológico da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988. 28 p.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 200 p.

SCHERER-WARREN, I. ONGs na América Latina: trajetória e perfil. In: VIOLA, E. J. et al. (Ed.). **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais**. São Paulo: Cortez; Florianópolis: UFSC, 1995. p. 161-180.

SCHNEIDER, S. Ciências sociais, ruralidade e territórios: em busca de novas referências para pensar o desenvolvimento. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 4, n. 7, p. 24-62, fev. 2009.

SCHNEIDER, S.; TARTARUGA, I. G. P. Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. **Raízes**, Campina Grande, v. 23, n. 1/2, p. 99-116, jan./dez. 2004.

SERVA, M. O Estado e as ONGs: uma parceria complexa. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 6, p. 41-54, nov./dez. 1997.

SEYFERTH, G. **Herança e estrutura familiar camponesa**. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1985. 27 p. (Boletim do Museu Nacional, Antropologia, 52).

SIGAUD, L. O efeito das tecnologias sobre as comunidades rurais: o caso das grandes barragens. **Revista Brasileira de Ciência do Solo**, Campinas, ano 7, n. 18, p. 18-29, 1992.

SILVA, J. G. da; BALSADI, O. V.; DEL GROSSI, M. E. O emprego rural e a mercantilização do espaço agrário. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 50-64, abr./jun. 1997.

TENÓRIO, F. G. Gestão social: uma perspectiva conceitual. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 5, p. 7-23, set./out. 1998.

_____. (Re)visitando o conceito de gestão social. In: SILVA JÚNIOR, J. T. et al. (Org.). **Gestão social: práticas em debate, teorias em construção**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008. p. 39-59.

TENÓRIO, F. G.; ROZEMBERG, J. E. Gestão pública e cidadania: metodologias participativas em ação. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 4, p. 101-125, jul./ago. 1997.

THOMAZ JÚNIOR, A. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classes no Brasil do século XXI. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 5, n. 10, p. 92-122, ago. 2010.

VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores Associados, 2003. 304 p.

VIERTLER, R. B. Métodos antropológicos como ferramenta para estudos em etnobiologia e etnoecologia. In: AMOROZO, M. C. M.; MING, L. C.; SILVA, S. M. P. (Ed.). **Métodos de coleta e análise de dados em etnobiologia, etnoecologia e disciplinas correlatas**. Rio Claro: UNESP/SBEE, 2002. p. 12-29.

WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, GT 17, PROCESSOS SOCIAIS AGRÁRIOS, 20., 1996, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 1996. 1 CD-ROM.

_____. Ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: _____. **¿Una nueva ruralidad em América Latina?:** norma giarraca. Buenos Aires: CLACSO, 2001. p. 31-44.

WOLF, E. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970. 150 p.

WOORTMANN, E. F. O saber tradicional camponês e inovações. In: OLIVEIRA, A. U. de; MARQUES, M. I. M. (Org.). **O campo no século XXI:** território de vida, de luta e de construção social. São Paulo: Casa Amarela; Paz e Terra, 2004. p. 133-143.

WOORTMANN, E. F.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra**. Brasília: UnB, 1997. 192 p.

WOORTMANN, K. Migração, família e campesinato. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Manguinhos, v. 7, p. 35-53, jan./jun. 1990.

_____. **O modo de produção doméstico em duas perspectivas:** Chayanov e Sahlins. Brasília: UnB, 2001. 28 p. (Série Antropológica).

ZHOURI, A.; LASCHEFSK, K.; PAIVA, A. Uma sociologia do licenciamento ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais. In: ZHOURI, A. (Ed.). **A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 89-116.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. Paisagens industriais e desterritorialização de populações locais: conflitos socioambientais em projetos hidrelétricos. In: ZHOURI, A. (Ed.). **A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 49-64.

ZUCARELLI, M. C. **Estratégias de viabilização política da usina de Irapé: o (des)cumprimento de normas e o ocultamento de conflitos no licenciamento ambiental de hidrelétricas**. 2006. 237 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.